

**Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

**Vitor Amorim de Angelo**

**A TRAJETÓRIA DA DEMOCRACIA SOCIALISTA:  
DA FUNDAÇÃO AO PT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Villa

**São Carlos  
2007**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

A584td

Angelo, Vitor Amorim de.

A trajetória da Democracia Socialista : da fundação ao PT / Vitor Amorim de Angelo. -- São Carlos : UFSCar, 2007.  
130 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2007.

1. Organização política. 2. Democracia Socialista 3. Partido dos Trabalhadores. 4. Movimento estudantil. 5. Tendência política. 6. Trotskismo I. Título.

CDD: 320 (20<sup>a</sup>)



**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE**

*Vitor Amorim de Angelo*

06/03/2007

---

Prof. Dr. Marco Antonio Villa  
Orientador e Presidente  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

---

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

---

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

*Para Michelly, companheira  
no amor e no estudo.*

## AGRADECIMENTOS

Concluir uma dissertação de mestrado e sobreviver a ela, que é o mais importante, no final das contas, não são tarefas fáceis, como muita gente pode pensar. Ao terminar de escrever os agradecimentos, terei encerrado um trabalho que muitas vezes pareceu ter vida própria. E como é de praxe, gostaria de agradecer a algumas pessoas que me ajudaram a controlá-lo, frente às inúmeras dificuldades que apareceram, e a me controlar, em função do estresse que ele tantas vezes me causou. Michelly, mais uma vez, não faltou com a sua paciência e ouvidos-de-mercador. Quantas vezes discutimos juntos a hipótese, os objetivos e a metodologia de uma pesquisa que ela nem mesmo sabia ao certo do que se tratava?! Meus pais e meu irmão, com os telefonemas, os e-mails e as visitas também me deram todo o seu apoio e carinho ao longo desses dois anos. Minha querida sogra – uma redundância, é claro – também nos visitou durante esse período. E não foram poucas vezes, não! Até hoje me lembro da deliciosa moqueca capixaba que ela preparou. Lidiane mais uma vez demonstrou sua amizade ao passar alguns dias conosco sem ter nada para fazer. Sair de Vitória e vir para São Carlos não foi fácil, mas aqui tive a alegria de conhecer pessoas queridas que passei a carregar como amigos. Olga nos apresentou a culinária de Bogotá. Fábio e Claudirene nunca se esqueceram de nos chamar para uma festinha. Glauco e Liliane agora já conhecem o “décimo” estado nordestino. Com Reginaldo e Nilza vivemos bons momentos também. João tem sido um dos melhores vizinhos que já tive. Não fossem por todos eles, a vida são-carlense teria sido bem menos agitada do que foi. Na UFSCar, agradeço à Ana Maria e Ana Virgínia, da secretaria da pós, pelos inúmeros favores que me fizeram, como, por exemplo, serem testemunhas de um casamento! Trabalhar com os colegas da revista *Versões* também foi muito bom. Miotello merece um agradecimento mais do que especial pelo encorajamento, pelos conselhos e pelos

computadores do CECH. Sempre ouvi do meu orientador que pesquisa sem deslocamento é impossível de ser feita. E é verdade. Nessas horas, é sempre bom poder contar com casas amigas, onde podemos ficar por alguns dias. Em São Paulo, Paulo e Simone me deram toda a atenção. Comi uma macarronada que valeu pela viagem toda. Em Campinas, Weber, Jean e Tissy, Neco e Priscila me receberam em diferentes momentos. Algumas pessoas leram partes da dissertação, sugerindo mudanças que tentei incorporar ao texto sempre que possível. João Roberto Martins Filho e Marly de Almeida Gomes Vianna leram os três primeiros capítulos. Dainis Karepovs leu a versão final do trabalho. Agradeço ao João Roberto pela participação na banca de qualificação. Na banca de defesa, agradeço a Maria do Socorro Sousa Braga e Marcelo Ridenti pelos elogios e críticas. Marco Antonio Villa foi um excelente orientador, respeitando minhas escolhas, minha interpretação, mas também sugerindo modificações e apontando insuficiências, numa relação fraterna, sempre respeitosa e jamais hierarquizada. Murilo Leal e Dainis Karepovs gentilmente cederam um texto ainda não publicado e que muito me ajudou no início do trabalho. Agradeço também a Joaquim Soriano, Raul Pont e Silvio Caccia-Bava pelas entrevistas que me concederam. Sei que não foi fácil dispensar um pouco de tempo para um pesquisador sedento por informações. Joaquim, em especial, disponibilizou vários documentos importantes, esclareceu algumas dúvidas e forneceu contatos valiosos. No escritório da Democracia Socialista, contei com a ajuda e a paciência de Marcelo Fragozo. A CAPES me concedeu uma bolsa de estudos durante esses dois anos. Nesse período, tive até um aumento, coisa rara nos dias de hoje! Muita gente no meio em que eu vivo não acredita em Deus, mas eu sim. Agradeço a Ele por ter me concedido tudo isso. Dessa forma, encerro minha dissertação. Nossa, há quanto tempo sonhava em poder dizer essa frase...

## RESUMO

A dissertação analisa a trajetória da Democracia Socialista (DS) entre 1979, ano da sua fundação, e 1987, quando foi aprovada a resolução sobre as tendências internas do Partido dos Trabalhadores (PT). A DS foi criada a partir da unificação de grupos regionais que atuavam no movimento estudantil com antigos militantes de esquerda e desde o início participou das articulações para a formação do PT. Durante esse período, a Democracia Socialista foi uma das organizações que mais cresceu dentro do partido, conquistando cargos na sua direção, gozando de boa relação com seus principais dirigentes e tendo a maior parte das suas propostas incorporadas pelo PT. A hipótese do trabalho é a de que esse crescimento foi resultado de uma atuação marcada pela crítica ao partido e à sua liderança, mas também pelo apoio aos seus dirigentes e respeito às decisões internas, numa posição intermediária que diferenciou a Democracia Socialista das outras organizações de esquerda do PT, em especial das trotskistas.

**Palavras-chaves:** Democracia Socialista, Partido dos Trabalhadores, movimento estudantil, tendências políticas, trotskismo.

## ABSTRACT

The dissertation analyzes the Socialist Democracy's (DS) trajectory between 1979, year of its foundation, and 1987, when the resolution about the Brazilian Workers' Party's (PT) internal trends was approved. The DS was created on the strength of the unification of regional groups that acted in the student movement along with old left militants and since its beginning it contributed to the creation of the PT. During this period, the Socialist Democracy was one of the organizations that grew the most inside the party, holding managerial positions in its board, enjoying good relationships with its management and having most of its proposals incorporated by the PT. The hypothesis of this work is that this growth was a result of the performance marked by criticism of the party and its leadership, and also because of the support to its management and respect of their own decisions, in an intermediate position that differentiated the Socialist Democracy of other PT's left organizations, especially that of the trotskists.

**Keywords:** Socialist Democracy, Brazilian Worker's Party, student movement, political trends, trotskism.

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
<i>Capítulo 1</i> UM ANO AGITADO	15
<i>Capítulo 2</i> A FUNDAÇÃO DA DEMOCRACIA SOCIALISTA	37
<i>Capítulo 3</i> VISÃO DO BRASIL	53
<i>Capítulo 4</i> CONSTRUIR O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO	70
<i>Capítulo 5</i> DEMOCRACIA SOCIALISTA, TENDÊNCIA DO PT	95
CONCLUSÃO	120
REFERÊNCIAS	125
SIGLAS E ABREVIATURAS	129

# INTRODUÇÃO

São Paulo, 01 de junho de 1980. Passados quatro meses desde a sua fundação, o Partido dos Trabalhadores (PT) encerrava, naquele dia, seu primeiro encontro nacional, que reunira inúmeros militantes vindos de todas as regiões do país. O encontro havia sido marcado em fevereiro para aprovar o Programa, discutir o Estatuto e escolher a Comissão Diretora Nacional Provisória, que substituiria a liderança eleita no ano anterior – tudo conforme a lei partidária exigia para a concessão do registro inicial. Já era noite quando foram apresentados ao plenário os candidatos da única chapa inscrita para a disputa pela direção do partido. Após dois breves pronunciamentos, foi a vez de Raul Pont, da Coordenação do PT no Rio Grande do Sul, ler uma nota de protesto contra os métodos utilizados para a composição da chapa. Além de criticar a forma com que se chegara aos nomes apresentados, Pont também questionou a regra que garantia à chapa vencedora o direito de ocupar todos os cargos da direção. “Isto, de fato, exclui qualquer possibilidade de que eventuais minorias se representem na Comissão Diretora Provisória”<sup>1</sup>, observou, expressando sua preocupação com o espaço reservado às organizações de esquerda que apoiavam o partido.

Durante o pronunciamento, Raul Pont insinuou que a regra havia sido definida de modo a excluir militantes com uma concepção específica sobre o PT, ou seja, a de que ele era um partido político sem padrões que representava o movimento pela independência política da classe trabalhadora e lutava pela formação de um governo dos trabalhadores. Entretanto, apesar das críticas dirigidas ao partido, finalizou seu discurso convidando todos os militantes a votarem na chapa apresentada, em nome da unidade partidária. “Registrando este protesto, conclamamos os companheiros que se identificaram com estas

---

<sup>1</sup> *Em Tempo*, ano III, nº.107, 03 a 18 de junho de 1980, p.7.

considerações a votarem na chapa indicada. Viva o Partido dos Trabalhadores!”, bradou para um plenário lotado, encerrando assim a leitura da nota.

Seu discurso expressou com clareza a posição assumida pela Democracia Socialista (DS) diante do PT ao longo de quase toda a década de 1980. Fundada em dezembro de 1979, a DS era uma organização política de esquerda formada basicamente a partir da união de grupos regionais que atuavam no movimento estudantil desde meados dos anos 1970 – como o de Raul Pont, no Rio Grande do Sul. Esses grupos haviam se encontrado no jornal *Em Tempo*, onde trabalharam junto com outras organizações de esquerda da época. Dessa forma, teve início um rápido processo de discussão política e teórica que levou à fundação da Democracia Socialista, apenas três meses antes de ser criado o Partido dos Trabalhadores. As articulações para a fundação da DS e do PT, portanto, ocorrem ao mesmo tempo, e a concepção daqueles grupos a respeito do novo partido pesou decisivamente no processo de unificação nacional. Para eles, o PT deveria ser um partido político estratégico, dirigente das lutas dos trabalhadores, revolucionário e socialista – e não uma frente popular aberta à participação de setores considerados burgueses.

Essa concepção era produto de uma análise particular, baseada no *trotskismo*, feita pelos grupos fundadores da DS sobre a conjuntura brasileira da época. Trotskismo é o nome dado ao conjunto de formulações políticas e teóricas de Leon Trotsky, um dos líderes da Revolução Russa de 1917<sup>2</sup>. Como legado político, o trotskismo surgiu na década de 1920, com a criação da Oposição de Esquerda, uma fração do Partido Comunista da União Soviética que defendia a retomada da democracia proletária diante da “degenerescência burocrática do poder”<sup>3</sup>, como Trotsky passara a classificar o regime implantado por Joseph Stálin. Gradualmente, o reformismo do grupo liderado por Trotsky foi cedendo lugar à visão de que somente pela via revolucionária seria possível evitar a total degeneração do regime stalinista. Assim, proibido de falar publicamente em nome do partido, expulso do seu Comitê Central e banido da União Soviética, de onde partiu para o exílio que o levou ao México, país em que foi assassinado, Trotsky criou a Oposição Internacional de Esquerda para lutar pela regeneração dos partidos comunistas com base num programa revolucionário – processo que levaria à fundação da IV Internacional<sup>4</sup>, em 1938.

---

<sup>2</sup> Sobre a vida e obra de Trotsky, ver a trilogia de Isaac Deutscher: *Trotski, o profeta armado (1879-1921)*; *Trotski, o profeta desarmado (1921-1929)*; e *Trotski, o profeta banido (1929-1940)* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984).

<sup>3</sup> SALVADORI, Massimo L. A crítica marxista ao stalinismo. In: HOBBSAWM, Eric J. (Org.) *História do marxismo*, vol.7. 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p.309.

<sup>4</sup> As Internacionais são organizações mundiais que reúnem partidos de esquerda de vários países. A I Internacional, também conhecida como Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), foi fundada em

Já como legado teórico, o trotskismo teve início em 1906, com a publicação do livro *Balanços e perspectivas*, onde Trotsky discutiu a eficácia da *revolução permanente* para a implantação do socialismo. Partindo do pressuposto de que a burguesia havia se tornado essencialmente conservadora, Trotsky afirmava que as tarefas democrático-nacionais – como a democratização do Estado e a reforma agrária, por exemplo – só poderiam ser levadas adiante por uma revolução que estivesse sob a hegemonia dos trabalhadores. Porém, de acordo com o trotskismo, considerando-se que o poder político do proletariado não era equivalente à sua condição econômica, um governo dos trabalhadores tenderia, num processo ininterrupto, a transformar uma revolução que de início teria um caráter estritamente democrático-nacional numa revolução socialista<sup>5</sup>.

Cerca de vinte anos depois, com a publicação do livro *A revolução permanente*, Trotsky buscou apresentar uma teoria revolucionária aplicável especificamente a países de economia periférica. Segundo ele, o desenvolvimento econômico mundial havia ocorrido de forma *desigual e combinada*, de modo que o imperialismo conseguira bloquear – se não por completo, pelo menos em grande parte – a modernização e industrialização dos países subdesenvolvidos. Esse processo resultara numa “dinâmica econômica contraditória”<sup>6</sup> nos países imperialistas, tendo em vista que a consolidação do subdesenvolvimento havia se transformado num obstáculo para o crescimento do próprio imperialismo. Conforme o trotskismo, isso criava uma tendência cada vez maior ao surgimento de conflitos entre os países imperialistas, em disputa por novos mercados, e à estagnação ou ao completo declínio das forças produtivas, o que poderia tornar o sistema capitalista, em função da sua própria crise, suscetível a movimentos radicais de transformação.

Nesse contexto, o proletariado seria a única força social *conseqüentemente revolucionária* e, por conseguinte, capaz de encerrar a crise produzida pelas disputas entre os países imperialistas. Os principais obstáculos à tomada do poder pelos trabalhadores, nesses locais, seriam o conservadorismo dos seus dirigentes – envolvidos pelas conquistas alcançadas na democracia burguesa – e a fraqueza ideológica da própria classe. Por isso,

---

1864, com o objetivo de articular mundialmente os diversos movimentos da classe trabalhadora. A II Internacional foi criada em 1889, a partir da divisão entre socialistas e anarquistas, que participaram juntos da AIT. Em 1919, dois anos após a Revolução Russa, sob a liderança de Vladimir Lênin, foi fundada a III Internacional. Na época, o Partido Comunista Soviético, formado pela maioria do antigo Partido Operário Social-Democrata Russo, passou a caracterizar os partidos sociais-democratas – que haviam participado da II Internacional – como reformistas. Por fim, em 1938, sob a liderança de Trotsky, setores dissidentes do regime stalinista criaram a IV Internacional, que nos anos 1950 dividiu-se em várias correntes, todas auto-proclamadas herdeiras da tradição marxista-revolucionária (Marx-Lênin-Trotsky).

<sup>5</sup> LÖWY, Michel. *A revolução permanente: teoria ou profissão de fé?* In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.) *Trotsky hoje*. São Paulo: Ensaio, 1994, pp.73-82.

<sup>6</sup> MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa*. São Paulo: Xamã, 1995, p.22.

Trotsky considerava mais provável que a revolução socialista ocorresse primeiro nos países subdesenvolvidos, onde os trabalhadores poderiam “alcançar um nível muito mais elevado de consciência de classe, de unidade e de militância”<sup>7</sup>. Entretanto, dada a facilidade com que o imperialismo poderia assumir um papel contra-revolucionário, tanto militarmente quanto economicamente, a revolução, quando iniciada nos países subdesenvolvidos, só poderia completar-se na medida em que evoluísse *internacionalmente* na luta pelo socialismo. Nas palavras de Trotsky, “a conquista do poder pelo proletariado não põe termo à revolução, inicia-a apenas. A construção socialista não é concebível senão com base na luta de classes, à escalada nacional e internacional”<sup>8</sup>.

Os principais fundamentos do trotskismo foram sistematizados na obra *A agonia do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional*, escrita por Trotsky como o programa político da IV Internacional. Mais conhecida como *Programa de Transição*, sua principal tese era a de que as forças produtivas do capitalismo haviam se estagnado, impedindo o sistema de oferecer melhorias no nível de vida dos trabalhadores. O programa, então, definia uma plataforma de lutas baseadas em reivindicações radicais – as chamadas *reivindicações transitórias* – que o capitalismo não teria meios para atender, o que levaria a uma tendência cada vez maior de os trabalhadores se oporem ao sistema, já insuficiente para suprir suas necessidades. As reivindicações transitórias, portanto, teriam um caráter fundamentalmente tático, na medida em que, levando os trabalhadores à mobilização, poderiam funcionar como uma espécie de *ponte* entre as demandas das massas e o programa da revolução socialista.

No Brasil, as teses de Trotsky chegaram no final dos anos 1910, junto com as primeiras notícias da Revolução Russa. A origem e o desenvolvimento do trotskismo no país acompanhou tanto a evolução dos debates dentro da União Soviética e da Internacional Comunista como também as discussões travadas no interior do próprio Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>9</sup>. Até meados da década de 1960, o trotskismo brasileiro se desenvolveu de modo relativamente linear, através da criação, ampliação, fusão e dissolução de organizações políticas que reivindicavam as idéias de Trotsky. A partir de então, as divisões na IV Internacional, iniciadas em 1952, repercutiram de tal forma sobre os grupos que

---

<sup>7</sup> *Ibidem*, p.23.

<sup>8</sup> Citado em COGGIOLA, Osvaldo. *Trotsky ontem e hoje*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p.32.

<sup>9</sup> KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho; LÖWY, Michael. Trotsky e o Brasil. In: MORAES, João Quartim de (Org.) *História do marxismo no Brasil*, vol.2. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, pp.223-246. Em 1961, o PCB mudou seu nome para Partido Comunista Brasileiro, mantendo apenas a sigla original. Um grupo dissidente que saíria do partido no ano seguinte adotou o antigo nome, porém, sob a legenda de PCdoB.

existiam no país que a dinâmica do trotskismo brasileiro acabou seguindo os movimentos de cisões e unificações mundiais. Assim, a IV Internacional chegou à metade dos anos 1970 completamente dividida. Além da corrente criada por J.Posadas, havia ainda a Fração Bolchevique, dirigida por Nahuel Moreno; a Tendência Leninista-Trotskista, representada por Cristiam Nemo; o Comitê de Organização pela Reconstrução da Quarta Internacional (CORQUI), liderado por Pierre Lambert; e o Secretariado Unificado (SU), dirigido pelo economista belga Ernest Mandel<sup>10</sup>.

Vinculada à corrente mandelista da IV Internacional, a DS foi criada numa conjuntura muito particular, marcada pela ascensão do movimento operário e pelo início do processo de abertura política, do qual a reforma partidária que levaria ao surgimento do PT foi um dos primeiros passos. Apoiando-se no programa do Secretariado Unificado, a DS interpretou a realidade brasileira do final dos anos 1970 e início dos 1980 à luz das posições assumidas pela corrente mandelista. As articulações para a criação do PT, por exemplo, foram vistas como o início de um processo que poderia levar à organização do partido revolucionário. A democracia socialista, por sua vez, era tida como uma fase transitória entre o regime militar e a implantação definitiva do socialismo. Já o ascenso do movimento operário corroborava para a tese do SU de que a etapa de construção da IV Internacional, na época, inscrevia-se num processo marcado pelo aparecimento de forças de ruptura ao lado das quais as correntes marxistas-revolucionárias – como a própria DS se intitulava – deveriam trabalhar.

Ao longo dos anos 1980, a Democracia Socialista foi um das organizações de esquerda que mais se fortaleceu no PT, conquistando cargos na direção partidária e tendo boa parte das suas teses incorporadas pelo partido. Entre os trotskistas, indiscutivelmente, a DS foi a que mais cresceu durante esse período, gozando de boa relação com os principais dirigentes do partido e conquistando uma credibilidade cada vez maior dentro do PT. Face à heterogeneidade da base social petista, que comportava intelectuais, militantes católicos, sindicalistas, lideranças de movimentos sociais e agrupamentos de esquerda, como é possível explicar o espaço político alcançado pela Democracia Socialista? No caso dos trotskistas, em particular, o que diferenciou a DS dos outros grupos que atuavam no partido? A meu ver, a chave para interpretar essas questões está no posicionamento assumido pela organização diante do PT. Tal como no discurso de Raul Pont no encontro nacional, por quase toda a década de 1980, a relação entre a DS e o partido sempre esteve

---

<sup>10</sup> Para uma análise detalhada das correntes da IV Internacional, ver COGGIOLA, *op. cit.*

marcada por críticas à liderança e à política partidária, mas também pelo apoio aos seus dirigentes e respeito às decisões tomadas pelo PT.

Com propostas revolucionárias, à esquerda do partido, a Democracia Socialista teve uma trajetória marcada pela crítica e pela conciliação, ao mesmo tempo, numa atuação intermediária que a diferenciou no interior da esquerda organizada do PT – particularmente dos outros grupos trotskistas. A DS soube se adequar às normas do partido, posicionando-se como uma corrente<sup>11</sup> que apoiava a sua construção e que dentro dele buscava hegemonizar seu projeto político. Enquanto algumas organizações, seja pela sua inexpressiva força política ou pela sua radicalidade, acabaram se diluindo no interior do PT ou adotando práticas por vezes sectárias, a DS sempre trabalhou pela construção do partido, compondo com seus setores majoritários ao mesmo tempo em que construía a si mesma, numa estratégia adotada do programa mandelista da IV Internacional. As constantes mudanças na conjuntura política dos anos 1980 também jogaram a favor da Democracia Socialista, fazendo com que suas propostas fossem, uma a uma, aceitas pelo PT. Se tudo isso, por um lado, rendeu-lhe prestígio junto às lideranças petistas, espaço político dentro da legenda e cargos na direção partidária, por outro, colocou em cheque sua capacidade de hegemonizar o partido a ponto de fazê-lo seguir pelo caminho da revolução. A incorporação de propostas ditas revolucionárias pelo PT, como veremos adiante, de modo algum alterou a concepção política dos seus setores majoritários nem tampouco inscreveu o partido numa perspectiva revolucionária.

Nos capítulos a seguir, analisei a trajetória da Democracia Socialista entre 1979, ano da sua fundação, e 1987, quando o partido aprovou a resolução sobre as tendências internas – abrindo o caminho que levaria ao reconhecimento oficial da DS como corrente do PT, em 1990. Sua trajetória foi estudada *pari passo* com o desenvolvimento do próprio partido e o desenrolar da política nacional. Busquei articular os principais fatos desse período com a história do PT e da DS, destacando a interpretação do grupo diante do partido e da conjuntura. Ao contrário dos formatos usuais para esse tipo de trabalho, optei pela dimensão da narrativa, dividindo os capítulos cronologicamente, de modo a tornar a leitura mais agradável, encadear os fatos que se sucederam no tempo e evitar repetições.

---

<sup>11</sup> Ao longo do trabalho, utilizo os termos *corrente* e *tendência* para me referir à *subunidade partidária*, entendida como a unidade imediatamente abaixo do partido tomado também como uma unidade. Minha opção deve-se simplesmente ao fato de que esses termos são utilizados com bastante frequência tanto nas entrevistas como nos documentos. Por outro lado, seu emprego não significa reconhecer – pelo menos no caso da DS – uma fluidez programática ou mesmo organizativa, como defende Sartori. Para mais detalhes sobre a questão terminológica em torno das subunidades partidárias, ver SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: Editora da UnB, 1982, pp.93-97.

O primeiro deles trata da conjuntura política do final dos anos 1970, marcada pelo ascenso do movimento operário e pelas articulações em torno da criação de novos partidos. No segundo capítulo, reconstruí a trajetória dos grupos que deram origem à DS desde o movimento estudantil até o congresso de fundação da Democracia Socialista, no final de 1979, passando pelo trabalho no jornal *Em Tempo*, onde tiveram um rápido convívio com outras organizações da esquerda brasileira, e pela relação estabelecida com o *Movimento pró-PT*. O terceiro capítulo foi reservado à apresentação dos principais documentos debatidos por esses grupos ao longo do segundo semestre daquele ano, quando articulavam sua unificação nacional em torno de uma nova organização política. No capítulo seguinte, abordei o período que vai de 1980 a 1983, desenhando os principais acontecimentos da época, como as eleições de 1982, por exemplo – as primeiras pelo voto direto desde o golpe de 1964. O quinto e último capítulo cobriu os anos restantes, passando pela campanha das *Diretas Já*, pelas disputas eleitorais de 1984 e 1985, pela eleição de Tancredo Neves e pelo início do governo José Sarney até chegar ao V Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, quando foi aprovada a resolução sobre as tendências internas.

## *Capítulo 1*

# UM ANO AGITADO

1979 foi um ano especialmente agitado para a política brasileira, com muitas articulações em torno da criação de novos partidos, tendo em vista a reforma do sistema partidário aguardada para aquele ano. Desde o final de 1965, quando através do Ato Complementar nº.2 o governo Humberto Castello Branco (1964-1967) instituiu o bipartidarismo no país, aquela era a primeira vez que se discutia concretamente a possibilidade de serem formadas novas agremiações. Por cerca de quinze anos, os dois únicos partidos que atuaram legalmente no país foram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – esse, como partido de oposição à ditadura. Há algum tempo os governos militares já buscavam alternativas para enfraquecer o MDB, que depois de 1974 vinha alcançando sucessivas vitórias nas eleições<sup>1</sup>. Além das mudanças no sistema político-partidário impostas pela Lei Falcão e pelo Pacote de Abril<sup>2</sup>, o governo Ernesto Geisel (1974-1979) – que deu início ao processo de abertura política – passou a encorajar, já no início de 1978, os debates sobre a reforma

---

<sup>1</sup> Em 1974, quando foi renovado  $\frac{1}{3}$  do Senado, o MDB conquistou 16 das 22 vagas. Em 1978, também para o Senado, o partido recebeu 50% dos votos, contra 34,7% da ARENA. Dados disponíveis em KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.

<sup>2</sup> A Lei nº. 6.339 de 1º de julho de 1976, popularmente conhecida como Lei Falcão, alterou o Código Eleitoral quanto ao uso dos meios de comunicação durante o período eleitoral. Com as mudanças, os candidatos não puderam mais utilizar o rádio e a televisão para fazer pronunciamentos. Era permitido apenas “mencionar a legenda, o currículo e o número de registro dos candidatos na justiça eleitoral, bem como a divulgar, pela televisão, suas fotografias, podendo, ainda, anunciar o horário e local dos comícios”. Por sua vez, o chamado Pacote de Abril, aprovado no ano seguinte à Lei Falcão, além de estender as novas regras para as eleições estaduais e federais de 1978, também alterou os critérios de representação dos estados na Câmara dos Deputados e tornou indiretas as eleições para governadores e  $\frac{1}{3}$  do Senado – neste último caso, dando origem aos mandatos biônicos (Citado em DUARTE, Celina Rabello. *A Lei Falcão: antecedentes e impacto*. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.) *Voto de desconfiança – eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979*. Petrópolis: Vozes-Cebrap, 1980, p.184).

partidária, cogitada pelo regime desde a campanha bem-sucedida da oposição quatro anos antes. Na época, a intenção dos militares era tentar dividir o MDB sem fragmentar a ARENA, o que se tornara quase impossível, pois o partido do governo, tal como o dos emedebistas, “estava longe de ser uma organização unida e coesa”<sup>3</sup>.

Ainda que fosse oficialmente reconhecido como partido, na prática, o MDB era uma frente ampla que reunia grupos com origens políticas bem diversas, mas todos atuando em torno de um objetivo comum: o combate ao regime militar e a luta pela redemocratização. Internamente, a maior divergência entre eles era sobre como fazer oposição ao governo. De maneira geral, o partido estava dividido em dois blocos quanto ao assunto. O dos *moderados*, formado por políticos mais experientes que já tinham exercido algum mandato antes do golpe de 1964, defendia a idéia de que os emedebistas deveriam aproximar-se dos militares ou agir com moderação, fazendo uma oposição responsável, sem ataques diretos ao governo. Já o outro bloco era composto, em sua maioria, por parlamentares que tinham sido eleitos para sua primeira legislatura, com o apoio de estudantes, sindicalistas e movimentos sociais. Sua postura era considerada radical pelos moderados, tendo em vista que defendiam uma atuação mais agressiva do partido, inclusive com denúncias contra a ditadura. Durante os pouco mais de vinte que separaram a chegada ao Congresso dos primeiros deputados do MDB com uma retórica radical, de contestação aos militares, até a última eleição da qual os emedebistas participaram antes da reforma partidária de 1979, esse bloco foi chamado pela imprensa de *imaturos, autênticos, neo-autênticos e tendência popular*<sup>4</sup>.

Com a possibilidade da volta do pluripartidarismo, tanto arenistas como emedebistas passaram a estabelecer uma série de contatos visando a criação de novos partidos. O retorno dos exilados políticos ajudou a intensificar os debates sobre as futuras agremiações, ao mesmo tempo em que a emergência de expressivas lideranças nas mobilizações sociais que marcaram os últimos anos daquela década – esse foi o caso dos sindicalistas da região do ABC paulista – levou alguns políticos, principalmente do MDB, a procurarem apoio também nesse setor.

Entre os emedebistas, surgiram várias propostas de criação de novos partidos, sendo que, em alguns casos, lideranças do bloco moderado chegaram até mesmo a manter contatos com políticos da ARENA para definir ações conjuntas a serem tomadas nesse sentido. Entre os autênticos, uma das propostas que mais teve apoio na época foi a de criação de uma

---

<sup>3</sup> KINZO, *op. cit.*, p.205.

<sup>4</sup> A caracterização detalhada de cada um desses grupos pode ser encontrada em KINZO, *op. cit.*, pp.57-79.

tendência socialista que pudesse viabilizar a formação de um partido socialista com base no MDB. A idéia era conquistar espaço político dentro da sigla para, no futuro, constituir esse novo partido. No Rio Grande do Sul, a ala jovem do MDB chegou a formar uma corrente chamada *Tendência Socialista*, que buscava reunir operários, estudantes e intelectuais em torno da proposta. Havia ainda algumas organizações que não estavam formalmente ligadas ao partido, mas que também apoiavam a idéia. Esse foi o caso, por exemplo, da Convergência Socialista, um dos mais agrupamentos políticos mais ativos da época. Em 1978, poucos meses antes das eleições daquele ano, Júlio Tavares, membro da organização, declarou que a Convergência era “uma tendência dentro do MDB” que lutava “pela formação de uma corrente socialista no partido, que possibilitaria a milhares de jovens a chance de votar em candidatos socialistas”<sup>5</sup>.

Além da Tendência Socialista, outra proposta discutida pelos autênticos junto com setores de fora do MDB foi a de criação do Partido Popular Democrático e Socialista (PPDS). A idéia já vinha sendo debatida desde 1976 e ganhara mais fôlego com as primeiras notícias sobre o fim do bipartidarismo. Na campanha eleitoral de 1974, o MDB havia buscado apoio de alguns intelectuais – como Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Maria Hermínia Tavares de Almeida, José Álvaro Moisés, entre outros – para elaborar um manual que servisse como plataforma política básica aos seus candidatos. Depois das eleições, o grupo acabou se aproximando dos emedebistas autênticos, proferindo palestras e realizando reuniões para discutir a criação de um novo partido de massas. Também participaram dos debates sobre o PPDS o ex-ministro do Trabalho do governo João Goulart, Almino Affonso, e o ex-deputado federal Plínio de Arruda Sampaio – ambos haviam retornado do exílio em 1976, quando começaram as articulações para a organização do partido. A eles se juntaram alguns militantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e lideranças das Pastorais Operárias da capital paulista e da região do ABC. Os defensores da proposta buscavam retomar o perfil programático do antigo Partido Socialista Brasileiro (PSB)<sup>6</sup> e construir uma agremiação identificada com o socialismo democrático, crítica ao stalinismo e às experiências socialistas burocráticas, e não enquadrada nas definições sociais-democratas conhecidas no Brasil até então. Os articuladores do PPDS enfatizavam ainda a necessidade de vincular o

---

<sup>5</sup> Citado em KINZO, Maria D’Alva Gil. Novos partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, *op. cit.*, p.235.

<sup>6</sup> Sobre o PSB, ver VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. O Partido Socialista Brasileiro e o marxismo (1947-1965). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.) *História do marxismo no Brasil*. vol.5. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, pp.157-184.

novo partido aos movimentos sociais e de criar uma estrutura partidária democrática que possibilitasse a manifestação dos diferentes setores sociais por seu intermédio<sup>7</sup>.

De todas as propostas em discussão no final da década 1970, a que teve o maior êxito, pelos seus resultados nos anos seguintes e pela inovação que representou na política institucional brasileira, foi a de criação do Partido dos Trabalhadores<sup>8</sup>. A proposta foi lançada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luís Inácio *Lula* da Silva, em julho de 1978, durante um congresso realizado na Bahia poucas semanas depois de encerradas as greves que haviam marcado a região do ABC no primeiro semestre daquele ano. A mobilização dos metalúrgicos tivera início no final de 1977 com o *Movimento de Reposição Salarial*, que exigira do governo a devolução das perdas salariais referentes a 1973. Segundo as notícias amplamente divulgadas pela imprensa, os índices de aumento do custo de vida daquele ano haviam sido fraudados pelo governo, o que resultara em perdas acumuladas para os trabalhadores ao longo dos quatro anos seguintes. Alguns sindicatos, como o dos Metalúrgicos de Osasco, optaram por incluir o índice de reposição na campanha salarial de 1978. Outros, como os de São Bernardo e Santo André, agindo em parceria, decidiram negociar diretamente com os patrões antes de ingressar na Justiça do Trabalho para exigir o reajuste<sup>9</sup>.

A mobilização serviu para reunir, pela primeira vez, os principais dirigentes sindicais da época. Além de Lula e Benedito Marcílio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, participaram das discussões em 1977 Jacó Bittar, dos Petroleiros de Campinas e Paulínia; Henos Amorina, dos Metalúrgicos de Osasco; Hugo Peres, dos Trabalhadores Urbanos de São Paulo; e Arnaldo Gonçalves, dos Metalúrgicos de Santos. Apesar de as articulações intersindicais estarem proibidas desde o ano anterior, esses dirigentes conseguiram se encontrar durante o segundo semestre 1977 em cerimônias de posses de diretorias sindicais e nas reuniões com a Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). O grupo, que a partir de meados de 1978 passaria a ser conhecido como *autênticos*<sup>10</sup>, era bastante diverso politicamente, uma

---

<sup>7</sup> BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)*. São Paulo: USP, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo.

<sup>8</sup> MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido – 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

<sup>9</sup> ABRAMO, Laís Wendel. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

<sup>10</sup> A expressão *autênticos* foi utilizada, pela primeira vez, em julho de 1978 pela imprensa para se referir a um grupo de jovens sindicalistas cujas propostas diferenciavam dos dirigentes tradicionais. Entre outras coisas, os autênticos defendiam a autonomia, a liberdade e o pluralismo sindicais; a democratização e utilização mais agressiva da estrutura oficial dos sindicatos; a aproximação entre os dirigentes e as bases, por meio das comissões de fábrica, que deveriam funcionar sob o controle dos sindicatos; o direito à greve; e a negociação direta com o patronato, sem intermediação do Estado. Os dirigentes simpatizantes do modelo

vez que nele havia desde militantes de partidos e organizações de esquerda, como o PCB, a Convergência Socialista e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), até dirigentes sindicais independentes, sem vínculos partidários.

Com o fracasso de todas as tentativas de negociação, o Sindicato de São Bernardo do Campo assumiu uma posição inédita na campanha salarial de 1978, que apesar da “aparente contradição com a sua atitude em todos os anos anteriores”<sup>11</sup>, acabou fortalecendo a entidade e projetando a imagem de Lula como um dos principais sindicalistas da época. Ao invés de negociar com o governo os reajustes salariais, os metalúrgicos de São Bernardo decidiram não apresentar nenhuma reivindicação, alegando que, além de nunca terem sido atendidos nessa questão, os dissídios que acabavam decidindo quais seriam os reajustes sempre ratificavam os índices apresentados pelo governo – como no caso da fraude de 1973. Tempos depois, ao lembrar o episódio, Lula afirmou que o sindicato queria mostrar “que era tudo mentira aquilo [...] a gente convocava assembléia, fazia um monte de discurso, pauta de reivindicação, mandava tudo para o patrão e o patrão não atendia”. A decisão de não entrar com um processo de dissídio coletivo, considerado desnecessário naquela circunstância, teve um impacto muito forte na categoria, pois o “pessoal ficou assustado, achando que a gente não ia pegar o aumento”<sup>12</sup>, recordou.

Animados pelo Movimento de Reposição Salarial e pela atitude do Sindicato de São Bernardo do Campo, os trabalhadores da região do ABC paralisaram suas atividades em maio de 1978, dando início ao movimento grevista daquele ano – o primeiro desde a repressão do regime às mobilizações de Contagem e Osasco, em 1968. Apesar de ter assumido o papel de negociador entre os grevistas e o patronato, na verdade, as greves começaram sem o conhecimento de Lula – tanto que, “desde o primeiro dia de greve, o sindicato [de São Bernardo] negou ter orientado trabalhadores a paralisarem o trabalho”<sup>13</sup>. No dia 12 daquele mês, os trabalhadores da Scania paralisaram totalmente suas atividades,

---

sindical praticado antes de 1964 – considerado pelos autênticos como populista, distante das bases e pouco interessado nas necessidades mais urgentes dos trabalhadores – ou mesmo os que se aliaram ao regime militar depois do golpe, eram chamados de *reformistas* ou *pelegos*. Para levar à frente suas propostas, os sindicalistas autênticos optaram pelo enfrentamento com o governo, através das greves, e pela politização do cotidiano fabril e de vida dos próprios trabalhadores. Tudo isso formou um conjunto de propostas e práticas que ficou conhecido como *novo sindicalismo*, que buscava, como o próprio nome indica, opor-se ao sindicalismo praticado até meados da década de 1970. Em alguns trabalhos, pode-se encontrar o nome *combativos* em referência aos sindicalistas autênticos. Mais detalhes sobre o novo sindicalismo e os grupos existentes no interior do movimento sindical nos anos 1970-80 podem ser encontrados em RODRIGUES, Iram Jácome (Org.) *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999, particularmente nos capítulos 2, 4 e 7.

<sup>11</sup> ABRAMO, *op. cit.*

<sup>12</sup> Entrevista de Lula citada em ABRAMO, *op. cit.*, p.202.

<sup>13</sup> ABRAMO, *op. cit.*, p.218.

seguidos pelos empregados da Ford, no dia 15, e pelos funcionários da Mercedes e da Volkswagen, no dia 16. Em poucos dias, a *onda grevista* chegou a Santo André, São Paulo, Osasco e Campinas, no interior do estado. Ainda que algumas lideranças, como Lula, tenham buscado dar ao movimento um caráter estritamente econômico, as paralisações iniciadas em maio tiveram uma importância maior em pelo menos três aspectos: desrespeitaram a Lei de Greve, trouxeram de volta à cena política os sindicalistas e arregimentaram apoios junto a setores da oposição<sup>14</sup>. De qualquer forma, na medida em que teve uma atuação destacada durante as greves no ABC, servindo como intermediário entre os trabalhadores e os patrões, Lula acabou atraindo o interesse dos grupos políticos que na época discutiam a criação de novos partidos.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que até então havia atuado estritamente dentro dos limites da legalidade, sempre buscando evitar qualquer confronto com o governo, atraiu a atenção de várias lideranças políticas, em função do destaque que ganhara durante a greve. Ao longo dos anos 1970, outros grupos, como o PCB, já haviam se aproximado do sindicato, estabelecendo contatos estreitos com seus diretores<sup>15</sup>. Em 1978, líderes do PPDS mantiveram conversas frequentes com Lula, buscando, além do seu apoio à criação do novo partido, discutir com a direção do sindicato a candidatura de Fernando Henrique Cardoso ao Senado, em novembro daquele ano.

A movimentação em torno da candidatura de Fernando Henrique ajudou a unificar grande parte da esquerda brasileira e aproximar os sindicalistas autênticos do MDB, apesar das críticas feitas ao partido quanto ao espaço dado aos trabalhadores no seu interior. Várias organizações – como o PCB, MR-8, PCdoB, Ação Popular-Marxista Leninista (AP-ML)<sup>16</sup> e Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) – apoiavam os candidatos

---

<sup>14</sup> NORONHA, Eduardo Garuti. *Greves na transição brasileira*, vol.1. Campinas: UNICAMP, 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas.

<sup>15</sup> A própria entrada de Lula na chapa que concorreu à direção do sindicato em 1972 aconteceu por intermédio de um dos seus irmãos, Frei Chico, que era militante do PCB.

<sup>16</sup> A AP-ML, dissolvida em 1981, era herdeira da antiga Ação Popular (AP), organização de base ideológica cristã fundada em 1963. Ao longo dos anos 1960, a AP passou a se orientar teoricamente pelo marxismo-leninismo. A divergência em torno da influência cubana e chinesa gerou seu primeiro racha: a formação do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), em 1968 – cujos membros eram contrários à vertente chinesa. Boa parte dos militantes do PRT, que encerrou suas atividades em 1971, apoiaria a criação do PT, já nos anos 1980. Por sua vez, a maioria que permanecera na AP, então decidida pelo *maoísmo*, mudou o nome da organização para AP-ML, em 1971. Dois anos depois, com apoio da China, a AP-ML optou pela dissolução do grupo no interior do PCdoB, reconhecido como o verdadeiro partido da vanguarda proletária. A minoria contrária à dissolução decidiu manter a organização sob o mesmo nome. Porém, com a intensa repressão da ditadura, a AP-ML praticamente desapareceu. Os membros da sua direção nacional foram enviados para o exílio, onde, em conjunto com o MR-8 e a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP), editaram a revista *Brasil Socialista*. Por isso, era chamada nessa época também de AP-Socialista. Na segunda metade dos anos 1970, a AP-ML passou por uma revisão do maoísmo, definitivamente abandonado como perspectiva teórica. Com a reforma partidária, a maioria dos seus

da tendência popular do partido, como era o caso de Fernando Henrique, por considerarem que eles traziam a idéia de renovação do MDB, ajudando o partido a se aproximar dos movimentos populares e unificando a oposição à ditadura. No meio sindical, Arnaldo Gonçalves “parece ter tido considerável peso para esta aproximação”<sup>17</sup> com os emedebistas, uma vez que, como militante do PCB, apoiava o partido oficial de oposição nas eleições de 1978<sup>18</sup>. A ligação dos autênticos com o MDB estreitou-se de tal forma naquele período que alguns sindicalistas, como Jacó Bittar, chegaram até mesmo a participar de um encontro do partido, junto com Fernando Henrique e Franco Montoro, que também era candidato a senador pela oposição. Porém, como declarou o próprio Bittar na época, “não sentia que as questões de interesse dos trabalhadores estivessem sendo suficientemente abordadas” dentro do MDB<sup>19</sup>.

Passadas as eleições de 1978, quando Lula declarou ter se arrependido do apoio dado a Fernando Henrique Cardoso<sup>20</sup>, foi realizada uma reunião na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo para discutir a proposta de um partido formado só por trabalhadores. A convite do próprio Lula, participaram da reunião parte dos sindicalistas que haviam trabalhado juntos durante o Movimento pela Reposição Salarial de 1977 – entre eles, Hugo Perez, Arnaldo Gonçalves, Henos Amorina e Jacó Bittar – e alguns dirigentes sindicais também considerados autênticos, como Afonso de Souza e Raimundo Santos, ambos do Sindicato dos Padeiros de São Paulo; João Carlos, dos Petroleiros de Caxias do Sul; Paulo Skromov, dos Coureiros de São Paulo; e José Ciccote, dos Metalúrgicos de Santo André. De todos os participantes, apenas quatro – Lula, Bittar, Skromov e Ciccote – apoiaram a proposta: justamente os que não estavam vinculados ao PCB, PCdoB e MR-8. Os demais alegaram que os candidatos recém-eleitos do MDB precisavam de apoio de todos os setores, como o sindical, ou que a idéia de um partido dos

---

militantes filiou-se ao PT, onde se reencontraram com antigos companheiros da AP que haviam saído em 1968. O restante dividiu-se entre o PMDB, PCB e PCdoB. É importante destacar que há uma confusão de siglas feita pela literatura e por militantes de esquerda de um modo geral, dado que a AP-ML é, muitas vezes, chamada de AP, apesar de, formalmente, esse nome ter sido utilizado até 1971. Sobre a AP, ver RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.) *História do marxismo no Brasil*. vol.5. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, pp.213-282.

<sup>17</sup> BERBEL, *op. cit.*, p.76.

<sup>18</sup> O PCB foi a única organização a apoiar o MDB desde 1965, ano de fundação do partido. Somente a partir de meados da década de 1970, quando os grupos que haviam participado da luta armada passaram por um processo de reorientação política, é que os emedebistas obtiveram o apoio de outras organizações de esquerda, como o MR-8 e PCdoB.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p.77.

<sup>20</sup> “Ouvi muitas críticas no sentido de que eu não deveria apoiar ninguém e sim ser o candidato ao Senado. Hoje reconheço que minha inexperiência em política partidária fez com que cometesse alguns erros fundamentais. [...] Em vez de termos ajudado um candidato, deveríamos ter pleiteado com mais força uma vaga para ser disputada por um trabalhador” (GUIZZO, João et al. (Edits.) *Lula – entrevistas e discursos*. São Bernardo do Campo: ABCD Sociedade Cultural, p.147).

trabalhadores já existia no conjunto das propostas em debate. Mesmo assim, em janeiro de 1979, a discussão sobre o PT ampliou-se dentro do movimento sindical, ainda que com críticas dos partidos comunistas e do MR-8, que acusavam seus articuladores de fragmentarem a oposição. A acusação de *divisionismo* foi utilizada inúmeras vezes na época pelos grupos que apoiavam o MDB para qualificar os que defendiam a criação de novos partidos de oposição ao governo. Esses grupos alegavam que as divisões poderiam comprometer o processo de abertura ou mesmo, pelo radicalismo de algumas propostas, levar a um retrocesso político, como o temido endurecimento do regime militar.

Durante aquele mês, a realização de várias reuniões intersindicais acabaram unificando a proposta do partido com as principais demandas do sindicalismo autêntico, como a liberdade e a autonomia sindicais, a garantia de emprego e o salário mínimo unificado<sup>21</sup>. No dia 19, lideranças sindicais autênticas de todo o país se reuniram em Porto Alegre para discutir os requisitos para filiação no futuro partido. Ficou definido que, aos que desejassem participar da agremiação, não bastaria apenas ser sindicalista; também seria preciso opor-se à estrutura sindical, reivindicando sua autonomia – exigência que afastava os dirigentes *tradicionais* da proposta petista. Além disso, não era estabelecido nenhum compromisso com os emedebistas no sentido de declarar apoio ao partido de oposição, o que foi muito criticado pelos militantes do PCB, PCdoB e MR-8, que defendiam a participação no MDB.

Em meio à divisão das lideranças sindicais por conta da questão partidária, foi realizado, no final de janeiro, na cidade de Lins (SP), o IX Congresso dos Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricistas do estado de São Paulo. Popularmente conhecido como Congresso de Lins, o evento tornou-se um marco no processo que levaria à fundação do Partido dos Trabalhadores, pois foi exatamente nesse encontro que os sindicalistas lançaram formalmente a proposta de criação do PT. Na época, o sindicato presidido por Benedito Marcílio apresentou um documento elaborado por um grupo de trabalhadores em que eram definidas as principais idéias do novo partido. Marcílio era ligado à Convergência Socialista, organização política que coordenara sua campanha a deputado estadual nas eleições do ano anterior.

Inicialmente, *Convergência Socialista* foi o nome de um movimento lançado em março de 1978 pelo Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), com o objetivo de “aglutinar setores e militantes ‘socialistas’ para a formação de um partido socialista no

---

<sup>21</sup> BERBEL, *op. cit.*

Brasil”<sup>22</sup>. A Liga Operária, organização que dera origem ao PST, fora criada em 1974 a partir da união de um grupo de exilados brasileiros no Chile com ex-militantes da Fração Bolchevique-Trotskista (FBT)<sup>23</sup> que haviam se aproximado da corrente morenista da IV Internacional. Do Chile, alguns desses exilados foram primeiro para a Argentina, onde trabalharam com o *Partido Socialista de los Trabajadores* (PST) argentino na edição do jornal *Independência Operária*, e depois para o Brasil, quando passaram a atuar junto com os antigos militantes da FBT<sup>24</sup>.

Cinco meses após a criação do movimento, a Convergência Socialista realizou sua I Conferência Nacional, com a participação de 150 delegados, representando sete estados – entre eles, Benedito Marcílio e Geraldo Siqueira, militante da AP-ML e um dos primeiros parlamentares a aderir ao PT. Nessa reunião, foi aprovado o Programa da Convergência Socialista, de forte inspiração no Programa de Transição formulado por Trotsky. No documento, a Convergência declarava que pretendia “traçar uma ponte entre os problemas mínimos e democráticos pelos quais as massas se mobilizam”, apontando como “única saída para a crise do país” a formação de um “governo dos trabalhadores que inicie a construção do Brasil Socialista”<sup>25</sup>. Apresentando o Partido Socialista (PS) como uma alternativa às propostas discutidas na época, a Convergência afirmava ainda que a nova agremiação deveria defender os pontos aprovados no documento, podendo até mesmo formar frentes políticas com outras agremiações, organismos ou personalidades que tivessem os mesmos objetivos. Para levar sua proposta adiante, inicialmente, a Convergência apoiou os setores considerados socialistas do MDB, chegando, inclusive, a se declarar como corrente interna do partido, como vimos antes. Porém, com as articulações em torno da criação do Partido dos Trabalhadores e avaliando que o “objetivo de convergir o ‘pólo operário e socialista’ para um único movimento pró-partido socialista não se realizou”<sup>26</sup>, o apoio ao MDB foi transferido para o PT, cuja proposta a Convergência Socialista acreditava ser totalmente compatível com o tipo de partido que ela

---

<sup>22</sup> SILVA, Antônio Ozaí da. *História das tendências no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Proposta, s.d., p.187.

<sup>23</sup> A FBT era uma dissidência do antigo Partido Operário Revolucionário-Trotskista (POR-T) surgida no final dos anos 1960 em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Enquanto os militantes paulistas apoiaram a criação da Liga Operária, em 1974, os gaúchos ajudaram a formar, junto com outros grupos, a Organização Marxista Brasileira (OMB), no ano seguinte. Sobre o PORT, ver PEREIRA NETO, Murilo Leal. *Outras histórias: contribuição à história do trotskismo no Brasil (1952-1966) – o caso do POR (Partido Operário Revolucionário)*. São Paulo: USP, 1997. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo.

<sup>24</sup> LEAL, Murilo; KAREPOVS, Dainis. Os trotskismos no Brasil (1966-2000). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.) *História do marxismo no Brasil*. vol.6. Campinas: Editora da UNICAMP (no prelo).

<sup>25</sup> Citado em LEAL e KAREPOVS, *op. cit.*, p.13.

<sup>26</sup> SILVA, *op. cit.*, p.186.

defendia até poucos meses antes do Congresso de Lins – em particular, o caráter revolucionário atribuído ao operariado<sup>27</sup>.

Antes de enumerar as propostas dos sindicalistas, a *Tese de Santo André-Lins* – nome do documento apresentado em Lins pelo sindicato dirigido por Marcílio – fez uma breve análise da conjuntura política da época e da história do movimento operário, destacando a importância de os trabalhadores criarem o seu próprio partido. O documento afirmava que, enquanto existisse um “governo de patrões”, os trabalhadores teriam que se engajar na “luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existe neste País”<sup>28</sup>. Essas reivindicações, por sua vez, só poderiam ser alcançadas caso os trabalhadores organizassem “os seus partidos que, englobando todo o proletariado, lutem por efetiva libertação da exploração”, uma vez que “a história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é o seu partido político”, destacava o texto.

Sobre o momento político, o documento afirmava que o processo de abertura promovido pelo regime militar não levaria ao “fim da exploração a que os trabalhadores estão submetidos; ao contrário, os ditadores tentarão utilizar novas formas de acaudilhar os trabalhadores para seus projetos”. Para os sindicalistas, o MDB não poderia cumprir o papel de legítimo representante dos trabalhadores, dada a sua própria “composição heterogênea”. Como vimos no início, internamente, a agremiação estava dividida em vários grupos que haviam se juntado na luta pela democratização e pelo fim da ditadura. Porém, enquanto alguns desses grupos efetivamente se aproximavam das reivindicações dos trabalhadores – esse foi o caso, por exemplo, da tendência popular do MDB, formada pelos parlamentares eleitos em 1978 –, outros tinham uma postura conservadora que os afastavam das propostas dos dirigentes autênticos.

Ao final, os sindicalistas enumeraram cinco propostas sobre a criação do Partido dos Trabalhadores. Os dois primeiros itens tratavam de temas relacionados especificamente ao meio sindical, mas que pela estreiteza das suas definições acabaram afastando os grupos mais tradicionais. No documento, era defendida a “total desvinculação dos órgãos sindicais do aparelho estatal”, questão considerada “fundamental para o desenvolvimento da vida sindical” e “democratização dos sindicatos”. Já os itens seguintes tratavam dos temas propriamente políticos, definindo quais seriam os próximos passos para a criação do PT e

---

<sup>27</sup> BERBEL, *op. cit.*

<sup>28</sup> IX CONGRESSO dos Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricistas do estado de São Paulo. *Tese de Santo André-Lins*, 1979, mimeo.

como deveria ser o novo partido. Além de defenderem o lançamento de um manifesto elaborado pelos congressistas, “chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido”, os signatários do documento sugeriam ainda a formação de uma comissão responsável por ampliar os contatos com outros grupos que quisessem participar do PT, encaminhar nacionalmente a discussão com as bases sobre a nova agremiação e também redigir um manifesto dirigido aos trabalhadores de todo o país convidando-os para construir o novo partido.

As propostas contidas na Tese de Santo André-Lins foram aprovadas por quase todos os congressistas, havendo apenas uma abstenção e um voto contra, justamente de militantes ligados ao PCB. O maior problema, contudo, foi o fato de que, mesmo com a estreiteza das propostas, os dirigentes tradicionais, que desde o ano anterior vinham articulando a organização de um partido nos moldes do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sentiram-se contemplados e também decidiram votar a favor da criação do PT. Poucos dias depois, esses dirigentes se encontraram com alguns sindicalistas autênticos, em Osasco, numa reunião que ratificou a decisão tomada no evento intersindical realizado em Porto Alegre, no mês de janeiro. A partir de então, as discussões sobre o PT passaram a contar exclusivamente com os setores que defendiam as propostas dos dirigentes autênticos, abandonando a perspectiva de aproximação com o conjunto do movimento sindical, onde se incluíam os sindicalistas tradicionais, ou mesmo dos autênticos, que abrigava dirigentes favoráveis ao apoio ao MDB.

Em fevereiro, teve início a discussão sobre a Carta de Princípios do PT, que deveria ser formulada nos meses seguintes. A maior parte dos envolvidos na elaboração do documento estava ligada ao meio sindical, o que acabou aumentando ainda mais as críticas do PCB e MR-8, que acusavam os dirigentes sindicais que defendiam a proposta petista de enfraquecerem a luta pelo restabelecimento da democracia e dividir o movimento por conta de questões político-partidárias<sup>29</sup>. Fora do meio sindical, as duas únicas organizações políticas que participaram do processo de discussão da Carta foram a Convergência Socialista e um pequeno grupo chamado Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros

---

<sup>29</sup> Sobre o PCB, vale notar que a crítica dirigida ao PT também se baseava na perspectiva de que os comunistas eram os legítimos representantes da classe trabalhadora. A divisão, portanto, não era causada pelo PCB, com uma história que remontava à década de 1920, mas sim pelo PT. Cerca de um ano depois, Lula faria a seguinte declaração sobre o assunto: “Não é novidade o pessoal do PC ser contra o PT. Porque eles entendem que o partidos dos trabalhadores já existe desde 1922 e que eles são os legítimos representantes da classe trabalhadora” (GUIZZO, *op. cit.*, p.252).

(CLTB)<sup>30</sup>, ligado a Paulo Skromov, que havia militado na Organização Socialista Internacionalista (OSI) até maio de 1978.

A OSI fora criada cerca de dois anos antes, numa conferência realizada em Praia Grande, no litoral paulista, a partir da unificação da Organização Marxista Brasileira com o Grupo Comunista 1º de maio. A OMB havia sido fundada em 1975 com a fusão de três agrupamentos políticos: a Fração Bolchevique-Trotskista; o Grupo Outubro, organizado em 1970, em Paris, por militantes da FBT exilados na França; e a Organização pela Mobilização Operária (OMO), formada por dissidentes paulistas do Grupo Comunista 1º de maio – na época, liderados por Skromov. A unificação dos dois grupos que formaram a OSI foi decidida no final de 1975 numa reunião do *bureau* Internacional do CORQUI, corrente da IV Internacional a que a Organização Socialista Internacionalista se vincularia. No final da década de 1970, a OSI ficou mais conhecida pelo seu braço no movimento estudantil, a *Liberdade e Luta*, popularmente chamada de *Libelu*, nome que foi incorporado ao “vocabulário da época como um adjetivo, qualificando o jovem radical, quase típico do momento”<sup>31</sup>. Apesar de serem organizações políticas, tanto a Convergência Socialista quando o CLTB, ambos trotskistas, participaram das discussões sobre a Carta de Princípios por influência dos sindicalistas aos quais estavam ligadas: Benedito Marcílio à Convergência e Skromov ao CLTB.

Durante todo o mês de fevereiro até abril, quando o documento foi aprovado, os dois grupos trotskistas divergiram bastante com relação ao conteúdo da Carta. Enquanto a Convergência defendia a vinculação direta entre a sindicalização do trabalhador e sua filiação ao novo partido, o texto apresentado por Skromov, que serviu de base para o documento, repetia algumas das posições expostas no início do ano durante o IX Congresso dos Metalúrgicos – como a crítica ao MDB – e detalhava alguns pontos que haviam ficado muito amplas na Tese de Santo André-Lins, como as características do novo partido. Tempos depois, ao comentar a proposta da Convergência Socialista, Wagner Benevides – na época, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais e membro da comissão responsável pela redação da Carta de Princípios – afirmou o seguinte: “o nosso maior questionamento foi esse: se a estrutura sindical nossa é pelega, burguesa, ligada ao Estado,

---

<sup>30</sup> Em 1982, o CLTB foi incorporado à Democracia Socialista. No ano anterior, a DS já havia se unificado com outro agrupamento trotskista, racha da Convergência: a Organização Revolucionária dos Trabalhadores (ORT), liderada por Júlio Tavares. Após a unificação, a DS passou a se chamar Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista (ORM-DS).

<sup>31</sup> LEAL e KAREPOVS, *op. cit.*, p.7.

se nós ligarmos o partido a essa estrutura o nosso partido teria também essa característica. Essas coisas contaminarão o partido”<sup>32</sup>.

Enquanto isso, alguns dirigentes sindicais se afastaram dos trabalhos de organização do PT para se dedicarem à campanha salarial de 1979. Além das discussões em torno da proposta petista, os sindicalistas também definiram durante o Congresso de Lins a pauta de reivindicações daquele ano. As divergências no meio sindical, acentuadas ainda mais pelo debate partidário, ficaram explícitas na campanha de 1979, quando alguns sindicatos adotaram uma postura diferente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, controlada por dirigentes tradicionais, intensificando o trabalho junto aos operários, realizando assembléias e preparando-se para uma possível paralisação, como no ano anterior.

No dia 13 de março, após uma longa negociação com o patronato, alguns sindicatos decidiram deflagrar a greve geral dos metalúrgicos, iniciada nas fábricas da Ford e da Volkswagen, na região do ABC. No mesmo dia, foi realizada no Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo, uma gigantesca assembléia reunindo aproximadamente 60 mil operários para definir os rumos da mobilização. A greve, logo considerada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho, teve a participação dos sindicatos do ABC e de outras cidades do interior paulista, de modo que já no dia 17, com apenas quatro dias de mobilização, cerca de 170 mil operários estavam com suas atividades paralisadas. Os líderes do movimento, então, passaram a discutir a criação de um *fundo de greve* para suprir as necessidades dos trabalhadores durante os dias parados, pois em muitos casos os pontos haviam sido cortados pelas empresas.

Com o crescimento da mobilização e a participação cada vez maior dos operários nas assembléias realizadas em São Bernardo, o governo interveio em três sindicatos do ABC, na tentativa de desarticular a direção grevista: além da entidade presidida por Lula, o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e de São Caetano também tiveram suas diretorias substituídas por interventores, na noite do dia 23 de março. Aconselhado por Almir Pazzianoto, advogado que prestava serviços aos sindicatos locais; Tito Costa, prefeito emedebista de São Bernardo; e alguns dirigentes sindicais, Lula, que era um dos principais líderes do movimento, imediatamente afastou-se da coordenação da greve. Na época, seu afastamento foi justificado por medida de segurança, pois havia a impressão

---

<sup>32</sup> Entrevista de Wagner Benevides citada em HARNECKER, Marta. *O sonho era possível: a história do Partidos dos Trabalhadores* narrada por seus protagonistas. São Paulo: Casa América Livre, 1994, p.66.

generalizada de que ele pudesse ser preso a qualquer momento, o que trazia incertezas quanto às conseqüências disso para a própria mobilização<sup>33</sup>.

Com a deposição da diretoria do Sindicato de São Bernardo do Campo, o fundo de greve, cujos recursos vinham sendo guardados na entidade desde o início da paralisação, foi transferido para a Igreja Matriz da cidade, que passou a abrigar as reuniões dos dirigentes sindicais e dos membros do comando de greve. Depois de quase dois dias afastado da direção do movimento, Lula reassumiu a coordenação da greve, junto com Benedito Marcílio, numa assembléia realizada em frente à Igreja Matriz, no Paço municipal de São Bernardo, com a presença de quase 20 mil trabalhadores. Todos esses episódios acabaram influenciando a própria mobilização dos operários: em muitos locais, os trabalhadores retornaram às suas atividades, fazendo com que os membros do comando de greve “reavaliassem o movimento e visualizassem a inviabilidade do seu prosseguimento”<sup>34</sup>. Por isso, já no dia 27, quatro dias após a intervenção nos sindicatos, as principais lideranças grevistas firmaram um acordo com o patronato garantindo uma trégua de 45 dias, período em que seriam feitas novas negociações com as empresas. Durante todo o mês de abril, porém, longe de haver uma trégua, foram registradas, em várias empresas, demissões em massa dos trabalhadores que haviam aderido à greve e cortes nos salários dos dias parados.

Para 1º de maio, estava programado um grande evento em São Bernardo do Campo para comemorar o feriado do Dia dos Trabalhadores, data que os articuladores do PT haviam escolhido para divulgar a Carta de Princípios do novo partido. Um episódio curioso marcou os trabalhos da comissão no mês de abril. Para imprimir o documento, a Convergência Socialista emprestou a gráfica onde era produzido o jornal *Versus*, uma publicação do grupo. A poucos dias do evento, membros da comissão eleita no Congresso de Lins foram até a gráfica para procurar o material, quando, ao invés de encontrarem cópias do documento, viram cerca de 10 mil cadernos editados com o mesmo *layout* e expediente do jornal, como se a Convergência, e não os sindicalistas, fosse a principal força nas articulações para criação do PT. Temendo que a vinculação com a Convergência pudesse afastar novos apoios ao partido, a comissão decidiu suspender a distribuição dos cadernos que haviam sido impressos.

No Dia do Trabalhador, aproximadamente 130 mil pessoas compareceram ao evento comemorativo, organizado em conjunto por setores que apoiavam a proposta petista e

---

<sup>33</sup> Entrevista de Djalma Bom citada em BERBEL, *op. cit.*

<sup>34</sup> ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho – confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992, p.50.

militantes do MDB. Por isso, houve um acordo para que não fossem discutidas questões partidárias nos discursos programados para aquele dia. “Dissemos o seguinte: não vamos falar nada do PT, vamos apenas nos limitar a distribuir para a imprensa algumas cópias da Carta de Princípios. Se vocês não levarem Ulisses Guimarães e também não se referirem a outros partido, fechamos o acordo”<sup>35</sup>. Porém, quando foi lida uma carta dirigida aos trabalhadores enviada especialmente por Ulysses Guimarães – na época, deputado federal e presidente do MDB – vários dirigentes que participavam das articulações para a criação do PT sentiram-se liberados para defender o novo partido. O PT, que até então era apenas uma proposta, “tornou-se um fato”, pois no dia seguinte ao 1º de maio a imprensa de todo o país divulgou trechos do documento distribuído durante o evento em São Bernardo<sup>36</sup>.

A Carta de Princípios retomava alguns pontos da Tese de Santo André-Lins, como a crítica ao MDB, considerado um “aglomerado de composição altamente heterogênea e sob controle e direção de elites liberais conservadoras” que, “pela sua origem, pela sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas sobretudo pela sua composição social essencialmente contraditória, onde [...] prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado”<sup>37</sup>. De outro lado, o documento detalhava a proposta do Partido dos Trabalhadores, cujo perfil definido no Congresso de Lins ainda era muito geral. Na Carta, o PT se definia com um partido de massas que unia “ao lado dos operários, [a] vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóiafrias, profissionais liberais, estudantes, etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política”. A característica principal da proposta, portanto, era a de construir um “partido sem patrões” que pudesse garantir aos trabalhadores o direito de participar politicamente de um partido que fosse verdadeiramente seu, ao contrário do MDB. Além da própria definição do perfil do novo partido, um ponto que resultou em muitas críticas de lideranças políticas da época foi o que vinculava a criação do PT aos dirigentes sindicais que estavam à frente da proposta. No documento, os sindicalistas afirmavam ter consciência de que não eram os “donos do PT”, mas que naquele momento eram “insubstituíveis” para assumir o papel de organizadores do

---

<sup>35</sup> Entrevista de Paulo Skromov citada em HARNECKER, *op. cit.*, p.76.

<sup>36</sup> BERBEL, *op. cit.*, p.89. Cópias da carta também foram distribuídas em outras cidades, mas em número bem menor que em São Bernardo do Campo. Nesse sentido, o episódio envolvendo o jornal *Versus* prejudicou a circulação mais ampla do documento.

<sup>37</sup> COMISSÃO Coordenadora Provisória do Partido dos Trabalhadores. *Carta de Princípios*, 1979, mimeo.

novo partido, usando “nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores”, completaram.

A Carta de Princípios destacava ainda algumas propostas importantes que o novo partido defendia, como a mudança do modelo econômico, o fim do regime militar, o incentivo à organização popular, a subordinação das atividades parlamentares aos trabalhos de organização das massas, o respeito ao direito de fração e de tendências no seu interior, além da intenção de implantar núcleos de militantes em locais de trabalho, sindicatos e bairros. Quanto à democracia e ao socialismo, assunto que sempre gerou interpretações divergentes, o novo partido afirmava “seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas”, considerando que “não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo”. O próprio conceito de socialismo do PT era peculiar, podendo ser entendido como simples sinônimo de radicalização da democracia, que por sua vez significava a forma de acesso da sociedade civil aos seus direitos. Essa definição mais fluida dos conceitos de *democracia* e *socialismo* permitiu aos grupos tão diversos que apoiaram a proposta petista, como os sindicalistas e as organizações de esquerda, conviverem juntas durante bastante tempo, cada um interpretando esses conceitos ao seu modo<sup>38</sup>.

O lançamento da Carta gerou muita polêmica no movimento sindical e também entre os políticos que discordaram do seu conteúdo. Na época, muitas lideranças políticas criticaram a proposta, classificando-a como extremamente *classista* – portanto, restrita – e estritamente sindical – o que diminuía consideravelmente a base social de apoio ao novo partido. Fernando Henrique Cardoso, que àquela altura já havia abandonado a idéia de criação do PPDS, afirmou que o PT tomara um “curso restritivo” com as propostas contidas na Carta de Princípios. Almino Affonso, que desde março optara por fortalecer a tendência popular do MDB, também censurou o lançamento do documento. No próprio partido de oposição, vários parlamentares criticaram a proposta petista, que qualificava o MDB como uma agremiação ligada aos interesses patronais. Entre as esquerdas, PCB, PCdoB e MR-8 prosseguiram nas críticas que vinham fazendo ao PT desde 1978 de que o partido representava uma divisão no meio sindical e nas oposições, propondo alternativas como a criação de uma *Frente Patriótica Antifascista* de oposição ao regime militar e sem distinção de classe quanto à sua composição ou de uma *Frente Democrática Popular*,

---

<sup>38</sup> KECK, Margaret. *PT – A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

afastando do MDB os que fossem comprometidos com o governo<sup>39</sup>. Nem a Igreja Católica, que desde os anos 1960 vinha apoiando os movimentos sociais e que durante a greve daquele ano ajudara na mobilização, aderiu ao PT.

Em linhas gerais, os críticos do novo partido consideraram irresponsáveis e aventureiras as propostas divulgadas no dia 1º de maio, num momento de união das forças oposicionistas em favor da democracia, somando-se a isso as divergências entre os sindicalistas que participavam do Movimento pró-PT de prosseguir com a greve após os 45 dias de trégua estabelecidos no final de março<sup>40</sup>. No meio sindical, a comissão responsável pela elaboração do documento também foi duramente criticada, principalmente porque a Carta de Princípios fora distribuída sem que houvesse qualquer discussão sobre o seu conteúdo junto às lideranças sindicais. Muitos desses dirigentes, inclusive Lula, afirmaram que o ato havia sido precipitado e fruto do “vanguardismo” da comissão, cujos “membros pertenciam ou eram simpáticos a organizações de esquerda de tendência trotskista”<sup>41</sup>, como Skromov, por exemplo.

Pouco mais de uma semana depois, as divergências entre os sindicalistas aumentariam, por causa da decisão do comando de greve de encerrar as mobilizações no ABC. Como vimos, o episódio envolvendo a divulgação da Carta de Princípios e a repercussão que ela teve no meio político e sindical tinham ocorrido durante a trégua firmada entre os líderes da greve e o patronato. No dia 12 de maio, o comando de greve assinou um acordo com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) pondo fim à mobilização daquele ano. O acordo, que além de “bastante insatisfatório”<sup>42</sup>, se comparado à proposta inicial dos trabalhadores, ainda previa descontos dos dias parados, motivou discussões entre os líderes da mobilização. De um lado, alguns sindicalistas eram favoráveis à aceitação da proposta da FIESP, prevendo que isso facilitaria a retomada dos sindicatos que estavam sob intervenção federal. De outro, um grupo de dirigentes mais radicais defendiam a continuação da greve como forma de pressionar o governo a reconduzir os diretores afastados aos seus cargos. No dia seguinte, foi realizada uma nova assembléia em São Bernardo do Campo para apresentar a proposta aos trabalhadores, que aprovaram o acordo, em meio “à dificuldade de obtenção de algo mais favorável e [...] à

---

<sup>39</sup> No MDB, esse grupo de parlamentares ficou conhecido como *adesista* ou *fisiologista*, por causa das práticas clientelísticas de que dependiam seus mandatos e também pela extrema cautela com que se relacionavam com o governo. Até a extinção do AI-5, em dezembro de 1978, muitos deles temiam ter os seus mandatos cassados pelo regime, o que ajuda a explicar, em parte, o comportamento do grupo.

<sup>40</sup> BERBEL, *op. cit.*

<sup>41</sup> MENEGUELLO, *op. cit.*, p.67.

<sup>42</sup> ANTUNES, *op. cit.*, p.53.

priorização que passou a ser dada no sentido da recuperação do Sindicato pelos operários”. Já no dia 15, a intervenção foi suspensa pelo governo e os sindicatos entregues às suas diretorias, sem que houvesse necessidade de uma tentativa de ocupação à força, como fora cogitado na assembléia da ante-véspera.

O fim da greve, porém, apenas acentuou as divergências entre os sindicalistas envolvidos nas articulações do PT. Alguns, como Paulo Skromov e Jacó Bittar, que já haviam sido surpreendidos pelo afastamento de Lula, no início da greve, e se desentendido com ele por conta da divulgação da Carta de Princípios, acreditavam na estratégia do enfrentamento, e por isso não concordaram com a suspensão das mobilizações e a volta ao trabalho. O fato de o acordo com os patrões ter sido firmado no dia 12 – portanto, antes de a proposta ser discutida na assembléia – também ajudou a reforçar as diferenças entre esse grupo e os sindicalistas ligados a Lula.

Encerrado o movimento grevista daquele primeiro semestre, Lula passou a manifestar a intenção de aproximar-se do MDB, que apoiara os metalúrgicos durante a greve de 1979, para viabilizar a construção do PT<sup>43</sup>. Essa nova posição expressava, por um lado, a reavaliação feita sobre o papel que os emedebistas poderiam desempenhar naquele momento e, por outro, a completa discordância com o conteúdo do documento divulgado no Dia dos Trabalhadores, de cuja elaboração Lula não participara e onde o MDB, como vimos antes, era duramente atacado. As duas propostas, de uma agremiação mais ampla – tendo, inclusive, o apoio de parte da oposição oficial – e de um partido classista, fechado, conviveriam até o início de 1980, quando o PT optou por um caminho aberto à participação de amplos setores.

Entre os meses de junho e outubro, quando o Movimento pró-PT seria lançado nacionalmente, foram realizadas várias reuniões entre sindicalistas, intelectuais, políticos e líderes de diversos movimentos sociais na tentativa de se chegar a um consenso com relação às três propostas em jogo: a criação do Partido dos Trabalhadores; a formação de um partido popular, mais amplo do que o PT; e a continuação no MDB. Apesar das comissões criadas para discutir o assunto e das inúmeras articulações, as “diferenças de avaliação tanto

---

<sup>43</sup> “Não podemos perder de vista que nós temos um grupo de políticos hoje dentro do MDB, elementos sérios, que sem dúvida poderiam participar dessa discussão [sobre o PT]” (GUIZZO, *op. cit.*, p.193). A aproximação de Lula com o MDB, durante a greve de 1979, pode ser atribuída às atividades desenvolvidas em conjunto com Almir Pazzianotto e Tito Costa, que não cogitavam o rompimento com o partido, e também com o sindicalista Enílson Simões de Souza, o Alemão, presente nos preparativos grevista daquele ano e crítico da formação do PT (BERBEL, *op. cit.*).

da estrutura, que dava lugar às oportunidades políticas, quanto da identidade e dos interesses dos grupos envolvidos”<sup>44</sup> acabou levando à divisão desses grupos.

Por isso, cada um deles adotou estratégias diferentes para levar seu projeto adiante. Alguns, como Fernando Henrique Cardoso e Almino Affonso, buscaram colocar-se como pólo de atração para a formação de um partido popular, tendo em vista a expectativa de que, com a reforma partidária, as novas agremiações só pudessem ser criadas com o apoio de 10% do Congresso Nacional, o que favoreceria aqueles que tivessem bom trânsito entre os políticos, o que não era o caso dos sindicalistas. Esses dirigentes, que àquela altura já tinham conquistado o apoio de parte dos intelectuais envolvidos nas discussões e de dois parlamentares emedebistas – Edson Khair, do Rio de Janeiro, e Antônio Carlos de Oliveira, do Mato Grosso do Sul –, preferiram arriscar com a proposta petista, que poderia ser inviabilizada caso a reforma partidária tivesse realmente o conteúdo esperado, do que não conseguir encaminhar suas reivindicações no MDB. Por fim, um terceiro grupo optou por continuar no partido oficial de oposição, até mesmo pelo êxito alcançado nas eleições do ano anterior. Apesar do interesse real em se aproximarem do PT, para os parlamentares da ala popular emedebista era arriscado filiar-se ao novo partido naquele momento, pois caso a experiência petista fracassasse acabariam isolados junto com o PT. Por outro lado, se a proposta tivesse sucesso, mas permanecesse restrita, tal como definia a Carta de Princípios, poderiam ser prejudicados num futuro projeto de reeleição, em 1982. Durante aqueles meses, ao mesmo tempo em se tentou chegar a um consenso sobre os rumos da oposição, os sindicalistas envolvidos na proposta petista se reuniram com lideranças de outros estados para organizar comissões provisórias do novo partido.

Finalmente, no dia 13 de outubro, pouco mais de um ano depois de lançada a proposta de criação do Partido dos Trabalhadores, foi realizado, em São Bernardo do Campo, o primeiro encontro nacional do Movimento pró-PT. Além dos intelectuais que apoiavam a formação do partido, também participaram do evento alguns parlamentares do MDB, como Edson Khair e José Eudes, do Rio de Janeiro, e os paulistas Marco Aurélio Ribeiro e Geraldo Siqueira. Outros grupos também foram representados na reunião através da cobertura e do apoio dado por alguns jornais alternativos da época: o *Companheiro*, do MEP; o *ABCD Jornal*, da Convergência Socialista, do Ala Vermelha<sup>45</sup> e também do Movimento pela Emancipação do Proletariado; e o *Em Tempo*, editado pelos grupos que formariam a DS, no final daquele ano.

---

<sup>44</sup> KECK, *op. cit.*, p.86.

<sup>45</sup> Dissidência do PCdoB fundada em 1966.

O encontro esteve voltado basicamente para a discussão sobre a Plataforma que seria aprovada naquele dia. O ponto mais polêmico nos debates a respeito do documento foi a inclusão expressa, ou não, da perspectiva socialista como um dos objetivos do PT. A proposta, que acabou não sendo incluída no texto final<sup>46</sup>, foi avaliada por alguns participantes como precipitada, especialmente porque o país estava em meio a um processo de transição política. Já os sindicalistas, consideravam que a questão do socialismo ainda não era compreendida pela maioria dos trabalhadores, de modo que sua inclusão nos documentos poderia ter o efeito contrário ao esperado, afastando-os do PT. Tal como na Carta de Princípios, a concepção de socialismo continuou sem muita precisão, o que foi importante, pelo menos naquele momento, para abrigar sob a proposta petista grupos tão variados como os que apoiavam a criação do partido.

Outro ponto que gerou muita polêmica foi inclusão nos textos finais da perspectiva de um *governo dos trabalhadores*, expressão que, no Brasil, fora lançada originalmente pela ORM-POLOP, em 1966, como uma concepção tática em direção ao socialismo. No encontro, a idéia serviu como proposta de consenso entre os grupos que aderiram ao PT, uma vez que expressava o conteúdo classista do novo partido, como defendiam os redatores da Carta de Princípios, mas sem reconhecer o PT como um partido socialista, tal como defendiam alguns sindicalistas e intelectuais. Ao final do encontro, foi eleita a Comissão Nacional Provisória do partido, da qual não fizeram parte os intelectuais. O grupo – formado pelos membros do comitê eleito em janeiro, em Lins, e por outros treze militantes – ficou responsável por coordenar os trabalhos relativos à criação dos núcleos partidários, como exigia a legislação.

Menos de uma semana após o encontro, o governo João Baptista Figueiredo (1979-1985), o último do regime militar, enviou para o Congresso Nacional o tão esperado projeto de reforma partidária. A nova legislação, que seria promulgada pouco antes do final do ano, introduziu modificações importantes na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) de 1971. Antes de mais nada, eram dissolvidos os dois únicos partidos da época, ARENA e MDB, pondo fim ao bipartidarismo instaurado nos primeiros anos do regime. Como vimos no início, essa medida foi mais uma tentativa de dividir os emedebistas, que também reivindicavam há bastante tempo o direito de formar novos partidos. Além do que já foi dito, o interesse do governo em enfraquecer o MDB ganhara um motivo especial em

---

<sup>46</sup> COMISSÃO Coordenadora Provisória do Partido dos Trabalhadores. *Plataforma Política*, 1979, mimeo.

1979: as eleições municipais, no ano seguinte, quando o regime temia uma vitória acachapante da oposição<sup>47</sup>.

Foram definidos também vários requisitos para que um partido pudesse obter seu registro provisório. Cada agremiação deveria publicar um manifesto, programa e estatuto, cujas cópias precisariam ser enviadas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela Comissão Diretora Nacional Provisória. Essa Comissão, por sua vez, deveria ter entre 7 e 11 membros eleitos obrigatoriamente pelos fundadores do partido, cujo mínimo exigido era de 101 pessoas. A Comissão Nacional também era obrigada a designar Comissões Estaduais; e essas, por seu turno, Comissões Municipais e, nas capitais de estado, comissões para cada zona eleitoral. Cópias autenticadas das atas das reuniões de formação de cada uma dessas comissões deveriam ser enviadas ao TSE. Cumprido todos esses requisitos, o novo partido teria até um ano para se organizar, isso é, realizar convenções em pelo menos 20% dos municípios de, no mínimo, nove estados, além da própria Convenção Nacional para eleger sua direção. Mesmo assim, o partido só poderia funcionar legalmente caso tivesse 10% de parlamentares do Congresso ou se, na eleição mais próxima, obtivesse 5% do total de votos de pelo menos 9 estados, sendo em cada um deles, no mínimo, 3% para a Câmara dos Deputados. A nova legislação estabelecia ainda como deveria ser a estrutura partidária: órgãos deliberativos e suas funções; filiação, indicando quem deveria cuidar dessa atividade e como ela seria realizada; disciplina interna, especificando as condições para suspensão, expulsão ou perda do mandato; finanças, detalhando quais seriam as obrigações contábeis do partido, de quem receber e como e quando declarar as receitas e os gastos; além dos recursos do Fundo Partidário, regulamentando como os valores deveriam ser distribuídos entre as agremiações e dentro de cada um dos partidos.

Para o PT, todas essas modificações trouxeram enormes dificuldades, pois ao contrário do Partido Democrático Social (PDS) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que sucederam a ARENA e o MDB, respectivamente, o Partido dos Trabalhadores não herdara nenhuma estrutura partidária anterior à lei ou mesmo parlamentares que o ajudassem a cumprir as novas exigências para obtenção do seu registro oficial. Contudo, o que mais preocupou a direção petista foi um artigo da nova lei que proibia a legalização de partidos classistas, como ficara expresso na Carta de Princípios lançada em maio. Em 21 de novembro, apenas dois dias depois de o projeto ser

---

<sup>47</sup> A eleição de 1980, que não incluía as prefeituras das capitais de estado nem os municípios considerados áreas de segurança nacional, seria adiada para 1982, coincidindo com a disputa para deputados estaduais, federais, governadores e senadores.

enviado ao Congresso Nacional, alguns líderes do PT se encontraram em São Bernardo para discutir a questão.

Apesar de na maioria das suas declarações os dirigentes petistas terem afirmado que o partido seria legalizado, já existia, em meio às incertezas causadas pela nova legislação, algumas posições alternativas. Lula, por exemplo, declarou mais de uma vez que, mesmo o PT não sendo legalizado, isso “importava menos que o processo educativo de discussão do partido pelos operários e a organização dos núcleos de base”<sup>48</sup>. De outro lado, o coordenador da Comissão Nacional Provisória, Jacó Bittar, chegou a dizer que se o PT não fosse oficialmente registrado até 1982, apoiaria o partido que abrigasse os membros da ala popular do MDB. Essa restrição, somada a outros fatores, como a proibição aos sindicatos de fazerem doações a partidos políticos e a participação no Movimento pró-PT de grupos com origens políticas bastante diversas, acabou consolidando a perspectiva de construção de um partido de massas, mais amplo, que abrigasse os diferentes projetos em pauta e, ao mesmo tempo, cumprisse os requisitos legais. Por isso, apesar da preocupação inicial das lideranças petistas com a nova lei, o ano de 1979, tão agitado no meio político e sindical, terminaria com um saldo extremamente positivo para os que haviam se engajado na proposta de criação do novo partido.

---

<sup>48</sup> Citado em KECK, *op. cit.*, p.110

## *Capítulo 2*

# A FUNDAÇÃO DA DEMOCRACIA SOCIALISTA

Na medida em que o Movimento pró-PT foi ganhando mais organicidade, particularmente entre os sindicalistas autênticos, vários jornais da chamada imprensa alternativa passaram a apoiar a criação do novo partido. Grande parte deles pertencia a grupos políticos de esquerda ou simplesmente contava com a colaboração dos seus militantes, que buscavam novas formas de fazer oposição ao regime militar. Para muitas dessas organizações, a opção pelos jornais alternativos foi o desdobramento de um processo mais amplo de redefinição política após o fracasso da luta armada, da qual haviam participado. Em meados dos anos 1970 em diante, praticamente todos os grupos da *esquerda revolucionária* se articularam com o Partido Comunista Brasileiro e os trotskistas – ambos, críticos das ações armadas desde a primeira hora – para formar um campo de luta pelas liberdades democráticas<sup>1</sup>.

Dentro desse campo, porém, existiam várias interpretações do que realmente seria a *luta democrática*: enquanto para o PCB ela se aproximava da estratégia revolucionária comunista em duas etapas – uma burguesa-democrática e outra, a seguir, proletária-socialista –, para grupos como o MR-8 e a AP-ML, por exemplo, a transição para a democracia funcionava apenas sob o ponto de vista tático, como forma de derrubar a ditadura e criar as condições necessárias para a implantação do socialismo. De todo modo,

---

<sup>1</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, pp.161-175. É importante ressaltar que o Ala Vermelha foi a primeira organização a reconhecer – ainda em 1969, portanto, alguns anos antes da reorientação política da maior parte dos grupos políticos da esquerda revolucionária – que as ações armadas tinham fracassado ao se isolarem da luta de massas (GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987).

os jornais alternativos, caracterizados pelo seu formato tablóide ou mini-tablóide, por uma tiragem irregular e pela circulação restrita, ocuparam um espaço importante nas denúncias contra os governos militares, na mobilização popular e na divulgação das opiniões dos próprios grupos de esquerda da época. Além disso, tiveram um papel fundamental na rearticulação dos militantes políticos após o fracasso da experiência armada, na formação de um público anti-ditadura cada vez mais favorável à redemocratização e na difusão de uma espécie de “cultura de esquerda”<sup>2</sup>.

Entre os que apoiaram o Partido dos Trabalhadores, um dos que teve maior receptividade no meio sindical foi o *ABCD Jornal*, criado em 1975 por alguns jornalistas de esquerda. Publicado esporadicamente nos seus primeiros anos, depois de 1978, o jornal contou com o apoio do MEP, do Ala Vermelha e da Convergências Socialista, passando a circular com regularidade – inclusive, durante um rápido intervalo de tempo, em edições semanais. Desde o início das articulações, o *ABCD Jornal* apoiou a criação do novo partido, defendendo o PT dos que o acusavam de ser *obreirista* e de fragmentar a oposição ao regime militar<sup>3</sup>. Além disso, no final dos anos 1970, com a cobertura que deu ao dia-a-dia das greves, o jornal acabou conquistando a simpatia de muitos líderes sindicais, que freqüentemente eram entrevistados pela sua equipe jornalística. A Convergência Socialista, por sua vez, também participou da publicação de outro jornal alternativo, o *Versus*, protagonista de um dos episódios que expôs com maior clareza as divergências iniciais entre os apoiadores da proposta petista, como vimos no capítulo anterior. Desde o início da década de 1970, quando ainda estavam na Argentina, parte dos militantes que deu origem à Convergência participou da publicação do jornal *Independência Operária*, editado mesmo depois do retorno ao Brasil. Já no país, foram convidados a participar do *Versus*, que ao passar para o controle do grupo foi transformado na publicação oficial da Convergência – no início de 1979, o próprio jornal passou a se chamar *Convergência Socialista*. O PT contou ainda com o apoio de outros jornais, como o *Companheiro*, do qual participava o MEP; *O Trabalho*, editado pela OSI; além de publicações regionais ligadas a grupos políticos menores ou a movimentos estudantis<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> ARAÚJO, *op. cit.*, p.170.

<sup>3</sup> KECK, Margaret. *PT – A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991. Sobre o caráter *obreirista* da proposta, os críticos se referiam à base social limitada do partido, quase toda composta por sindicalistas.

<sup>4</sup> LEAL, Murilo; KAREPOVS, Dainis. Os trotskismos no Brasil (1966-2000). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.) *História do marxismo no Brasil*, vol.6. Campinas: Editora da UNICAMP (no prelo) e BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)*. São Paulo: USP, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo. De todos os que apoiaram explicitamente a proposta petista, *O Trabalho* foi o último a se decidir pelo novo partido. O

Pelo menos até meados dos anos 1980, as publicações dos grupos de esquerda favoráveis à criação do PT tiveram um papel muito importante na divulgação do partido, na sua comunicação interna e na discussão de questões nacionais e internacionais. Os jornais alternativos, nesse caso, apenas preencheram um espaço deixado pelo próprio PT, que até 1985 teve uma imprensa bastante irregular<sup>5</sup>. O primeiro jornal do partido, por exemplo, só foi publicado dois anos após a sua fundação, entre março e novembro de 1982 – período correspondente à campanha eleitoral. Em 1983, a publicação foi substituída por um boletim, que assim como o jornal, ficou restrito aos assuntos internos e às notícias dos movimentos sociais. Somente a partir de 1985 em diante, com o início do governo José Sarney (1985-1990) e dos debates sobre a Assembléia Nacional Constituinte, é que o PT conseguiu manter uma imprensa regular, editando um novo jornal, de circulação nacional e com formato tablóide, parecido com os da esquerda organizada petista e reservado à discussão de questões externas ao partido.

No conjunto dos jornais alternativos que apoiaram a proposta petista, um dos que mais se destacou, pela sua ampla circulação, vendagem e cobertura dos principais acontecimentos do meio político e sindical foi o *Em Tempo*. O jornal fora criado a partir de um racha, em abril de 1977, na equipe do *Movimento*, uma outra publicação da época, que tinha sido controlada pelo PCdoB, de quem os seus participantes divergiam politicamente. A divisão dentro do *Movimento* esteve ligada à discordância dos seus grupos mais à esquerda quanto à criação de uma frente democrática, defendida pelo Partido Comunista do Brasil mas vista pela maioria dos dissidentes como “hegemonizada por correntes liberais-burguesas”<sup>6</sup>. No dia seguinte ao racha, o *grupo histórico* que saiu do *Movimento* – formado por jornalistas, intelectuais de esquerda, ex-militantes da AP-ML que não haviam aderido ao PCdoB, dois membros do antigo Comando de Libertação Nacional (COLINA)<sup>7</sup> e militantes de um pequeno agrupamento político chamado *Subfrente* – reuniu-se para discutir a formação de um novo jornal que pudesse, além de se contrapor à orientação do *Movimento*, “subsidiar a organização dos trabalhadores”<sup>8</sup>. Nas semanas seguintes, agregaram-se, em

---

restante dos jornais alternativos da época, por conta da própria concepção política dos grupos que os editavam, apoiaram o MDB. Este foi o caso, por exemplo, do semanário *Novos Rumos*, publicado pelo PCB.

<sup>5</sup> KECK, *op. cit.*

<sup>6</sup> KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003, p.162. Na prática, a proposta de criação dessa frente política implicava, por um lado, no apoio ao MDB e, por outro, na aliança entre a classe trabalhadora e outros setores descontentes com o regime militar, o que era rejeitado pelos grupos que saíram do jornal.

<sup>7</sup> Organização de esquerda criada em 1967.

<sup>8</sup> KUCINSKI, *op. cit.*, p.167. De acordo com o autor, o *mote* do novo jornal foi considerado por alguns críticos como uma forma de *paternalismo de esquerda*.

torno dos dissidentes, antigos colaboradores deste e de outros jornais alternativos, além de novos grupos políticos que haviam surgido na época – a maior parte deles trotskistas –, num processo de reaglutinação das forças de esquerda.

O grupo *Debate*, formado por ex-participantes do *Movimento*, havia saído do jornal antes mesmo do racha de abril, também por discordar da linha política defendida pelo PCdoB. Ao se aproximar dos articuladores do *Em Tempo*, atraiu para as discussões sobre o novo jornal ex-militantes da ORM-POLOP, que trouxeram consigo antigos membros do Partido Operário Comunista (POC). A Libelu, corrente estudantil da OSI, aderiu marginalmente ao jornal, com a participação de apenas dois dos seus militantes. O MEP, por sua vez, mesmo rejeitando o trotskismo, orientação da maioria dos grupos políticos que se aproximou do *Em Tempo*, tinha afinidades com a “cultura trotskista”<sup>9</sup>, como o repúdio ao stalinismo, e por isso também aderiu aos dissidentes do *Movimento*. O MR-8 foi outro grupo que participou do novo jornal, possivelmente para tentar controlá-lo, o que acabou não ocorrendo. Mas apesar de sua participação secundária no *Em Tempo*, rapidamente conquistou espaço nas sucursais do Rio de Janeiro e São Paulo. Por fim, com a volta dos exilados políticos ao Brasil, no final de 1979, aderiram ao novo jornal membros do grupo dos *autonomistas*, chamado assim por causa da concepção de que o movimento operário deveria estar desvinculado de partidos políticos.

Entre os trotskistas, o primeiro grupo a participar das articulações do *Em Tempo* foi o *Centelha*, então controlador da sucursal do *Movimento* em Belo Horizonte, que aderiu “maciçamente ao racha”. O *Centelha* era uma corrente estudantil que havia sido lançada em 1977 por um grupo mineiro chamado apenas de *O.* (abreviatura de *Organização*), por conta da sua concepção de trabalho clandestino<sup>10</sup>. A organização – liderada por Flávio Andrade, Aloísio Marques, ex-militante da AP, e João Machado, que pertencera à antiga Juventude Universitária Católica, entre outros – fora criada no início daquela década por estudantes das Universidades Federais de Juiz de Fora e Minas Gerais e da Pontifícia Universidade Católica mineira. A *O.*, que em 1973 contava com apoios também na Oposição Sindical Metalúrgica de Belo Horizonte<sup>11</sup>, era contrária à atuação do PCdoB e da AP-ML no movimento estudantil e crítica da experiência armada, o que levou o grupo a se

---

<sup>9</sup> KUCINSKI, *op. cit.*, p.404.

<sup>10</sup> LEAL e KAREPOVS, *op. cit.*, p.9.

<sup>11</sup> Criadas durante o regime militar, as oposições sindicais eram frentes de trabalhadores constituídas pela base, geralmente organizadas em comissões de fábrica e críticas da estrutura sindical oficial – bandeira que aproximou as oposições do novo sindicalismo, no final dos anos 1970. Para mais detalhes, ver RODRIGUES, Iram Jácome. As comissões de empresa e o movimento sindical. In: BOITO JÚNIOR, Armando (Org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp.137-170.

engajar no projeto do *Em Tempo*. De um lado, as divergências com o Partido Comunista do Brasil permitiram uma aproximação com as outras organizações que participavam do *Movimento*. De outro, a reorientação política de vários grupos de esquerda que tinham aderido às ações armadas também contribuiu para reforçar essa aproximação. Os militantes do Centelha, que eram maioria na O., além de representarem o *Movimento* na capital mineira, também controlavam o jornal *De Fato*, numa estratégia semelhante a de outros grupos que se contrapunham à hegemonia do PCdoB naquele jornal, ou seja, participar de publicações regionais para divulgar suas posições políticas ao mesmo tempo em que atuavam na imprensa alternativa nacional. Com as articulações para criação do novo jornal, quase metade da direção do grupo mineiro transferiu-se para São Paulo, onde ele seria publicado, para “fazer o *Em Tempo*”<sup>12</sup>, enquanto outros militantes permaneceram em Belo Horizonte para atuarem como representantes da frente jornalística.

Do Rio Grande do Sul veio o outro grupo trotskista que participou da criação do *Em Tempo*. Formado por cerca de 15 militantes, o grupo, que também não tinha nome – assim como o de Minas Gerais chamava-se apenas O. –, incluía ex-integrantes do POC que haviam sobrevivido à repressão da ditadura, como Raul Pont, por exemplo, além de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No final dos anos 1960, alguns militantes universitários do POC, criado a partir da união de ex-militantes da ORM-POLOP com dissidentes gaúchos do PCB, animaram uma corrente estudantil chamada *Movimento Universidade Crítica*, “que deixara bases na UFRGS”<sup>13</sup>. O grupo gaúcho, então, retomou parcialmente essa tendência e, junto com alguns universitários, criou, em 1973, a *Nova Proposta*, sua corrente estudantil. Os militantes do POC, já fora da Universidade, e os estudantes que aderiram à Nova Proposta eram críticos da linha política – influenciada pelo PCdoB, pela Libelu e pela AP-ML – predominante em alguns centros acadêmicos e no Diretório Central dos Estudantes da UFRGS e divergiam dessas organizações sobre como conduzir as lutas táticas contra o regime militar<sup>14</sup>. Além do trabalho político desenvolvido junto aos universitários por intermédio da Nova Proposta, o grupo gaúcho também atuou no movimento popular e operário<sup>15</sup>, que ao se reorganizarem,

---

<sup>12</sup> Entrevista de Joaquim Soriano ao autor, 09 de maio de 2006.

<sup>13</sup> Entrevista de Raul Pont ao autor, 16 de maio de 2006.

<sup>14</sup> Na época, um dos pontos de divergência com o PCdoB e a AP-ML era o discurso de combate ao regime militar dessas organizações, criticado pelos estudantes da Nova Proposta pela ausência de um conteúdo classista.

<sup>15</sup> Entrevista de Joaquim Soriano ao autor, 18 de julho de 2006.

a partir de meados dos anos 1970, criaram oportunidades para que militantes de grupos de esquerda desenvolvessem algum trabalho político também junto a estes setores<sup>16</sup>.

No final de 1974, um ano depois de criada a Nova Proposta, o MDB, que até então vinha obtendo resultados eleitorais pouco expressivos, conseguiu uma vitória importante na disputa pelo legislativo<sup>17</sup>, o que ajudou a mudar, em parte, a posição que o movimento estudantil e os grupos clandestinos de esquerda tinham em relação ao partido. Se, por um lado, o resultado acachapante da oposição naquelas eleições foi consequência do excesso de otimismo da ARENA, das divisões internas no partido do governo e da propaganda eleitoral arenista – extremamente mal feita –, por outro, a derrota foi consequência também das mudanças ocorridas no interior do próprio MDB e na conjuntura política da época<sup>18</sup>. Até meados da década de 1970, o movimento estudantil, principal base social das organizações armadas<sup>19</sup>, esteve distante do partido. Porém, com a reorientação política desses grupos, que passaram a buscar novas formas de atuação, como a imprensa alternativa; a mudança na imagem do próprio MDB, que se tornara uma opção viável para o conjunto da oposição ao regime militar; e o resultado extremamente favorável na disputa eleitoral de 1974, o partido conseguiu aproximar-se tanto dos grupos de esquerda como do movimento estudantil<sup>20</sup>.

Ao longo dos anos 1970, alguns dos grupos que passaram pelo processo de reorientação política optaram por apoiar o MDB, assim como já fazia o PCB: esse foi o caso do PCdoB, após 1974, e do MR-8, no final daquela década. A entrada desses grupos no partido de oposição fez parte de um projeto maior da sua liderança para ampliar a base eleitoral emedebista. Aberto à filiação de organizações e militantes de esquerda, a única exigência do MDB era a de que todos os grupos que aderissem ao partido seguissem sua linha política básica, isso é, a luta pela redemocratização – o que atraiu, por conta das afinidades táticas, o PCB, PCdoB e MR-8<sup>21</sup>. De outro lado, a criação do Setor Jovem do MDB, no Rio Grande Sul, em 1973, representou um marco na aproximação do partido com o movimento estudantil. Após o seu congresso de fundação, o interesse do partido pela iniciativa foi tanto que os líderes dessa ala emedebista logo se reuniram com a direção partidária para discutir a ampliação da experiência gaúcha para outros estados. Aos poucos,

---

<sup>16</sup> Sobre os movimentos sociais, ver DOIMO, Ana Maria. *A voz e a vez do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará-ANPOCS, 1995.

<sup>17</sup> Ver Capítulo 1, nota 1.

<sup>18</sup> KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.

<sup>19</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

<sup>20</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: EDUFOP, 1997.

<sup>21</sup> KINZO, *op. cit.*

foram sendo criados núcleos jovens em vários pontos do país, mas apenas no Rio de Janeiro, em São Paulo e no próprio Rio Grande do Sul, estados onde o partido era mais forte, o Setor Jovem do MDB efetivamente existiu<sup>22</sup>.

Nessa nova conjuntura política inaugurada em 1974, quando os grupos de esquerda e o movimento estudantil passaram a reavaliar sua participação no MDB, parte da Nova Proposta, que havia sido criada no mesmo ano que o Setor Jovem emedebista, decidiu participar dessa ala do partido, com o objetivo de ter uma expressão pública legal para sua atuação. Ao mesmo tempo, o Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais (IEPES) do MDB – cujo coordenador, André Forster, tinha vínculos com o movimento estudantil, do qual fora dirigente no período posterior ao golpe de 1964 – também atraiu os militantes da Nova Proposta, pois a atuação no IEPES, ao lado da participação no Setor Jovem do MDB, “mantinha e permitia uma perspectiva de trabalho político para quem ia saindo da universidade”<sup>23</sup>. Em 1978, poucos meses antes das eleições daquele ano, o grupo gaúcho – que além do engajamento no MDB ainda mantinha vínculos com o movimento estudantil, através da Nova Proposta – decidiu criar, por intermédio do Setor Jovem do MDB e com apoio de outros setores, uma corrente no interior do partido: a Tendência Socialista<sup>24</sup>.

Com o início da abertura política, que culminou na aprovação da nova LOPP, em 1979, vários grupos de esquerda, como foi o caso da organização gaúcha que participou do *Em Tempo*, passaram a discutir as possibilidades de atuação política naquela nova conjuntura e as alternativas partidárias que poderiam surgir com o retorno do pluripartidarismo. Os militantes que formaram a Tendência Socialista acreditavam que as lutas legais e parlamentares deveriam ser combinadas, enquanto vigorasse o bipartidarismo, com a formação de correntes dentro do MDB, que na época ainda era o único partido legal de oposição à ditadura. Ao mesmo tempo, o engajamento no MDB indicava a preocupação desses militantes tanto em criar as bases para uma futura alternativa política quanto em não enfraquecer o partido nas eleições seguintes, uma vez que, depois dos resultados de 1974, as disputas eleitorais haviam se transformado em verdadeiros plebiscitos para aferir o apoio ao regime militar.

---

<sup>22</sup> MOTTA, *op. cit.*

<sup>23</sup> Entrevista de Raul Pont ao autor, 16 de maio de 2006.

<sup>24</sup> “Nós juntamos toda essa força que a gente já tinha acumulado na universidade, no movimento popular, no movimento sindical” para criar a Tendência Socialista do MDB (Entrevista de Joaquim Soriano ao autor, 18 de julho de 2006). Sobre a proposta de intervenção da Tendência Socialista nos debates partidários da época, ver *Em Tempo*, ano II, n.º.44, 28 de dezembro de 1978 a 03 de janeiro de 1979, p.11.

Desde a sua criação, a Tendência Socialista se propusera a “aglutinar os socialistas dentro e fora do MDB” e “ocupar um espaço da defesa aberta e pública do socialismo através da luta e da propaganda ideológica e da intervenção política no movimento de massas”<sup>25</sup>. Essa proposta fez parte de um objetivo maior dos próprios militantes que lançaram a Tendência, que era o de viabilizar, a partir do MDB, a construção de um “movimento ou corrente socialista” de caráter nacional que pudesse contribuir para a criação de um partido socialista. A opção em continuar no MDB, portanto, teve um caráter estritamente tático de combate ao regime militar e em favor da redemocratização. A *luta democrática* e o *socialismo* eram tratados pelos militantes da Tendência como sendo indissociáveis, pois julgavam ser fundamental, primeiro, a participação das “amplas massas [...] na condução de seus interesses coletivos” para, só depois, criar as “condições mínimas para a construção do socialismo”<sup>26</sup>. De outro lado, os militantes dessa corrente rejeitavam a participação numa futura *frente de oposições* ou mesmo a aproximação com o PTB, caso ele viesse a ser reorganizado – o que ocorreu de fato, ainda que alguns anos mais tarde. Ao mesmo tempo, a continuação, a longo prazo, no MDB era descartada pela Tendência Socialista, que acusava os defensores da frente ampla de oposições de terem uma “visão extremamente ingênua e equivocada, pela confiança no espontaneísmo das massas na construção partidária”, ou de acreditarem “numa perspectiva de aliança de classes com possibilidade de saída viável para o país”<sup>27</sup>, o que se aproximava da linha política adotada por alguns setores da esquerda, como o PCB, o PCdoB e a AP-ML. Quanto à aliança com o PTB, essa opção também era descartada pelos integrantes da Tendência Socialista, que consideravam a alternativa *trabalhista* muito próxima da perspectiva anterior, sob o ponto de vista político.

Enquanto mantinha o trabalho na UFRGS e, de forma pública e legal, no MDB, o grupo gaúcho conservou um núcleo de militantes mais comprometidos politicamente e preocupados com a formação de uma organização revolucionária, apesar das alianças estabelecidas no movimento estudantil e no partido de oposição. O grupo tinha como base teórica o trotskismo – conhecido por boa parte dos seus integrantes desde os tempos de militância no POC – e, em especial, as posições da corrente mandelista da IV Internacional. Na segunda metade dos anos 1970, os militantes do POC-Combate<sup>28</sup>, exilados na França

---

<sup>25</sup> PONT, Raul. *Da crítica ao populismo à construção do PT*. Porto Alegre: Seriema, s.d., p.67.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p.57.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p.61.

<sup>28</sup> Em 1971, com a repressão do regime militar, o POC praticamente desapareceu. Parte dos seus militantes, já no exílio, reorganizaram o partido sob a sigla POC-Combate.

desde o início daquela década, aproximaram-se organicamente da *Ligue Communiste Révolutionnaire* (LCR), a então seção francesa do Secretariado Unificado da IV Internacional, estabelecendo um vínculo ainda mais estreito com o trotskismo e, por extensão, com o grupo gaúcho, com quem os militantes que estavam na Europa tinham contatos desde o final dos anos 1960, quando haviam atuado juntos no antigo POC<sup>29</sup>.

A Nova Proposta foi organizada na mesma época em que, no movimento estudantil mineiro, era criada a O. Em 1977, quando o grupo de Minas Gerais lançou o Centelha, naturalmente, os militantes gaúchos e mineiros acabaram se conhecendo nos encontros estudantis realizados na época. Naquele mesmo ano, a Nova Proposta passou por um processo de divisão, no que pesaram as divergências internas com relação às formas de enfrentamento do regime militar e ao conteúdo ideológico a ser dado à luta pela redemocratização. Dessa divisão surgiram dois novos grupos: o *Manifesto*, que defendia o apoio ao MDB e a permanência na frente ampla das oposições mesmo depois da reforma partidária, e a *Peleia*, a favor da utilização da estrutura emedebista para a construção de um partido socialista. Além dos contatos estabelecidos pelos estudantes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul através do movimento estudantil, os grupos mineiro e gaúcho – que se engajou na Peleia após a divisão da Nova Proposta – aproximaram-se também por intermédio de alguns dos seus militantes que se conheciam desde meados dos anos 1970, quando haviam estudado juntos na Universidade Estadual de Campinas.

Além da afinidade teórica comum que os dois grupos tinham com o trotskismo, a partir desses contatos, o Centelha, que aderira aos dissidentes do jornal *Movimento*, em 1977, convidou os integrantes da Peleia para participarem da construção do *Em Tempo*. Uma parte dos militantes gaúchos permaneceu no Rio Grande do Sul, atuando como representantes do novo jornal, enquanto outros se deslocaram para São Paulo, onde começaram a trabalhar no *Em Tempo*, junto com alguns dirigentes do grupo mineiro que já haviam se transferido de Minas Gerais para a capital paulista.

Logo de início, a discussão entre os grupos que formaram o jornal esteve centrada na elaboração de um programa e na definição das regras para a representação de cada um deles na frente jornalística. Ficou decidido que a representatividade dos grupos seria dada pela sua participação no *Em Tempo*, e não em partidos ou organizações políticas – até mesmo pela sua variedade dentro do jornal. O programa aprovado limitou-se às questões táticas, de curto prazo, não tratando propriamente da “estratégia socialista ou qualquer

---

<sup>29</sup> Entrevista de Raul Pont ao autor, 16 de maio de 2006.

outra”<sup>30</sup>. Um vez que este programa básico foi resultado do acordo entre os grupos que, naquele momento, participavam do jornal, foram definidas também algumas regras para, no longo prazo e de forma democrática, realizar mudanças programáticas – “necessárias com o desenrolar da conjuntura”<sup>31</sup>.

De acordo com o estatuto aprovado, existiriam duas formas de acionistas: *A* e *B*. O grupo dos acionista *tipo A* seria formado pelos trabalhadores, colaboradores e administradores do jornal, cabendo a eles a indicação de 80% dos membros do Conselho Editorial e Administrativo (CEA) do *Em Tempo* – formado por cerca de 15 pessoas, com mandato de um ano. O membros do Conselho, por sua vez, deveriam nomear a diretoria do jornal e zelar pelo cumprimento da linha editorial definida pelo conjunto dos acionistas, onde o grupo *A* teria ampla maioria. Já o grupo dos acionistas *tipo B* poderia indicar o restante dos membros do CEA e definir, junto com os acionistas *tipo A*, a linha editorial do *Em Tempo*. Pelas regras, haveria ainda a possibilidade de um acionista *A* se converter ao *tipo B*, e vice-versa: um colaborador que passasse a trabalhar no jornal, por exemplo, poderia tornar-se um acionista *A*; ao contrário, um administrador do *Em Tempo* que deixasse de cumprir com suas obrigações poderia migrar para o grupo dos acionistas *B*. Nessa divisão interna, os militantes trotskistas ficaram com a maioria dos votos no grupo dos acionistas *A*, que tinham o controle sobre a frente jornalística, além da participação de alguns dos seus militantes no grupo dos acionistas *B*<sup>32</sup>. A hegemonia dentro do jornal lhes permitiu, então, definir a linha editorial do *Em Tempo* e se salvaguardar, democraticamente, das tentativas de *aparelhamento* do jornal por parte das outras organizações políticas.

Assim, as divisões internas e a saída de grupos que apoiavam o projeto do novo jornal não demorou a acontecer. Como frente jornalística, o *Em Tempo* abrigou militantes de várias organizações de esquerda com concepções teóricas, estratégicas e táticas diferentes entre si, e que, no final dos anos 1970, divergiam na avaliação da conjuntura política, especialmente quanto à participação no MDB e às formas de combate à ditadura. A disputa pelo controle do jornal serviu apenas para acentuar as divisões que já eram naturais num projeto tão amplo como o *Em Tempo*. Logo de início, o grupo mineiro, o MEP e os antigos militantes da ORM-POLOP trazidos pelo grupo Debate tentaram aparelhar o jornal, o que acabou afastando, já nos primeiros meses, um dos participantes do grupo histórico do

---

<sup>30</sup> KUCINSKI, *op. cit.*, p.411.

<sup>31</sup> *Idem.*

<sup>32</sup> “Os trotskistas controlavam a máquina do jornal e, pelos critérios de *acionistas A* e *B*, tinham a maioria” (Entrevista de João Machado citada em KUCINSKI, *op. cit.*, p.424. Grifo do texto).

*Movimento*, que “pressentiu a *partidarização* das discussões”<sup>33</sup>. Ao mesmo tempo, com a chegada do grupo gaúcho e o predomínio trotskista sobre o *Em Tempo*, algumas organizações que desde o início participavam das discussões sobre o novo jornal sentiram-se marginalizadas, como o MR-8 e o próprio Debate. A partir de 1978, com o lançamento da proposta de criação da *Frente Nacional de Redemocratização* (FNR)<sup>34</sup>, as articulações para a criação do PT e a vitória do MDB nas eleições, as divisões no *Em Tempo* se polarizaram ainda mais, por conta da avaliação dos grupos que continuavam no jornal sobre o impacto desses acontecimentos na conjuntura política da época.

Em agosto de 1978, antes mesmo de o jornal completar um ano, as organizações políticas que participavam do *Em Tempo* aprovaram um novo programa para o jornal, que substituiu o primeiro, em vigor desde outubro de 1977. Nas discussões sobre o documento, os grupos que defendiam a FNR quiseram oficializar, na linha editorial do *Em Tempo*, o apoio do jornal à frente política de combate ao regime militar. De outro lado, os grupos trotskistas de Minas Gerais e do Rio Grande Sul, que participavam das articulações para a criação de um partido à esquerda do MDB, disputaram com o restante do jornal o apoio do *Em Tempo* à formação de um partido socialista, que àquela altura ainda não se vinculava à proposta petista. Somente com a ampliação dos debates sobre a criação do PT e o domínio cada vez maior dos trotskistas sobre o jornal é que o *Em Tempo* passou a defender, explicitamente, a organização do Partido dos Trabalhadores. Com essa divisão, o novo programa acabou tendo um caráter ambíguo, já que contemplava as propostas dos dois blocos. Entretanto, com a hegemonia trotskista, a ênfase foi dada à formação do novo partido e o *Em Tempo* passou a se posicionar “claramente a favor do que chama ‘movimento socialista’”<sup>35</sup>.

Poucas semanas depois, um fato novo aumentaria as divergências dentro do jornal: a vitória do MDB nas eleições de novembro, quando o partido conquistou metade das vagas em disputa para o Senado. Como vimos antes, o PCB e PCdoB apoiavam o fortalecimento do MDB como frente das oposições e viam no partido uma possibilidade real de atuação política na luta pela redemocratização. Por sua vez, o próprio partido buscava conquistar o apoio desses grupos para ampliar sua base política, especialmente nos grandes centros urbanos, onde até meados daquela década era visto com desconfiança por setores que o

---

<sup>33</sup> *Ibidem*, p.406 (grifo do texto).

<sup>34</sup> A FNR, criada em 1978, reuniu forças políticas de oposição que apoiavam a candidatura do general Euler Bentes Monteiro à sucessão do presidente Geisel.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p.423.

consideravam muito pouco combativo<sup>36</sup>. A entrada das organizações de esquerda no MDB, portanto, serviria para mudar a imagem do partido e, conseqüentemente, fortalecê-lo nas disputas eleitorais. Já no final de 1978, após as eleições, passou a existir dentro da legenda a necessidade de novos quadros que pudessem ampliar sua base social. Ao mesmo tempo, o MDB, em franco crescimento desde 1974, oferecia oportunidades de carreira política na hierarquia partidária para essas novas lideranças. A necessidade que o partido tinha por novos dirigentes e as oportunidades que ele oferecia, somadas às próprias mudanças nos grupos de esquerda, que buscavam novas formas de atuação política, atraiu para o MDB algumas das organizações que participavam do *Em Tempo*, como o MR-8 e a AP-ML. Dentro do jornal, o apoio ao MDB acabou por afastá-los ainda mais da maioria trotskista, que defendia a criação de um novo partido.

No início de 1979, tanto o MR-8 quanto a AP-ML já consideravam difícil a “coexistência com os trotskistas de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul”<sup>37</sup> na frente jornalística. Discordando da linha política adotada pelo *Em Tempo* e com críticas à posição dos grupos mineiro e gaúcho quanto à FNR e ao Partido dos Trabalhadores, os militantes do MR-8 e da AP-ML se desligaram do jornal, em março daquele mesmo ano. Assim, o restante do *Em Tempo* passou a ser formado basicamente por aqueles dois grupos, excetuando-se os autonomistas, que também apoiavam o PT, e alguns militantes próximos ao trotskismo, como os ex-integrantes do POC e do COLINA – as duas organizações surigram a partir da ORM-POLOP, que ainda nos anos 1960 se aproximara das formulações de Trotsky, por conta das críticas ao stalinismo.

Mesmo defendendo a criação do PT, os autonomistas tinham uma interpretação oposta a dos trotskistas sobre a relação entre os movimentos sociais e o novo partido<sup>38</sup>. Gradualmente marginalizados dentro do *Em Tempo*, os autonomistas decidiram afastar-se do jornal em dezembro de 1980, depois que um artigo de Marco Aurélio Garcia, membro do grupo, foi vetado por Flávio Andrade, editor-chefe e um dos líderes da organização mineira que participara da criação do *Em Tempo*. Na época, os autonomistas enviaram uma carta-renúncia assinada por Éder Sader, então presidente do CEA do jornal, Roberto Rodrigues, Elisabeth Souza Lobo, José Reis, Silvio Caccia-Bava e pelo próprio Marco Aurélio Garcia, onde apontavam as divergências com os trotskistas em relação ao programa aprovado em

---

<sup>36</sup> KINZO, *op. cit.*

<sup>37</sup> KUCINSKI, *op. cit.*, p.424.

<sup>38</sup> O grupo dos autonomistas “entendia a construção de uma relação com os movimentos sociais que mantivesse essa autonomia dos movimentos e sua capacidade [...] de pressão política não atrelada nem instrumentalizada por partido, como normalmente acontece” (Entrevista de Silvio Caccia-Bava ao autor, 19 de maio de 2006).

agosto de 1978, criticavam o funcionamento interno do *Em Tempo* e afirmavam haver um processo de “estreitamento e sectarização política de sua linha editorial”<sup>39</sup>.

De todo modo, a partir de março de 1979, quando o MR-8 e a AP-ML saíram do jornal, o *Em Tempo* esteve engajado oficialmente na organização do PT, tal como os trotskistas queriam. Apesar de publicar algumas matérias sobre o Partido dos Trabalhadores desde 1978, quando a proposta fora lançada, somente a partir daquele ano, com a permanência no jornal dos grupos que apoiavam a criação do novo partido e com o crescimento das articulações para a formação do PT, é que o *Em Tempo* passou a acompanhar, passo-a-passo, o processo que levaria à sua fundação, no início de 1980. Além de publicar entrevistas com os principais líderes sindicais envolvidos na criação do partido, onde eram discutidos temas como a definição ideológica e o conteúdo programático da nova legenda e a relação com o MDB e as outras propostas partidárias em jogo, o jornal também acompanhava as principais reuniões para a discussão da proposta, como o Congresso de Lins, em fevereiro daquele ano, e os encontros realizados a partir de meados de 1979 entre sindicalistas, intelectuais, políticos e líderes de movimentos sociais. Ao mesmo tempo, os documentos aprovados também eram reproduzidos pelo jornal, como a Tese de Santo André-Lins e a Carta de Princípios do partido, ajudando a divulgar ainda mais a proposta petista.

Ao longo de todo aquele ano, o *Em Tempo* também publicou vários artigos e opiniões de intelectuais, sindicalistas e políticos – quase todos emedebistas – que buscavam contribuir para o debate sobre a formação do PT. O apoio do jornal à criação do novo partido tornou-se tão explícita, especialmente depois da saída do MR-8 e da AP-ML, que os grupos que continuaram no *Em Tempo* chegaram a publicar uma nota, em outubro de 1979, pedindo “a todos os núcleos do país que façam chegar até nossa redação o máximo de informações possíveis sobre o andamento das articulações do movimento [pró-PT]”, pois o jornal teria “o maior interesse em dar divulgação sobre tudo que diga respeito ao andamento do movimento”<sup>40</sup>. A partir daquele mesmo número, o *Em Tempo* criou uma seção especial, chamada *Notícias do PT*, onde eram divulgadas as principais informações sobre o movimento pela criação do Partido dos Trabalhadores. Por tudo isso, o *Em Tempo* consolidou-se entre os jornais alternativos da época como uma das principais publicações a apoiar o PT. Pelo fato de ter uma circulação bem mais ampla que os demais, sendo vendido até mesmo em bancas, ao contrário de outras publicações alternativas, que circulavam no

---

<sup>39</sup> *Em Tempo*, ano IV, n.º.120, dezembro de 1980 a janeiro de 1981, p.31.

<sup>40</sup> *Em Tempo*, ano II, n.º.87, 25 a 31 de outubro de 1979, p.5

âmbito restrito das suas organizações, o *Em Tempo* ajudou a divulgar nacionalmente a proposta petista e as articulações para a criação do partido<sup>41</sup>.

Ainda no primeiro semestre de 1979, a Tendência Socialista, sobre a qual o grupo gaúcho que participava do *Em Tempo* tinha total controle<sup>42</sup>, decidiu sair em bloco do MDB e engajar-se no movimento pela formação da nova legenda. A avaliação era a de que, naquela conjuntura, cabia aos socialistas “apostar e assumir concretamente a organização do PT”, caracterizado, na época, como “um projeto em construção”<sup>43</sup> marcado pela heterogeneidade ideológica, pelo espontaneísmo do seu lançamento e pela origem estritamente sindical. A decisão de abandonar o MDB para trabalhar na construção do Partido dos Trabalhadores baseou-se na expectativa que os militantes da Tendência Socialista tinham sobre o próprio partido: a de que ele pudesse desempenhar um papel fundamental na organização independente dos trabalhadores. Em primeiro lugar, “o projeto frentista de massas”, como a Tendência Socialista classificava o PT, dava ao “proletariado brasileiro [...] uma oportunidade ímpar para sua experiência política autônoma e independente”<sup>44</sup>. Além disso, com seu caráter frentista, o PT também poderia abrigar no seu interior os diversos agrupamentos de esquerda que existiam na época, isolados individualmente em seus trabalhos políticos.

Nesse contexto é que a Tendência Socialista se comprometia, de um lado, a contribuir na organização do PT junto às bases dos movimentos sociais e, de outro, evitar que o partido se tornasse uma frente de esquerdas onde estivessem presentes as organizações de quem os militantes da Tendência eram críticos, como o PCB, PCdoB, MR-8 e AP-ML. Em alguns casos, como o do PCdoB, as divergências vinham desde a criação na Nova Proposta; em outros, as diferenças haviam sido construídas dentro do *Em Tempo*. Além desses dois compromissos, a Tendência Socialista também se propunha a contactar organizações regionais que tivessem o “mesmo tipo de interpretação do Movimento pró-PT” para articular, nacionalmente, uma atuação conjunta que pudesse contribuir para o próprio desenvolvimento da proposta petista. A saída do MDB e o engajamento nas articulações para a criação do PT não significaram, por sua vez, o fim da

---

<sup>41</sup> Numa das propagandas feitas pelo jornal, em que os leitores eram convidados a se tornarem assinantes, o *Em Tempo* informava o seguinte: “constate pessoalmente: *a melhor cobertura do PT* e do movimento sindical e operário” (grifos meus).

<sup>42</sup> Entrevista de Joaquim Soriano ao autor, 18 de julho de 2006. Além do grupo gaúcho, também participavam da Tendência Socialista, ainda que em número bastante reduzido, militantes do MEP, que atuava no Rio Grande do Sul. Em 1979, quando a Tendência decidiu apoiar a criação do Partido dos Trabalhadores, alguns dos seus integrantes optaram por permanecer no MDB.

<sup>43</sup> PONT, *op. cit.*, pp.69-70.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p.70.

Tendência Socialista sob o ponto de vista orgânico. Na época em que optaram por apoiar o novo partido, seus militantes avaliaram também que havia, no Movimento pró-PT, a necessidade de se aprofundar algumas questões, o que os levou a concluir que a Tendência precisava ser mantida como “um instrumento de ampliação e aglutinação maior de seus membros em torno de [um] projeto político estrategicamente mais definido que precisará responder às insuficientes definições que, a longo prazo, certamente, o PT apresentará”<sup>45</sup>.

Nesse processo de articulação nacional entre os grupos regionais que tinham a mesma interpretação sobre o novo partido, o *Em Tempo* desempenhou um papel fundamental<sup>46</sup>. Como vimos antes, depois de março de 1979, permaneceram no jornal, além dos grupos gaúcho e mineiro, apenas os autonomistas e alguns ex-militantes do COLINA e do POC. A saída, naquele mês, das organizações que discordavam da linha política adotada pelo jornal – de apoio à criação do PT – não diminuiu as divergências dentro do *Em Tempo* a respeito do desenvolvimento da proposta petista e da relação que o futuro partido deveria ter com os movimentos sociais, o que acabou motivando a renúncia dos autonomistas, no final de 1980. Portanto, naturalmente, os grupos que formavam o jornal passaram a discutir uma possível unificação entre eles através de uma organização que pudesse articulá-los nacionalmente. Nessa discussão, que se aprofundou no segundo semestre de 1979, pesaram bastante as afinidades teóricas com o trotskismo, a avaliação que esses grupos faziam da conjuntura política da época e a proximidade que o *Em Tempo* lhes havia proporcionado – sem considerar os laços pessoais entre seus membros e os contatos anteriores estabelecidos ainda movimento estudantil.

Os documentos elaborados a partir de meados daquele ano, com o objetivo de aprofundar o processo de unificação, foram debatidos “no âmbito restrito”<sup>47</sup> dos grupos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul e também entre os militantes que estavam em São Paulo. No caso do POC, apenas uma parte da organização – a que defendera, em 1978, o apoio ao MDB – participou das discussões com os demais grupos do *Em Tempo*. Durante os meses que antecederam as eleições daquele ano, os militantes do POC se dividiram quanto ao apoio ao partido oficial de oposição: enquanto alguns deles defenderam o voto nulo, como forma de protesto contra o regime militar, outros propuseram o voto nos candidatos do MDB. Esses documentos – quase sempre redigidos por Carlos Henrique

---

<sup>45</sup> *Ibidem*, p.72.

<sup>46</sup> “O jornal permitia uma relação com outros grupos semelhantes que sobreviveram à ditadura e buscavam articulação nacional. O projeto do ET [Em Tempo] era ideal para essa troca de experiências e unificação de lutas” (Entrevista de Raul Pont ao autor, 16 de maio de 2006).

<sup>47</sup> Entrevista com Joaquim Soriano ao autor, 18 de julho de 2006.

Árabe e João Machado, do grupo mineiro, e José Luís Nadai, militante do POC – avaliavam a conjuntura política da época, traçavam a perspectiva dos grupos envolvidos nos debates e definiam um plano de ação para intervir no meio sindical e no Movimento pró-PT, particularmente. As reuniões para a discussão dos documentos eram sempre realizadas em São Paulo, onde, além dos militantes do POC e do COLINA, estava grande parte do grupo mineiro, que se transferira de Minas Gerais para trabalhar no *Em Tempo*. Nesses encontros, geralmente, era Raul Pont quem representava o grupo gaúcho e o próprio Carlos Árabe quem respondia pelos militantes mineiros que não haviam se mudado para São Paulo, em 1977. Após os debates, eles levavam para o Rio Grande do Sul e Minas Gerais as notícias do processo de unificação, repassando aos militantes as decisões definidas nos encontros nacionais.

Depois de alguns meses debatendo esses documentos, os grupos do *Em Tempo* realizaram, em dezembro de 1979, num sítio próximo à cidade de São Paulo, o congresso que definiu o processo de unificação iniciado em meados daquele ano. Utilizando nomes frios, ainda pela concepção de trabalho clandestino, cerca de 150 pessoas – a maioria do grupo mineiro – discutiram os últimos detalhes sobre a nova organização. O encontro também contou com a presença de um representante português e outro colombiano enviados pelo Secretariado Unificado da IV Internacional, corrente a que a DS se vinculou desde o início, ainda que formalmente isso viesse a ocorrer alguns mais tarde<sup>48</sup>. Ao final do congresso, foi eleito um Comitê Central da nova organização, batizada de Democracia Socialista, formado pelos principais líderes dos grupos gaúcho e mineiro e por um representante do POC. Entre os membros do Comitê, responsável por coordenar as atividades da organização, estavam Aloísio Marques, Flávio Andrade, João Machado, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Raul Pont e Virgílio Guimarães. A criação da DS encerrou a fase de militância regional dos grupos que a formaram e trouxe para o Brasil as posições da corrente mandelista da IV Internacional, que fundamentariam a visão da Democracia Socialista sobre o país e sua relação com o PT ao longo dos anos seguintes.

---

<sup>48</sup> LEAL e KAREPOVS, *op. cit.*

## *Capítulo 3*

# VISÃO DO BRASIL

Os documentos discutidos no segundo semestre de 1979 pelos fundadores da DS tiveram como base a resolução *Democracia socialista e ditadura do proletariado*, que expressava as posições programáticas do Secretariado Unificado da IV Internacional. O próprio nome escolhido para a nova organização já indicava que os grupos do *Em Tempo* apoiavam as posições da corrente mandelista, consideradas de grande importância para interpretar a conjuntura política brasileira do final dos anos 1970<sup>1</sup>. Na época, o Secretariado Unificado defendia a formação de um partido revolucionário que pudesse dirigir os movimentos de massas para o socialismo, destacava a importância da democracia socialista como forma de se opor à burocratização de experiências como a da União Soviética e acreditava que as seções da IV Internacional deveriam trabalhar para que esses movimentos se orientassem para a construção de uma Internacional revolucionária de massas que os unificasse mundialmente em favor do socialismo.

Numa outra resolução, aprovada em 1985, mas em discussão desde 1979, o SU afirmou que “a etapa atual de construção da IV Internacional inscreve-se neste processo [...] marcado pelo surgimento de um largo leque de forças em ruptura, com graus diferentes, com o reformismo, o estalinismo ou o populismo nacionalista”, observando que “estas correntes que *podem adquirir* uma prática revolucionária a partir de suas experiências próprias, não se colocam de imediato o problema de um programa para a

---

<sup>1</sup> Numa resolução divulgada em 2006, a Democracia Socialista retomou essa questão ao afirmar que “a aproximação da DS com a IV Internacional (SU) se deu pela combinação de vários fatores. Em primeiro lugar, foi fundamental que a IV Internacional tenha aprovado no seu XI Congresso Mundial, em 1979, o documento ‘Democracia Socialista e ditadura do proletariado’, recuperando uma visão radicalmente democrática da luta pela construção do socialismo” (DEMOCRACIA SOCIALISTA. *Uma política internacionalista para o século XXI*, 2006, mimeo).

revolução mundial e da reconstrução de uma Internacional revolucionária”. Por isto, concluía que “a hora não é nem para uma proclamação abstrata de uma Internacional de massas, nem para a busca de quaisquer atalhos nesta via. Só estamos no princípio das transformações profundas e duráveis no movimento operário”<sup>2</sup>.

A análise sobre o momento político feita pela corrente mandelista aproximava-se bastante da conjuntura brasileira, contribuindo para que os grupos fundadores da Democracia Socialista se alinhassem, internacionalmente, ao Secretariado Unificado<sup>3</sup> – reforçando ainda mais os laços estabelecidos desde o movimento estudantil, quando militantes da Peleia e do Centelha se aproximaram das formulações de Mandel. As articulações para a criação do PT, por exemplo, passaram a ser vistas como um possível embrião do partido revolucionário defendido pelo SU. Logo, o apoio à proposta petista teve exatamente o objetivo de transformá-lo num partido que pudesse dirigir os movimentos de massas na implantação do socialismo, como veremos adiante. Já a democracia socialista, entendida como uma fase transitória entre o capitalismo e o socialismo, era outra questão defendida pelo Secretariado Unificado que também se adequava à realidade brasileira. Na avaliação daqueles grupos, os marxistas-revolucionários, como eles mesmos se intitulavam, deveriam lutar pela implantação de uma democracia socialista que representasse uma alternativa ao regime militar e, ao mesmo tempo, permitisse a transição para o socialismo. Por sua vez, o ascenso dos movimentos sociais, em especial o operário, também parecia indicar a validade das formulações mandelistas para interpretar a realidade nacional. A aproximação entre os grupos do *Em Tempo* e o SU, portanto, pode ser explicada pela avaliação feita pelos fundadores da Democracia Socialista de que o posicionamento internacional do Secretariado Unificado aplicava-se perfeitamente ao caso brasileiro, fazendo com que o programa defendido pela corrente mandelista fosse adotado como linha teórica e política da DS.

A resolução na qual os militantes da Democracia Socialista pautaram suas discussões, em 1979, iniciava explicando o que era, na visão do SU, a *ditadura do proletariado*. O documento partia do princípio de que todos os Estados tinham uma natureza de classe, isso é, serviam como instrumento para manter o poder de uma determinada classe, que se tornava ditadora sobre as demais. A partir disso, o texto concluía que a democracia burguesa era a ditadura de uma classe, a classe burguesa, afirmando ser

---

<sup>2</sup> DEMOCRACIA SOCIALISTA. *Cadernos Democracia Socialista: a recomposição do movimento operário e a construção da IV Internacional*, vol.IV. São Paulo, s.d. (grifos meus).

<sup>3</sup> Entrevista de Joaquim Soriano ao autor, 18 de julho de 2006.

uma “ilusão” em que se apegavam muitos setores reformistas e centristas da esquerda a idéia de que as instituições democrático-burguesas estavam acima da luta de classes<sup>4</sup>. No caso da ditadura burguesa, o Estado era utilizado para “manter o poder e a dominação da classe capitalista” e aprofundar a “exploração dos povos dos países semi-capitalistas”. Para acabar com a dominação dessa minoria sobre a classe operária, o Secretariado Unificado defendia a destruição do Estado burguês e dos seus instrumentos de repressão, responsáveis, em última instância, por manter a ditadura burguesa. De acordo com a resolução, era preciso “elevar o nível de consciência e de organização das massas dos trabalhadores” para destruir o Estado burguês e implantar, em seu lugar, a democracia da maioria, ou seja, a ditadura do proletariado. Nesse processo, o partido revolucionário teria a função de auxiliar os trabalhadores em suas lutas, quando eles poderiam alcançar a consciência de classe, e direcioná-los para a implantação do socialismo.

O documento afirmava ainda que, sob o ditadura do proletariado<sup>5</sup>, o poder estatal deveria ser exercido por meio de conselhos de trabalhadores, e não através de instituições da democracia burguesa. A proposta era a de que todos os funcionários, juízes, dirigentes das milícias operárias e delegados que representassem os trabalhadores nas instituições estatais – de onde não seria excluída a classe burguesa – fossem eleitos e tivessem seus mandatos controlados pelos próprios trabalhadores, que exerceriam esse poder através dos conselhos. Portanto, a implantação da ditadura do proletariado implicaria numa constante combinação das formas de democracia representativa, mas oposta ao modelo parlamentar, e direta, exercida pelos conselhos. A resolução também argumentava que o Estado operário, por ser controlado pelos trabalhadores, seria o primeiro da “história da humanidade” a defender a maioria da população, inaugurando um novo modelo de democracia, voltado não para o atendimento das necessidades de uma minoria, como no Estado burguês, mas sim para o conjunto da classe trabalhadora. A esse novo modelo o documento dava o nome de *democracia socialista*, justamente porque sua implantação seria possível apenas sob a ditadura do proletariado, que ao destruir o poder burguês implantaria, em seu lugar, o socialismo. Na ditadura do proletariado, para manter o controle sob o Estado, os trabalhadores precisariam “reprimir violentamente a resistência da classe que perdeu o poder político”. Numa crítica direta à União Soviética, nesse ponto,

---

<sup>4</sup> DEMOCRACIA SOCIALISTA. *Cadernos Democracia Socialista: democracia socialista e ditadura do proletariado*, vol.I. São Paulo, 1987.

<sup>5</sup> A resolução conceituava a *ditadura do proletariado* como um “mecanismo para desarmar e expropriar a classe burguesa e para permitir o exercício do poder estatal pela classe operária [...] um mecanismo destinado a impedir o restabelecimento do poder de Estado burguês ou da propriedade privada sobre os meios de produção e a reintrodução da exploração dos trabalhadores assalariados pelos capitalistas”.

o documento destacava a possibilidade de a repressão à burguesia evoluir para uma crescente burocratização do Estado operário, e não para o seu fim – objetivo final da revolução socialista. Por isso, a resolução tentava diferenciar a proposta do Secretariado Unificado com a experiência do *socialismo real*, afirmando que “nesse caso não se trata de um fortalecimento da ditadura do proletariado, mas de sua degeneração em direção a formas de Estado burocrático”.

Com relação ao sistema partidário, o texto observava que o modelo de democracia socialista proposto pelo SU pressupunha “plena liberdade de organizar grupos, tendências e partidos políticos”. Na resolução, o Secretariado Unificado declarava que essa liberdade era pré-condição para que os trabalhadores pudessem, efetivamente, exercer o poder político. Apenas com o direito de a classe operária organizar-se livremente é que ela poderia chegar, “enquanto classe”, a definir sua posição diante dos “inumeráveis problemas táticos, estratégicos e inclusive teóricos [...] que implica a gigantesca tarefa de construir uma sociedade sem classes”. Ao mesmo tempo, o SU se declarava contrário à “ilusão espontaneísta” segundo a qual todo esse processo de organização da classe operária; discussão dos problemas táticos, estratégicos e teóricos; destruição do Estado burguês; tomada do poder estatal pelos trabalhadores e implantação da democracia socialista aconteceria espontaneamente, na medida em que os trabalhadores agissem dentro dessa perspectiva. A idéia expressa no documento era a de que somente com um partido de vanguarda que superasse os desvios do socialismo real, que tivesse como base um programa revolucionário e onde atuassem quadros com larga experiência na luta de classes formados nesse programa, os movimentos de massas poderiam direcionar seus esforços para promover a revolução socialista. A concepção do SU sobre os partidos políticos era a de que eles refletiam o conflito de classes, podendo, inclusive, representar as divergências dentro de uma mesma classe, o que exigia a formação de tendências no seu interior. De acordo com o documento, até mesmo sob a democracia socialista os partidos políticos – incluindo os burgueses – continuariam a existir, desaparecendo apenas quando cessassem a luta de classes, ou seja, tão somente quando houvesse uma sociedade sem classes.

O Secretariado Unificado acreditava que “a falta de homogeneidade da classe operária, o desenvolvimento desigual da consciência de classe em suas distintas camadas, o caráter descontínuo da atividade política e social de muitos de seus componentes” tornava indispensável a organização de uma vanguarda programaticamente mais qualificada do que o restante dos trabalhadores em um partido revolucionário. A função principal do partido de vanguarda seria “dirigir os trabalhadores em seus esforços por exercer o poder estatal e

construir uma sociedade nova”. Por outro lado, a resolução destacava que esse papel perduraria não apenas até a destituição da burguesia do poder estatal, mas por todo o período da democracia socialista até a definitiva instauração de uma sociedade sem classes. Durante o período de transição entre o capitalismo e o socialismo, a ditadura do proletariado, o partido revolucionário deveria criar as condições mais favoráveis possíveis para o pleno exercício do poder pelos trabalhadores. Nesse sentido é que o Secretariado Unificado defendia alguns princípios norteadores para o partido de vanguarda: democracia interna, com direito à organização de tendências no seu interior; estabelecimento de vínculos profundos com a classe trabalhadora; supressão dos privilégios materiais dos dirigentes partidários; nenhum tipo de monopólio sobre as atividades político-culturais; separação entre o partido e o Estado e integração à Internacional Comunista.

Os grupos que fundaram a Democracia Socialista se identificaram com muitas das propostas do Secretariado Unificado expressas nessa resolução. Questões como a valorização da experiência de luta dos trabalhadores, a necessidade de uma democracia operária que ampliasse as liberdades democráticas para a maioria da população e a defesa de um partido revolucionário de vanguarda que pudesse coordenar os movimentos de massas, para eles, eram totalmente aplicáveis à realidade brasileira. A própria conjuntura política do final dos anos 1970 – marcada pelo processo de abertura, pelo ascenso dos movimentos sociais e pelas articulações para a formação de novos partidos – parecia indicar que a interpretação do SU a respeito da revolução socialista era mesma a mais correta para analisar os principais acontecimentos da época. Por isso, os documentos discutidos ao longo do segundo semestre de 1979 pelos grupos do *Em Tempo* – três deles serão apresentados a seguir – tiveram como referência as concepções programáticas do Secretariado Unificado, o que foi reforçado, como vimos no início, pelos vínculos anteriores que alguns deles já haviam estabelecido com a corrente mandelista da IV Internacional.

O primeiro e um dos mais importantes documentos debatidos na época foi o *Ousadia na estruturação de uma organização política de caráter nacional, na formação de uma frente da esquerda revolucionária, em impulsionar o PT*. Nele, foram discutidos os principais pontos de convergência entre os grupos que articulavam sua unificação nacional e definidas as diretrizes políticas que balizariam o programa da futura organização. Os fundadores da DS defendiam a idéia de que não havia uma liderança revolucionária capaz de direcionar para o socialismo os movimentos de massas que haviam reaparecido na cena política nacional na segunda metade daquela década, o que trazia a necessidade urgente de uma *direção revolucionária* para atuar como vanguarda política desses movimentos. De

um lado, afirmavam que, naquela conjuntura, a carência dessa direção seria extrema, ainda mais pela “fraqueza da esquerda marxista-revolucionária”<sup>6</sup>. De outro, ressaltavam que o momento político abria enormes possibilidades, como a participação nas articulações para a criação do PT, por exemplo. Assim, mesmo reconhecendo a importância das mobilizações na região do ABC paulista, dos avanços no processo de abertura, da indefinição dos vários projetos políticos em jogo e da formação da frente operária, como caracterizavam o Partido dos Trabalhadores, os grupos do *Em Tempo* acreditavam que uma das tarefas mais urgentes dos marxistas-revolucionários era “constituir uma direção [...] capaz de impedir que se perca o potencial da conjuntura”. A direção revolucionária das massas, por sua vez, deveria atuar em três níveis, segundo eles: na frente política dos trabalhadores, que seria o PT; na frente classista de esquerda, que deveria formar, dentro do partido, uma *corrente revolucionária*; e na própria organização política nacional que pretendiam criar a partir da sua unificação<sup>7</sup>.

No documento, o PT, a corrente revolucionária – que nunca chegou a existir, na prática – e a nova organização eram tratados como projetos indissociáveis e necessários para o sucesso um do outro. Para os fundadores da Democracia Socialista, a ausência dessa corrente no interior do partido, cujo papel seria o de “fazer avançar a luta de classes”, poderia limitar as potencialidades da legenda e até mesmo dificultar a sua criação – numa avaliação equivocada do real peso político que tinham, naquele momento, dentro do movimento pró-PT. Isso porque, na época, algumas lideranças políticas e organizações de esquerda, como o PCB, tentavam atrair os principais dirigentes petistas para o seu próprio projeto político. Contudo, as divisões no movimento sindical e o apoio recebido pelo PT de setores da esquerda, de intelectuais, de políticos da oposição e até mesmo da Igreja Católica terminariam por viabilizar a sua fundação, a despeito da inexistência da corrente revolucionária. Já o sucesso da corrente, ainda segundo o documento, vinculava-se à participação, no seu interior, da organização trotskista que pretendiam criar, sob risco de a corrente ser “inevitavelmente capenga” e com “possibilidades de atuação do ponto de vista revolucionário muito reduzidas”. Por sua vez, a própria organização deveria, necessariamente, atuar dentro do PT, onde se encontravam “as lideranças mais expressivas do movimento operário atual”, de acordo com o texto.

---

<sup>6</sup> DEMOCRACIA SOCIALISTA. *Ousadia na estruturação de uma organização política de caráter nacional, na formação de uma frente da esquerda revolucionária, em impulsionar o PT*. 1979. Fundo Gilberto Mathias, Arquivo Edgar Leuenroth/UNICAMP, pasta 17.

<sup>7</sup> O documento afirmava, expressamente, que a nova organização deveria ser trotskista.

O caráter trotskista da nova organização era uma necessidade frente à crise da esquerda mundial e aos seus reflexos no Brasil, na avaliação daqueles grupos. Segundo eles, internacionalmente, a crise se caracterizava pelo fracasso do stalinismo, do maoísmo e das experiências guerrilheiras, fazendo com que setores da esquerda revolucionária questionassem a própria história do movimento comunista. A nova organização, portanto, precisaria se diferenciar das experiências anteriores, adotando o trotskismo como sua orientação teórica e política. No caso brasileiro, as especificidades da conjuntura política faziam com que a crise da esquerda mundial se manifestasse de modo particular. Conforme o documento, a participação dos grupos políticos de esquerda nas frentes de oposição à ditadura e a ênfase dada por eles ao processo de redemocratização levava a uma situação em que nem mesmo a emergência do movimento operário poderia “reforçar a esquerda rapidamente”, o que exigia a intervenção política dos marxistas-revolucionários.

Os grupos que discutiram o documento criticavam a atuação das organizações de esquerda da época e não acreditavam na sua capacidade de constituir uma liderança política que pudesse direcionar os movimentos de massas para o socialismo. Sobre o PCB e PCdoB, por exemplo, afirmava-se que faltavam a eles “perspectivas revolucionárias”. Quanto à AP-ML, que segundo o documento teve “uma evolução das mais lastimáveis”, não havia “esperança em que desempenhasse um papel na constituição do partido revolucionário”, sobretudo pela “sua fluidez organizativa, pela sua heterogeneidade”. Já com relação ao MR-8, apesar de reconhecerem que “chegou a desempenhar um papel positivo na crítica às tendências doutrinárias que ganharam força na esquerda por volta de 1974 e 1975”, os fundadores da DS afirmavam que a partir de meados daquela década a organização se “degringolou”, evoluindo para alianças com setores da direita, especialmente depois das eleições de 1978<sup>8</sup>. Por fim, o documento também criticava o Partido Comunista Revolucionário (PCR)<sup>9</sup>, afirmando que ele havia se “aproximado da linha oportunista” que caracterizava as outras organizações. Até mesmo a atuação dos grupos próximos ao trotskismo era censurada: o MEP, por exemplo, era visto “com reservas”; a Convergência Socialista era caracterizada pelos seus “métodos oportunistas” que exigiam “tomar certa distância”; à Libelu, por sua vez, tinha uma seriedade “discutível”.

---

<sup>8</sup> No caso da AP-ML e do MR-8, as críticas se dirigiam “ao apelo para uma política de unidade da classe operária e de seus aliados”, pelo primeiro, e ao “combate à atuação das oposições sindicais, a defesa de uma unidade acrítica com os pelegos, o privilegiamento da atuação dentro da estrutura sindical oficial”, pelo segundo.

<sup>9</sup> Dissidência do PCdoB fundada na segunda metade dos anos 1970.

Tudo isso trazia para o primeiro plano, na avaliação daqueles grupos, a necessidade de se unificarem nacionalmente em torno de uma nova organização que, atuando na corrente revolucionária do PT, pudesse desempenhar o papel de vanguarda dos movimentos de massas, num momento político importante que contrastava com a fraqueza da esquerda marxista-revolucionária brasileira. “O quadro da esquerda é muito pobre, e somos por isso mesmo obrigados a assumir um papel central na constituição de um organização política de caráter nacional, marxista-revolucionária”, avaliavam. De acordo com o documento, para construir a organização política e a corrente revolucionária dentro do PT, seria preciso identificar as “forças da esquerda proletária” que poderiam fortalecer esses projetos e com os quais os grupos do *Em Tempo* poderiam desenvolver algum trabalho em conjunto.

Por isso, foram definidos quatro *princípios mínimos* para ajudá-los a identificar essas forças. Em primeiro lugar, elas deveriam prezar pela independência política e ideológica da classe operária e pela autonomia do movimento popular em relação ao Estado, à ideologia burguesa e aos “aparelhos burocratizados”<sup>10</sup>. Ao mesmo tempo, precisavam apoiar a democracia no movimento de massas – especialmente a sua auto-organização – e defender a perspectiva anti-burocrática desses movimentos. Em terceiro lugar, as forças da esquerda proletária deveriam buscar a unidade da classe e dos seus aliados, assim como apoiar uma atuação classista que não fosse sectária. Por fim, deveriam defender a implantação do socialismo clássico – não burocrático – e serem críticas das experiências de “construção do socialismo que se degeneraram”, como no caso da União Soviética e da China. Esse último princípio excluiu do conjunto das forças proletárias os grupos que eram identificados, respectivamente, com o stalinismo ou o maoísmo, como o PCB, PCdoB, AP-ML, MR-8 e PCR, restando apenas as organizações próximas ao trotskismo, como o MEP, a Convergência e a OSI, que apesar de também serem criticadas por sua atuação tinham afinidades teóricas e políticas com os grupos fundadores da DS<sup>11</sup>. Outras organizações, como o CLTB e a ORT, ao contrário, aparentemente preenchiam todos esses princípios, de modo que o processo de unificação com a Democracia Socialista ocorreu sem maiores divergências.

A questão do trotskismo ganhou bastante espaço no debate que culminou na criação da DS. Ainda que em sua origem, como vimos antes, seus fundadores tivessem se

---

<sup>10</sup> Um desses aparelhos burocratizados era a estrutura oficial dos sindicatos. A crítica contida no documento revelava a proximidade das propostas dos fundadores da DS com as posições dos sindicalistas autênticos e das oposições sindicais. Da mesma forma, o segundo princípio também expressava essa proximidade da futura organização trotskista com o novo sindicalismo e as oposições.

<sup>11</sup> O próprio documento já ressaltava esse ponto: “mesmo se definirmos princípios para identificar os [grupos] que seriam forças da esquerda proletária, temos de concluir que podemos contar com muito pouco”.

aproximado das formulações de Trotsky, havia entre eles militantes envolvidos no processo de unificação nacional “que conheceram algumas experiências da IV e não tiveram uma boa impressão”<sup>12</sup>. Na avaliação desses militantes, “era melhor fazer uma discussão mais ampla” sobre o trotskismo antes de adotá-lo como linha teórica e política oficial da nova organização. O debate sobre a “definição da natureza” da organização que pretendiam criar foi expressa, no documento, da seguinte maneira: ou se optava pelo trotskismo – e conseqüentemente pela IV Internacional – ou por qualquer outra definição política de esquerda, ainda que “menos precisa”<sup>13</sup>. O principal argumento utilizado em favor do trotskismo foi a inversão, mundial e também no Brasil, do desgaste e do isolamento dos grupos trotskistas. Até meados da década de 1960, o trotskismo fora mal visto pelo conjunto da esquerda brasileira, tanto pela estreiteza da sua atuação quanto pelas críticas à linha política do PCB, então o maior partido de esquerda do país. Isso ajuda a explicar, em parte, por que alguns grupos próximos às formulações de Trotsky – como a ORM-POLOP, por exemplo – não se reconheciam como trotskistas. Entretanto, as transformações no interior do próprio trotskismo, as inúmeras divisões no PCB e o fracasso da experiência armada – da qual os trotskistas não participaram, com exceção de uma parte do POC<sup>14</sup> – mudaram sua relação com o restante da esquerda brasileira, dando-lhes um lugar de relativo destaque no processo de abertura política, especialmente pelo apoio ao Partido dos Trabalhadores<sup>15</sup>. Por isso a declaração dos grupos do *Em Tempo* de que já passara “a época em que grande parte das forças revolucionárias eram-lhe hostis, e que uma definição pelo trotskismo poderia estreitar demais o campo”.

Sobre a questão da unidade entre os fundadores da DS, o texto afirmava que havia “princípios comuns” entre esses grupos, sobretudo em relação às teorias de Trotsky. Por outro lado, existiam também argumentos contrários à unificação nacional, ambos minimizados pelo documento: o primeiro deles era o de que a criação da Democracia Socialista poderia ser uma “precipitação que deixe gente de fora desnecessariamente”; o outro se baseava na avaliação de alguns militantes de que a “força [dos grupos do *Em Tempo*] é muito pouca” para uma unificação nacional e a formação de uma direção

---

<sup>12</sup> Entrevista de Joaquim Soriano ao autor, 09 de maio de 2006. Apesar dessa divergência, a perspectiva de que apenas uma organização trotskista poderia constituir a direção revolucionária e o apoio do Secretariado Unificado à criação do PT – defendido pelos grupos fundadores da Democracia Socialista – foram fundamentais para a adoção do trotskismo como linha teórica e política da DS.

<sup>13</sup> O documento concluiu que “o correto é a primeira opção”.

<sup>14</sup> Ver RIDENTI, Marcelo. Ecos de Trotsky na esquerda armada brasileira (1964-1974). *Estudos de Sociologia*, ano 2, n.2. Araraquara: FCL/UNESP, 1997, pp.93-95.

<sup>15</sup> LEAL, Murilo; KAREPOVS, Dainis. Os trotskismos no Brasil (1966-2000). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.) *História do marxismo no Brasil*, vol.6. Campinas: Editora da UNICAMP (no prelo).

revolucionária. Com relação ao primeiro argumento, o texto afirmava que “nossa unidade facilitará uma futura fusão ou integração, e não o contrário”; quanto ao segundo, ressaltava que o importante “não é saber se após a unificação seremos grandes ou pequenos, mas saber se esta unificação nos permitirá avançar, elevar a qualidade do nosso trabalho ou não”. Ainda com relação a esse argumento, o documento lembrava que o único impedimento à unificação “pelo lado da fraqueza” seria a inexistência de condições materiais e políticas para formar uma direção nacional da organização e mantê-la em pleno funcionamento, o que não se aplicava aos grupos fundadores da DS, que além das “condições materiais e políticas” tinham também “densidade suficiente para ter o que dirigir e unificar a nível nacional”, segundo o texto. De outro lado, sob o ponto de vista político, os grupos que debatiam sua unificação também tinham certa experiência acumulada nos anos anteriores – no caso da Peleia e do Centelha, no movimento estudantil; no caso da Tendência Socialista, na participação no interior do MDB; e no caso do POC e do COLINA, nos trabalhos clandestinos desenvolvidos ainda na década de 1960.

Outro documento discutido no segundo semestre de 1979 foi o *Elementos de análise da conjuntura e tática*, onde os grupos do *Em Tempo* se detiveram mais especificamente na análise do movimento operário, retomando alguns pontos do primeiro texto. Partindo da avaliação de que o movimento operário estava “no centro da vida política brasileira”, o documento iniciava fazendo um balanço negativo da sua história. Segundo o texto, entre 1964 e 1978, período marcado pela forte repressão da ditadura a qualquer forma de mobilização, a classe operária “esteve quase silenciosa” e sua luta “não ia além da chamada ‘resistência’”, o que trazia a impressão de que a vida política nacional girava em torno da relação governos militares/oposições liberais-burguesas ou – “quando muito” – em torno da radicalidade do movimento estudantil<sup>16</sup>. Até mesmo em 1978, ano em que, como vimos no primeiro capítulo, tiveram início as mobilizações operárias que marcaram a cena política brasileira no final daquela década, a maior parte das características do período inaugurado com o golpe de 1964 permaneceram sem maiores alterações. Na avaliação dos fundadores da DS, 1978 “ainda foi marcado por uma enorme presença dos temas institucionais”, especialmente por conta das eleições parlamentares de novembro, que, segundo o texto, “deram o tom mesmo para uma grande parte da até pouco [tempo] auto-denominada ‘esquerda revolucionária’”. A ruptura definitiva com o quadro

---

<sup>16</sup> DEMOCRACIA SOCIALISTA. *Elementos de análise da conjuntura e tática*. 1979. Fundo Gilberto Mathias, Arquivo Edgar Leuenroth/UNICAMP, pasta 17.

político da época aconteceria apenas no ano seguinte, em função da ameaça trazida pelo movimento operário ao projeto de abertura do regime militar.

Assim, o documento concluía, por um lado, que a luta contra a ditadura só poderia ser levada adiante por esse setor, tendo em vista a sua combatividade, e, por outro, que era impossível, naquela conjuntura, separar as tarefas democráticas da perspectiva socialista. A afirmação de que a luta pela democracia deveria ser combinada com a implantação do socialismo expressava com clareza os princípios da teoria da revolução permanente. A avaliação de que o prognóstico feito por Trotsky nos anos 1930 estava tendo uma “confirmação brilhante” no Brasil da década de 1970 baseava-se na lógica – um tanto mecânica – de que as reivindicações das massas, por não terem como ser “absorvidas no sistema atual”, forçaria a ruptura em direção ao socialismo. A ausência de uma direção revolucionária que pudesse auxiliar os movimentos de massas nesse processo era um dos principais entraves à implantação do socialismo, de acordo com o texto, que reiterava a posição expressa no documento anterior.

A grande debilidade desses movimentos, na opinião dos fundadores da DS, não era propriamente a presença, ou não, da esquerda nas mobilizações, mas o fato de que ela “não dirige o movimento”. Essa debilidade se manifestava mais claramente, segundo o documento, na falta de um programa revolucionário que pudesse guiar os militantes das várias organizações que existiam na época. A avaliação a respeito da esquerda – indicada já no primeiro texto – era a de que ela passava por uma “crise profunda” que a incapacitava de adotar uma posição revolucionária na conjuntura política do final dos anos 1970, considerada extremamente favorável. Tudo isso criava uma “grande contradição” que os grupos do *Em Tempo* buscavam resolver: de um lado, havia um movimento operário em plena ascensão, com um nível de consciência de classe cada vez maior, mas que contrastava com o fato de não existir, de outro, uma direção revolucionária que pudesse canalizar o potencial das mobilizações em favor do socialismo. Apesar da debilidade da esquerda brasileira, acreditava-se que a tendência da luta de classes era a de uma “radicalização progressiva”, o que tornaria ainda mais necessária a intervenção dos marxistas-revolucionários. Considerando que a crise econômica<sup>17</sup> não seria superada sem uma “grande derrota da classe operária” e que não havia nenhuma força política capaz de “controlar o movimento operário a curto prazo”, os fundadores da DS acreditavam que o desfecho da conjuntura política seria o enfrentamento entre o regime e os operários. O embate poderia

---

<sup>17</sup> Ver Capítulo 5, p.95.

levar à derrota militar e ao surgimento de uma situação revolucionária que possibilitasse a implantação do socialismo ou à derrota do movimento operário e consolidação do processo conservador, autoritário e repressivo de redemocratização. Com base nessa interpretação da conjuntura, o texto concluía que a “questão-chave” era formar uma direção para o movimento operário: “se constrói uma direção revolucionária, será capaz de enfrentar a burguesia e vencer. Em caso contrário, a derrota é certa”, afirmavam.

A formação do PT era vista como uma alternativa importante que poderia contribuir para criar essa direção revolucionária. As possibilidades oferecidas pela conjuntura apenas reforçavam a avaliação de que os marxistas-revolucionários deveriam engajar-se no movimento pela criação do novo partido para constituir essa liderança da classe operária, aproveitando as oportunidades de atuação oferecidas pelo momento político. Por isso, o documento afirmava não existir qualquer “possibilidade de construir uma direção revolucionária para a classe operária brasileira a tempo de ter um papel nos próximos embates fora desse movimento [pró-PT]”. Ao mesmo tempo, os fundadores da DS tinham críticas com relação ao movimento pró-PT, considerado “fortemente cupulista”, pelo fato de sua liderança ser quase toda formada por sindicalistas, e “ambíguo quanto ao seu caráter”, por conta da participação de alguns dirigentes considerados pelegos nos debates sobre a criação da legenda. Nem mesmo Lula – “sua principal liderança” – era poupado das críticas do documento, que qualificava sua postura como “vacilante”. Ainda assim, reconheciam a viabilidade de o PT transformar-se no partido revolucionário que dirigiria os movimentos de massas na implantação do socialismo.

O documento também definia os eixos principais de intervenção da Democracia Socialista, cuja “tarefa central” seria a de lutar “pela organização independente da classe operária, pela independência de classe”. O primeiro deles era a defesa de um sindicalismo revolucionário que viabilizasse a realização das propostas das oposições sindicais, como a organização dos trabalhadores pela base, a democratização da estrutura sindical e a independência com relação ao Estado, por exemplo. Ao valorizar a própria experiência dos operários como forma de a classe assimilar o programa das oposições, o documento afirmava que as greves deveriam ser utilizadas como a principal tática de mobilização operária. Por outro lado, destacava também a importância de os marxistas-revolucionários não abandonarem os trabalhos no interior dos sindicatos oficiais, uma vez que muitos deles, mesmo sendo dirigidos por sindicalistas tidos como pelegos, ainda eram “uma referência básica para o conjunto da classe”. Com relação ao combate à estrutura oficial, o documento se posicionava contra o *absenteísmo*, ou seja, o “abandono da luta dentro dos

sindicatos oficiais” e a “defesa de um sindicalismo ‘paralelo’”. Esse posicionamento aproximou os fundadores da DS de alguns dirigentes autênticos – como Lula, por exemplo – críticos dos setores mais radicais das oposições, que defendiam, junto ao combate à estrutura dos sindicatos, algumas práticas consideradas *pararelistas*, como a formação de comissões de fábrica não-subordinadas à direção sindical<sup>18</sup>.

O segundo eixo de atuação indicado pelo texto era o apoio à criação do PT, considerado um instrumento importante para a organização dos trabalhadores. Na avaliação dos grupos que formariam a Democracia Socialista, essa era a única forma, naquela conjuntura, de trabalhar pela unidade da classe operária, desenvolver sua consciência política, acelerar a construção do partido revolucionário e proporcionar aos marxistas-revolucionários certa influência nos movimentos de massas. Para que o PT pudesse cumprir o papel esperado, o partido deveria reunir três características básicas: em primeiro lugar, ter um programa e uma composição classistas, adotar a perspectiva socialista e defender um governo dos trabalhadores; além disso, adotar métodos de atuação classistas para ser um instrumento de mobilização, e não um partido voltado prioritariamente para o trabalho parlamentar; e por último, ter uma estrutura democrática, com o controle da base sobre a direção partidária e direito à formação de tendências no seu interior.

Em outubro de 1979, pouco depois de terem elaborado esse documento, os fundadores da DS participaram do primeiro encontro nacional do Movimento pró-PT, quando foi aprovada sua Plataforma Política. Naquela reunião, questões como a adoção de uma perspectiva socialista e o apoio a um governo dos trabalhadores foram amplamente debatidas pelos intelectuais, sindicalistas e organizações de esquerda que apoiavam a criação do PT e discutiam os termos do documento que seria aprovado. O texto final aceito pela maior parte das lideranças presentes ao encontro divergiu bastante das características que, segundo os grupos do *Em Tempo*, o partido deveria ter para cumprir o papel que esperavam dele. A perspectiva socialista, por exemplo, não foi incluída no documento pelo fato de alguns participantes do encontro terem considerado a proposta precipitada. Já a questão do governo dos trabalhadores, defendida no texto aprovado, foi aceita apenas por expressar o conteúdo classista do novo partido. Longe de reconhecer que o PT adotaria

---

<sup>18</sup> Em 1978, o documento final aprovado pelo III Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, dirigido por Lula, reconhecia que, no processo de democratização da estrutura sindical, as comissões de fábrica tinham “um papel de grande relevância como organização de vanguarda do verdadeiro sindicalismo”. Por outro lado, afirmava que “não podemos correr o risco de que as comissões de empresa representem qualquer tipo de sindicalismo paralelo que comprometa nosso ideal de unidade” (Citado em RODRIGUES, Iram Jácome. As comissões de fábrica e o movimento sindical. In: BOITO JÚNIOR, Armando (Org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.151).

essa tática para a implantação do socialismo, em cuja perspectiva ele nem mesmo se colocava, a inclusão da proposta de um governo dos trabalhadores no documento final foi um elemento de consenso entre os diversos grupos que participaram do encontro.

A respeito do segundo eixo, o documento também analisava a relação entre as propostas de criação do PT e de uma *Frente Única Operária* com a construção do partido revolucionário. O Partido dos Trabalhadores era classificado como frentista, por causa da participação, no seu interior, de diversas organizações de esquerda, intelectuais e sindicalistas, o que lhe dava um “papel muito mais estratégico” na construção do partido revolucionário<sup>19</sup>. Isso porque, ao estar aberto à participação dos marxistas-revolucionários e de outros setores, o partido tornava possível “um rápido crescimento” dos grupos do *Em Tempo*, pois os colocava em contato com outros apoiadores da proposta petista, que poderiam acabar apoiando suas teses. Na avaliação deles, os “métodos oportunistas ou golpistas” deveriam ser evitados para ganhar a confiança e o apoio dos “militantes mais avançados politicamente do PT”. Os marxistas-revolucionários deveriam ser os melhores militantes do partido e seus mais decididos construtores, não sobrepondo os interesses particulares aos do PT e, ao mesmo tempo, travando a “luta política interna” para direcioná-lo para posições revolucionárias.

O terceiro eixo de intervenção era o combate ao regime militar e a luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas, por meio da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre, soberana e democrática. Além de contribuir para a “destruição radical” da ditadura, essa medida também serviria como oportunidade para evidenciar as limitações da democracia burguesa, propagandear a alternativa socialista, defender uma constituição socialista, propor um programa de reivindicações transitórias – seguindo o modelo clássico do trotskismo – e lutar por um governo dos trabalhadores<sup>20</sup>. Quanto à participação na Assembléia Constituinte, o documento afirmava que o Parlamento deveria ser utilizado para fins revolucionários, isso é, para “desmascarar o seu caráter de farsa,

---

<sup>19</sup> A Democracia Socialista logo abandonaria essa posição, passando a caracterizar o PT como um partido, e não uma frente. Ainda assim, a política de aproximação junto a outros grupos que também apoiavam a proposta petista permaneceu inalterada, tendo em vista que ela era parte da estratégia da DS para formar uma corrente revolucionária no interior do partido. Mesmo durante o período em que caracterizou o PT como uma frente política, a Democracia Socialista manteve-se distante das concepções frentistas do PCB e PCdoB, ambas abertas à participação de setores considerados burgueses.

<sup>20</sup> Com relação ao governo dos trabalhadores, o documento esclarecia que “seu caráter ainda é basicamente propagandístico, ainda não tem uma viabilidade imediata. Mas já não é uma propaganda que atinja apenas a vanguarda mais esclarecida da classe; depois do repetido choque dos trabalhadores com o poder do Estado, depois de tantas demonstrações do vínculo profundo do Estado com os patrões, a consigna de Governo dos Trabalhadores tem condições de atingir a amplas massas”. A partir de meados de 1983, a DS passaria a defender o governo dos trabalhadores como uma proposta realizável a curto prazo, e não apenas como propaganda política.

para expor a natureza do domínio burguês, para ajudar as massas a romper com as instituições burguesas e abandonar suas ilusões”, cumprindo seu papel de combate ao regime militar e de viabilização do socialismo. Nesse ponto, algumas organizações de esquerda eram mais uma vez criticadas por apoiarem setores do MDB e políticos envolvidos nas discussões sobre o partido popular, ao invés de utilizarem o Parlamento para ações revolucionárias.

Em sua última parte, o documento definia a luta pela democracia como o princípio básico de atuação da DS. Retomando alguns pontos discutidos na resolução *Democracia socialista e ditadura do proletariado*, o texto encerrava afirmando que era fundamental “incentivar a experiência pela classe operária das formas de democracia direta, de exercício do poder”. No meio sindical, as comissões de fábrica tinham o apoio dos grupos do *Em Tempo* justamente por proporcionarem aos trabalhadores esta experiência. No meio político, a defesa de uma Assembléia Constituinte com a participação dos marxistas-revolucionários também se aproximava da proposta de exercício do poder pela classe operária. De todo modo, o documento ressaltava que o importante era “desfazer as ilusões diante do parlamento burguês” e “resgatar o entendimento da ditadura do proletariado e do socialismo como uma extensão dos direitos democráticos da massa”.

Por fim, no documento *Herança do marxismo revolucionário*, bem menor que os anteriores e onde fizeram mais uma reflexão política do que propriamente uma análise da conjuntura da época, os grupos que fundaram a Democracia Socialista ressaltavam a atualidade da teoria marxista, destacando sua importância no processo de formação do partido revolucionário. O documento iniciava afirmando que “o marxismo – teoria do combate da classe operária – vem se desenvolvendo contínua e progressivamente”<sup>21</sup>, o que o transformava no ponto de partida para dirigir o movimento operário. Apesar de a maior parte das questões fundamentais da teoria terem sido trabalhadas por Karl Marx ainda no século XIX, o texto ressaltava que fora com Lênin, Trotsky e outros marxistas que “deram contribuições importantes, embora de menor envergadura e sistematicidade”, que o marxismo se desenvolveu não apenas como um modelo explicativo, mas também como uma espécie de manual para a ação revolucionária. Lênin era elogiado por ter conseguido levar a teoria marxista “a uma outra etapa”, com suas análises inovadoras e o aprofundamento de alguns conceitos lançados por Marx. De acordo com o documento, sua percepção sobre a atualidade da revolução, o desenvolvimento da teoria da organização

---

<sup>21</sup> DEMOCRACIA SOCIALISTA. *Herança do marxismo revolucionário*. 1979. Fundo Gilberto Mathias, Arquivo Edgar Leuenroth/UNICAMP, pasta 17.

revolucionária, a elaboração de um conceito mais preciso de ditadura do proletariado, a importância dada ao internacionalismo revolucionário na implantação do socialismo e a idéia de revolução como um processo mundial tinham sido suas principais contribuições nesse sentido. Ao lado dele, Trotsky também era elogiado por haver desenvolvido melhor alguns pontos do leninismo, contribuindo especialmente para a formulação das teorias da revolução permanente – considerada pelo documento como “mais precisa que a teoria de Lênin a respeito da revolução russa de 1917” – e da degeneração dos Estados operários. Dessa forma, o texto concluía que “do mesmo modo que o marxismo passa necessariamente por Lênin, o leninismo passa por Trotski”. Ao se colocarem na perspectiva do trotskismo, os grupos do *Em Tempo*, na prática, reivindicavam a herança do marxismo-revolucionário, que, segundo eles, fora abandonada por expressivos setores da esquerda mundial e brasileira, em particular – como vimos no primeiro documento.

Logo, a Internacional trotskista era considerada a organização mundial que mais havia recuperado a herança marxista-revolucionária. Com sua teoria sobre o papel e o funcionamento do partido revolucionário, a caracterização que fazia sobre o Estado operário e o processo de transição e o desenvolvimento do conceito de democracia operária, a existência da IV Internacional tornava “impossível desenvolver qualquer tática sem partir do Programa de Transição” formulado por Trotsky, avaliavam. Por outro lado, mesmo afirmando que o marxismo passava pelo leninismo e este pelas formulações de Trotsky, o documento lembrava que não se podia ter uma “concepção ingênua” a respeito da união das correntes trotskistas da IV Internacional. O CORQUI, representada no Brasil pela OSI, e a Fração Bolchevique, corrente morenista à qual se vinculava o PST, eram criticados no texto por terem rompido com algumas questões fundamentais para o trotskismo, como a defesa do centralismo democrático e da democracia socialista.

Os fundadores da DS encerravam o documento afirmando existirem duas razões principais para reivindicarem a herança da teoria marxista na construção do partido revolucionário. Tendo em vista que o objetivo maior do partido – “tomar o poder e continuar a cumprir seu papel na construção do socialismo” – inscrevia-se num processo de longo prazo, os grupos do *Em Tempo* consideravam que a unidade na ação era um dos pontos fundamentais a ser perseguido. Assim, mesmo reconhecendo que “pode (e deve) haver divergências” na construção do partido revolucionário, segundo eles, a teoria marxista proporcionaria a unidade interna tida como “básica se não se pretende construir uma organização para rachar logo em seguida”. Por outro lado, assumir o marxismo-revolucionário era reconhecer que seus princípios “são básicos para uma atuação política,

todos são atuais”. Seria impossível, sob esse ponto de vista, trabalhar em conjunto com outras organizações políticas que tivessem interpretações divergentes com relação ao que era centralismo democrático e à importância da democracia socialista, por exemplo.

Em resumo, todos esses documentos indicaram a visão dos grupos que formariam a Democracia Socialista sobre a conjuntura da época e as possibilidades de atuação que ela oferecia. Fundamentados na teoria trotskista e no programa do Secretariado Unificado, esses grupos trouxeram para o Brasil os esquemas analíticos da corrente mandelista da IV Internacional, interpretando a realidade brasileira à luz das posições do SU. Com o desenvolvimento do Movimento pró-PT, a DS logo mudaria algumas teses apresentadas em 1979, como a caracterização do Partido dos Trabalhadores como frente política, reformulando e aprofundando, em função do desenrolar da própria conjuntura, parte das questões discutidas nesses três documentos. De qualquer forma, a maioria das propostas formuladas pelos grupos do *Em Tempo*, como o apoio à convocação da Assembléia Constituinte e à regulamentação do direito de tendências, continuariam a ser defendidas ao longo da década de 1980, pautando a atuação da Democracia Socialista dentro do PT nos anos seguintes.

## *Capítulo 4*

# CONSTRUIR O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

Com exceção do PCB, PCdoB e MR-8, no início de 1980, quase todas as outras organizações da esquerda brasileira participavam das articulações para a criação do Partido dos Trabalhadores. Entre elas, porém, havia diferenças quanto ao caráter atribuído ao PT e ao papel que ele poderia desempenhar a curto, médio e longo prazo. O posicionamento assumido por essas organizações diante do partido variou bastante conforme a avaliação de cada uma sobre os rumos do movimento que dera origem ao PT e a conjuntura da época, que abria diferentes possibilidades de intervenção política. A vinculação teórica desses grupos, cujos esquemas interpretativos levavam a posições divergentes, só acentuaram as diferenças em torno do caráter do partido e do papel a ser desempenhado por ele. Ao mesmo tempo, a ditadura militar colocava na ordem do dia uma profunda discussão sobre as tarefas táticas, de curto prazo, e sua eficácia para a derrubada do regime instalado em 1964.

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)<sup>1</sup>, por exemplo, diante da heterogeneidade da base social petista, que comportava intelectuais, sindicalistas, militantes ligados à Igreja Católica, lideranças de movimentos populares e agrupamentos de esquerda, via no PT um movimento tático de frente ampla popular contra a ditadura<sup>2</sup>. O MEP, por outro lado, acreditava que o peso político dos sindicalistas autênticos dentro do partido dava ao PT um caráter muito mais de frente política operária do que propriamente popular, mas de qualquer forma sem possibilidades de se transformar num partido revolucionário. Apesar das diferenças, as duas interpretações convergiam na concepção do

---

<sup>1</sup> Dissidência do PCB fundada em janeiro de 1968.

<sup>2</sup> KECK, Margaret. *PT – A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

PT como uma frente tática, de existência momentânea, que poderia desempenhar um papel importante na conjuntura da época, especialmente para o fim da ditadura militar. Outros agrupamentos de esquerda, como a AP-ML e o Ala Vermelha, com algumas pequenas variações, também defendiam a idéia do PT como uma organização estritamente tática que fosse expressão, no plano institucional, dos movimentos sociais<sup>3</sup>.

Já entre os trotskistas, a perspectiva revolucionária favoreceu uma interpretação muito particular do processo de construção do PT. Em linhas gerais, tanto a DS quanto a Convergência Socialista e a OSI defendiam um partido classista, com um programa socialista e que fosse um canal de expressão política para todos os setores explorados pelo capitalismo. Ao mesmo tempo, pressionavam o partido para que ele adotasse a palavra de ordem em favor do governo dos trabalhadores e se posicionasse pela defesa de uma Assembléia Constituinte livre, soberana e democrática. As três organizações consideravam o PT como um partido, negando o seu possível caráter frentista, inserido num processo de construção que poderia levá-lo a ser um partido revolucionário. Nesse processo, os trotskistas se colocavam como pólo revolucionário dentro do PT, cuja função seria o de buscar a hegemonia no interior do partido, alcançando sua direção, para inscrevê-lo, ainda que a longo prazo, numa perspectiva revolucionária<sup>4</sup>.

A transformação, a longo prazo, do PT um partido revolucionário deu margem a interpretações diferentes entre os trotskistas sobre os rumos desse processo. Em meados de 1980, por exemplo, a Convergência Socialista já considerava ter havido desvios na construção do PT em relação à sua proposta original, especialmente no que dizia respeito à concepção do partido expressa no Programa político petista, que o definia como sendo de “massa, amplo e aberto, baseado nos trabalhadores da cidade e do campo”<sup>5</sup>. Na época, acreditando haver uma contradição entre a direção do partido e seu Programa e o movimento que dera origem ao PT, a Convergência defendeu uma volta às origens, “para que o PT seja de fato ‘um partido sem patrões’ e que lute ‘por um governo dos trabalhadores’”<sup>6</sup>. A DS, ao contrário, negava a existência de desvios na proposta petista e atribuía as mudanças programáticas ao processo natural de construção do partido revolucionário, como afirmara num dos documentos discutidos em 1979. “O caminho para a construção do PT, para que ele assimile o programa revolucionário, será sem

---

<sup>3</sup> BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)*. São Paulo: USP, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo.

<sup>4</sup> LEAL, Murilo; KAREPOVS, Dainis. Os trotskismos no Brasil (1966-2000). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.) *História do marxismo no Brasil*, vol.6. Campinas: Editora da UNICAMP (no prelo).

<sup>5</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Programa*, 1980, mimeo.

<sup>6</sup> Citado em LEAL e KAREPOVS, *op. cit.*, p.16.

dúvida não apenas longo, mas tortuoso”<sup>7</sup>, ressaltara, na época. Ao mesmo tempo, a Democracia Socialista também criticava as organizações que, assim como a Convergência, concluíam “prematuramente que o PT se degenerou”, afirmando que “a regra básica a adotar é uma extrema prudência nesta caracterização”. Ao longo dos anos 1980, essas diferenças pautariam a relação dos trotskistas com o partido, que assumiriam ou uma posição radical, como no caso da OSI e da Convergência, ou de aproximação com outros setores do PT, como ocorreu com a Democracia Socialista.

Apesar dos pontos de vista em comuns com a OSI e a Convergência quanto ao caráter do PT e ao papel que ele poderia desempenhar, publicamente, a DS sempre buscou se diferenciar dessas organizações. “Não consideramos que temos nenhuma proximidade especial com estas organizações, apesar de muitas referências programáticas *formais* comuns”<sup>8</sup>. Internacionalmente, a Democracia Socialista divergia das correntes da IV Internacional representadas no Brasil pela OSI e pela Convergência, especialmente na caracterização das revoluções cubana e nicaragüense. Na opinião da DS, a posição assumida pelo Quarta Internacional-Centro Internacional de Reconstrução (QI-CIR) e pela Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT) – de quem a OSI e a Convergência Socialista eram a seção brasileira, respectivamente<sup>9</sup> – “se afastaram muito das posições fundamentais da IV Internacional”. Internamente, a DS acusava a OSI de combinar “traços de oportunismo, como o combate a todas as organizações de esquerda que participam do PT, com posições sectárias” e a Convergência de se definir pela construção do Partido dos Trabalhadores priorizando “uma ‘atuação em faixa própria’”. De todo modo, apesar das divergências públicas entre a Democracia Socialista, de um lado, e a OSI e a Convergência, de outro, as diferenças entre os trotskistas brasileiros pareceram estar ligadas muito mais à vinculação internacional de cada grupo e ao modo como se

---

<sup>7</sup> DEMOCRACIA SOCIALISTA. *Cadernos Em Tempo: o PT e o partido revolucionário no Brasil*, nº.1, setembro de 1981. São Paulo, 1981, p.29.

<sup>8</sup> DEMOCRACIA SOCIALISTA. *O que é a Democracia Socialista: as posições políticas da Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista*. São Paulo, s.d., p.28 (grifo do texto).

<sup>9</sup> Até 1979, a Convergência Socialista vinculou-se à Fração Bolchevique da IV Internacional, liderada por Nahuel Moreno. No ano seguinte, junto com antigos militantes do CORQUI, dirigidos por Pierre Lambert, e a Tendência Leninista-Trotskista, representada por Cristiam Nemo, a corrente morenista criou a Quarta Internacional-Comitê Internacional (QI-CI). Em 1981, diante das divergências quanto à eleição de François Mitterrand para presidente da França, a QI-CI dividiu-se. A partir dessa cisão, o grupo liderado por Moreno criou a Liga Internacional dos Trabalhadores, representada no Brasil pela Convergência. Os seguidores de Lambert, por sua vez, criaram a QI-CIR, representada no país pela OSI. Vale destacar que durante o breve período em que conviveram juntas sob a QI-CI, a OSI e a Convergência Socialista chegaram a discutir sua unificação, processo que foi interrompido pelo racha internacional (SILVA, Antônio Ozaí da. *História das tendências no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Proposta, s.d.).

relacionavam com o PT do que propriamente a uma visão particular sobre o caráter do partido e o papel a ser desempenhado por ele<sup>10</sup>.

No início de 1980, a Democracia Socialista concebia o PT como um partido operário de massas que poderia adotar um programa revolucionário, transformando-se assim no partido que conduziria os trabalhadores na revolução socialista. A interpretação da DS, portanto, era a de que o PT ainda era um partido em construção e cujos rumos seriam disputados pelos vários setores que o apoiavam. Nesse processo, o “problema chave”, assinalou, “é o de saber trabalhar dentro do PT, saber que política defender no PT, saber como contribuir para o seu avanço”<sup>11</sup>. Por não acreditar que o país estava numa conjuntura revolucionária na época, a DS não defendia a adoção, de imediato, de um programa revolucionário por parte do PT, como fazia a Convergência, por exemplo. Ao mesmo tempo, afirmava que “não é incorreto lutar para que [o partido] assuma certos elementos deste programa”. Entre eles, um dos mais importantes eram as reivindicações transitórias, proposta de inspiração claramente trotskista.

Segundo a Democracia Socialista, essas reivindicações seriam fundamentais para “conduzir as massas na direção do socialismo, para ajudá-las a compreender que o socialismo é necessário”. Isso porque, com a crise da econômica brasileira, que se estenderia por toda a década de 1980, em tese, não havia meios para atender às demandas dos trabalhadores. A assimilação do socialismo como único sistema capaz de incorporar o conjunto da classe trabalhadores, portanto, seria facilitada pela pressão do partido para que as reivindicações transitórias fossem atendidas. A derrubada a ditadura, nesse caso, deveria ser articulada com a implantação do socialismo, num caminho em que o partido revolucionário desempenharia um papel fundamental. Por isso a determinação da DS em trabalhar no interior do PT para que ele efetivamente assumisse como tarefa tática o combate ao regime militar e tivesse como objetivo estratégico a construção de uma sociedade socialista.

Na época, a DS acreditava que o partido deveria manter o seu caráter de massas e classista enquanto o programa revolucionário fosse incorporado e desenvolvido por uma organização que deveria atuar dentro do PT, a fim de que ele o assumisse posteriormente.

---

<sup>10</sup> Na mesma época, dentro do PT, existia também um pequeno grupo trotskista, dissidência da OSI, chamado Organização Quarta Internacional (OQI), que editava o jornal *Causa Operária*, nome pelo qual o grupo passou a ser conhecido. Na avaliação da DS, a OQI “aprofundou todos os traços sectários que ‘O Trabalho’ [jornal pertencente à OSI] tinha” (DEMOCRACIA SOCIALISTA, *op. cit.*, p.28). Nos anos 1990, depois de ser expulsa do PT, a OQI fundou o Partido da Causa Operária (PCO). Para mais detalhes, ver SILVA, Antônio Ozai da. *A Causa Operária. Revista Espaço Acadêmico*, ano I, nº.4. Maringá: s.n., 2001.

<sup>11</sup> DEMOCRACIA SOCIALISTA. *Cadernos Em Tempo: o PT e o partido revolucionário no Brasil*, nº.1, setembro de 1981. São Paulo, 1981, p.7.

“Nossa política atual não é a de transformar abruptamente o PT num partido revolucionário; esta seria uma política inviável, estreita, e nos levaria a um processo de sectarização”, afirmou. “Nosso horizonte hoje é mais modesto: que o PT se mantenha um partido claramente classista, e que lute contra a ditadura militar e a exploração capitalista”<sup>12</sup>. Como vimos no capítulo anterior, a Democracia Socialista acreditava ser uma das únicas forças políticas capaz de desempenhar esse papel, visão que, de certo modo, acabaria por ser reafirmada diante das atitudes radicais da OSI, da Convergência e da Causa Operária com relação ao PT e sua liderança e das interpretações frentistas que as demais organizações de esquerda tinham a respeito do partido.

Desde o início, a participação de grupos de esquerda dentro do PT sempre suscitou muitas preocupações entre as suas principais lideranças, especialmente quanto à postura dos trotskistas diante do partido. Em janeiro de 1980, Lula já evidenciara esse problema ao declarar que “alguns grupelhos tentaram fechar as portas do partido e atrapalhar sua formação”<sup>13</sup>. Nesse ponto, a DS parece ter sido uma das raras, se não a única, exceção, tendo em vista que, longe de assumir uma prática paralelista, sempre defendeu a construção do PT como partido político, trabalhando para que suas propostas fossem incorporadas pelo conjunto do partido ao mesmo tempo em que buscava uma aproximação com suas principais lideranças.

Nos meses seguintes à declaração de Lula, os atritos entre o PT e a esquerda organizada petista se agravariam ainda mais pela adesão de novos parlamentares vindos do PMDB e pelas disputas em torno do manifesto que deveria ser aprovado na reunião nacional, marcada para fevereiro. Até o início daquele ano, os únicos parlamentares filiados ao partido eram os deputados federais Edson Khair e José Eudes, do Rio de Janeiro; Antonio Carlos de Oliveira, do Mato Grosso do Sul; Ademar Santillo, de Goiás; e o senador Henrique Santillo, também de Goiás. Em janeiro, porém, o PT engrossou sua base parlamentar em mais seis deputados, todos de São Paulo: Geraldo Siqueira, ligado ao movimento estudantil; Irma Passoni, fundadora do Movimento pelo Custo de Vida e próxima às organizações católicas paulistanas; Sérgio Santos, apoiado por movimentos sociais urbanos da capital; Marco Aurélio Ribeiro, que prestara serviços de assessoria jurídica à população carente; João Batista Breda, homossexual declarado e com apoio de movimentos sociais de classe média; e Airton Soares, que participara ativamente da Campanha pela Anistia. A disputa pela direção do PMDB paulista motivara o

---

<sup>12</sup> *Ibidem*, p.26.

<sup>13</sup> Citado em KECK, *op. cit.*, p.114.

desligamento desses parlamentares do partido – onde se sentiram “marginalizados da liderança”<sup>14</sup> – e a adesão ao PT, naquele mês.

Salvo algumas poucas exceções, como o deputado Geraldo Siqueira, ligado à AP-ML, boa parte dos parlamentares egressos do PMDB criticavam a postura adotada pelos grupos de esquerda no processo de construção do PT. Airton Soares, por exemplo, acusava esses agrupamentos de “dificultarem a organização do partido por fazerem caso de pequenos detalhes em questões de menor importância”<sup>15</sup>. Ao longo de todo o mês de fevereiro, foram realizadas várias reuniões envolvendo sindicalistas e parlamentares para discutir a questão da *dupla militância*, como se dizia na época. No dia 22, após uma reunião da Comissão Nacional Provisória para debater o assunto, Lula voltou à questão mais uma vez ao declarar que “todos os que entrarem no PT precisam deixar de ser ‘partidinhos’ para ajudar na formação de uma partido de massa, esquecendo propostas inviáveis”<sup>16</sup>. Nas semanas seguintes, novos encontros realizados no escritório de Airton Soares reunindo líderes sindicais, parlamentares e intelectuais discutiram formas de evitar que na Reunião Nacional do partido, marcada para abril, fossem debatidos os problemas envolvendo a atuação da esquerda organizada no interior do PT.

Naquele mês, quando o partido realizou seu congresso de fundação, as divergências entre os sindicalistas, parlamentares e as organizações de esquerda apareceram de maneira evidente. De um modo geral, os sindicalistas estavam preocupados com a formação de um partido que pudesse expressar seus interesses mais imediatos, como a reposição das perdas salariais e o fim da Lei de Greve, por exemplo. Já os parlamentares, defendiam a integração do PT no sistema político-partidário da época, enfatizando muito mais sua atividade parlamentar, natural para eles, do que propriamente sua função de mobilizar a sociedade. Os agrupamentos de esquerda, pelo contrário, ressaltavam o papel que o PT poderia desempenhar, a curto prazo, na organização dos trabalhadores e no combate à ditadura.

Realizado em São Paulo, no dia 10 de fevereiro, o congresso de fundação do partido contou com a presença de aproximadamente 750 lideranças de todo o país<sup>17</sup>. No encontro, além da decisão de manter os membros da Comissão Nacional Provisória – eleita em outubro de 1979 – como titulares da Comissão Diretora Nacional Provisória até a Reunião Nacional, o partido também discutiu e aprovou o seu Manifesto. O ante-projeto do documento já havia sido apresentado pela direção do PT na primeira semana de janeiro para ser analisado pelos

---

<sup>14</sup> *Ibidem*, p.100.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p.115.

<sup>16</sup> Citado em KECK, pp.115-116.

<sup>17</sup> MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido – 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

militantes do partido<sup>18</sup>. Na época, além do Manifesto, também estavam em discussão o Estatuto, o Regimento Interno e o Programa, que viriam a ser aprovados em junho. A DS, particularmente, temia que o PT se burocratizasse ao longo do seu processo de legalização, especialmente pelas exigências formais da nova LOPP, que conservava “as mesmas bases da lei anterior”<sup>19</sup>, na avaliação do grupo. Na época, a Democracia Socialista ressaltou que o partido deveria “atentar para que seus Estatutos – subordinados à legislação partidária – não venham obstaculizar suas pretensões programáticas de um partido voltado para o fortalecimento e o respeito das decisões da base e de independência ao parlamento burguês”, bandeiras que a DS defendia desde a sua fundação<sup>20</sup>.

As críticas de alguns grupos de esquerda ao texto original do Manifesto, acusado de ser um “projeto pequeno-burguês”<sup>21</sup>, e as modificações no ante-projeto deixaram setores do partido bastante insatisfeitos, em particular os parlamentares. Ao final do congresso, Airton Soares chegou a declarar que o evento ficara marcado pelo seu “caráter antidemocrático, imposto por grupelhos organizados”. Mesmo negando a existência de qualquer problema entre o partido e a esquerda organizada e acusando a grande imprensa de fazer “uma ofensiva classista contra o PT”<sup>22</sup>, a DS reconheceu que apesar do debate “por vezes acalorado e exaltado, mas sempre fraternal”, ocorreram “algumas manifestações isoladas de sectarismo político”. De toda forma, a Democracia Socialista considerou que as alterações no texto original haviam sido importantes para corrigir “algumas imprecisões de conteúdo e estilo do documento” e evidenciar “de modo mais nítido o caráter classista do partido”<sup>23</sup>.

Comparado ao ante-projeto apresentado em janeiro, o Manifesto realmente sofrera poucas mas profundas alterações no seu conteúdo, reconhecendo o PT como um partido de massas e fechado à participação de setores burgueses. A palavra *povo*, por exemplo, foi substituída no texto final pelos termos *explorados pelo capitalismo*, *massas trabalhadoras* e *povo trabalhador*. Já as palavras *ricos* e *pobres* foram trocadas, respectivamente, por *exploradores* e *explorados*. Da mesma forma, a defesa de um “Judiciário independente” e de um “Parlamento livre”, presentes na proposta lançada em janeiro, foram suprimidas do

---

<sup>18</sup> Para o ante-projeto do Manifesto, ver *Em Tempo*, ano III, n.º.96, 10 a 16 de janeiro de 1980, p.6.

<sup>19</sup> *Em Tempo*, ano III, n.º.98, 24 de janeiro a 07 de fevereiro de 1980, p.4.

<sup>20</sup> Ver DEMOCRACIA SOCIALISTA, *op. cit.*, p.29.

<sup>21</sup> *Veja*, n.º.599, 27 de fevereiro de 1980, p.12.

<sup>22</sup> *Em Tempo*, ano III, n.º.100, 21 de fevereiro a 05 de março de 1980, pp.1-2.

<sup>23</sup> O termo *classista*, nesse caso, foi usado pela DS de maneira bem ampla para designar os “setores explorados pelo capitalismo”, como dizia o próprio Manifesto. Esses setores incluíam os “operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados”. Uma parte da esquerda organizada do PT, entretanto, avaliou negativamente o documento final por entender que um partido classista deveria ser composto fundamentalmente por operários.

texto final. Em seu lugar, o partido manteve apenas o “compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas”<sup>24</sup>. “Neste sentido”, dizia o Manifesto, o PT “proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas”. Esse trecho, particularmente, foi saudado pelas organizações de esquerda como uma vitória que indiscutivelmente expressava o papel que o partido se propunha a desempenhar.

De fevereiro a junho, os trabalhos de organização do PT foram parcialmente interrompidos por causa das greves daquele ano, que afastou importantes dirigentes sindicais das atividades partidárias<sup>25</sup>. Ao longo desse período, as articulações para a formação do PT se resumiram basicamente ao processo de filiação e formação de núcleos e à realização de encontros regionais, que além de discutirem o ante-projeto do Programa petista<sup>26</sup>, apresentado no congresso de fevereiro, também deveriam eleger seus delegados para a Reunião Nacional, adiado para junho em função das greves. Do Rio Grande do Sul, reduto político dos militantes da Democracia Socialista, veio a proposta que mais claramente expressou a visão da DS a respeito da conjuntura da época, do caráter que o PT deveria assumir e do papel que ele poderia exercer junto aos trabalhadores.

Realizado na primeira semana de abril, o encontro gaúcho aprovou, por 33 votos a 5, a proposta encaminhada pelo Núcleo dos Professores de Porto Alegre, ligado à Raul Pont, membro do Comitê Central da Democracia Socialista. O texto, que derrotou o projeto apresentado pelo MEP, dizia que “se o regime autoritário for substituído por uma democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre as elites dominantes [...] tal regime nascerá débil e descomprometido com a solução dos problemas que afligem o nosso povo, e pronto será derrubado e substituído por novas formas autoritárias de dominação”<sup>27</sup>. A partir dessa avaliação, os gaúchos defendiam o apoio explícito do PT a “um governo dos trabalhadores verdadeiramente democrático [...] que assegurará a maior liberdade entre todos os que já existiram em nosso país”. Ao mesmo tempo, propunham que o partido tivesse como objetivo estratégico a luta por uma “sociedade socialista e democrática”, o que exigia, por sua vez, a democratização da própria estrutura partidária. Nesse sentido é que os militantes do Rio Grande do Sul defendiam o “direito das minorias expressarem seu ponto de vista” e a regulamentação do “direito da formação de tendências

---

<sup>24</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Manifesto*, 1980, mimeo.

<sup>25</sup> Sobre a greve de 1980, ver ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho – confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

<sup>26</sup> Para o ante-projeto do Programa, ver *Em Tempo*, ano III, nº.96, 10 a 16 de janeiro de 1980, p.7.

<sup>27</sup> *Em Tempo*, ano III, nº.104, 17 a 23 de abril de 1980, pp.4-5.

e frações”. Por último, o texto afirmava que PT deveria estar aberto a “todas as camadas assalariadas do país”, definindo-se assim como um “partido das massas populares” que abrigaria, junto aos operários, outras categorias profissionais, como os bancários, professores, funcionários públicos, comerciários e pequenos agricultores.

Pouco antes da Reunião Nacional, a Democracia Socialista destacou algumas divergências que, na avaliação dos seus militantes, precisavam ser debatidas a fundo no evento. Entre elas, estavam a inclusão da proposta de um governo dos trabalhadores no Programa do partido; a definição do caráter do PT; a relação entre os núcleos e as comissões municipais, estaduais e nacional; o papel dos parlamentares no partido; os caminhos para a legalização da legenda; e a melhor maneira de expressar a posição do PT contra a ditadura. Em linhas gerais, a posição da DS foi de apoio à construção de um partido de massas e classista que defendesse a formação de um governo dos trabalhadores e cuja estrutura interna fosse pautada pela democracia, de modo que a base, constituída pelos núcleos, tivesse controle sobre as demais instâncias partidárias. Ao mesmo tempo, a Democracia Socialista ressaltava que esse partido deveria ser fundamentalmente extra-parlamentar e enfatizar muito mais o trabalho de organização dos trabalhadores do que as atividades político-institucionais, que por sua vez deveriam ser utilizadas para fins revolucionários, de denúncias contra o regime. Por fim, a DS acreditava que o processo de legalização do partido deveria estar associado ao próprio trabalho junto às suas bases.

Realizado em São Paulo, com a participação de pouco mais de 300 delegados, a Reunião Nacional do PT elegeu a nova direção do partido, com mandato até agosto de 1981, e aprovou seu Programa político, em discussão desde o congresso de fevereiro. A disputa pelo comando do partido aconteceu em chapa única, com uma composição resultante da aliança entre sindicalistas que apoiavam Lula e militantes de esquerda ligados à José Ibrahim, líder do movimento grevista de 1968 em Osasco<sup>28</sup>. Mesmo manifestando apoio à nova liderança petista, a DS criticou com veemência os métodos utilizados para a formação da chapa, cuja composição foi atribuída pela Democracia Socialista a “exaustivos conchavos” que excluíram “da instância máxima de direção do PT companheiros que desde o primeiro momento vêm lutando pela construção do nosso partido”<sup>29</sup>. Mostrando não estar aberto ao diálogo com a esquerda organizada, Lula imediatamente respondeu às críticas feitas pela DS, afirmando não aceitar “de jeito algum que pessoas que não são

---

<sup>28</sup> KECK, *op. cit.* A chapa teve como membros efetivos Antonio Carlos de Oliveira, Apolônio de Carvalho, Freitas Diniz, Jacó Bittar, Joaquim Arnaldo, José Ibrahim, Lula, Luiz Soares Dulci, Manoel da Conceição, Olívio Dutra, e Wanderly Farias de Souza.

<sup>29</sup> *Em Tempo*, ano III, nº.107, 03 a 18 de junho de 1980, p.7.

trabalhadores venham aqui me dizer que esta chapa seja casuística”. “Pois não será com falsos trabalhadores, confortavelmente instalados em suas casas, sob a luz de cabeceira lendo livros de Marx e Lênin; não é assim que iremos construir o partido que os trabalhadores necessitam”, completou<sup>30</sup>.

Com relação ao Programa, o documento aprovado foi bastante genérico e superficial, sem nenhum termo que pudesse excluir qualquer um dos grupos que apoiavam a construção do partido. Palavras como *socialismo* e *governo dos trabalhadores* não foram citados sequer uma vez ao longo do texto. Nele, o PT não se definiu como “um partido marxista, cristão, revolucionário, social-democrata, reformista, marcadamente sindical ou continuador da atividade parlamentarista de oposição”<sup>31</sup>, o que permitiu, de certa forma, acomodar politicamente quase todos os seus grupos internos, na medida em que cada um deles sentiu-se contemplado com o conteúdo do Programa. Para os que defendiam o PT como um partido revolucionário, como no caso da DS, a confusão programática era perfeitamente compreensível<sup>32</sup>. Os que queriam construir o PT como uma frente de esquerdas fechada à burguesia também foram atendidos pelo documento, que vetava sua participação. Por último, os setores que defendiam o PT como uma frente tática de combate à ditadura militar “encontravam no programa definido pelo encontro a expressão de sua proposta”<sup>33</sup>.

Para a Democracia Socialista, a Reunião Nacional refletiu a divisão existente dentro do partido. De um lado, os que defendiam a aprovação de um Programa que retomasse as questões apresentadas nos documentos anteriores e expressasse o caráter independente do PT, sua luta por um governo dos trabalhadores e contra a exploração capitalista. De outro, os setores que apoiavam a elaboração de um documento mais amplo e menos preciso, por acreditarem que o PT era uma frente tática ou por temerem a legalização do partido. Porém, mesmo afirmando que o Programa era “consideravelmente mais diluído, menos preciso quanto ao seu conteúdo de classe, que a Carta de Princípios do 1º de maio, ou mesmo que o Manifesto aprovado em fevereiro”<sup>34</sup>, segundo a DS, o documento não definia o PT como um partido policlassista. Dessa forma, apesar das críticas ao texto, de um modo geral, a Democracia Socialista avaliou positivamente os encaminhamentos da Reunião Nacional, por acreditar que “o PT continua sendo caracterizado como um *partido*, e um

---

<sup>30</sup> *Idem.*

<sup>31</sup> BERBEL, *op. cit.*, p.128.

<sup>32</sup> Na época, a DS declarou que o programa era “bastante razoável frente ao estágio de construção do partido” (*Em Tempo*, ano IV, nº.130, 11 a 24 de junho de 1981, p.4).

<sup>33</sup> BERBEL, *op. cit.*, p.128.

<sup>34</sup> *Em Tempo*, ano III, nº.107, 03 a 18 de junho de 1980, p.6.

partido dos trabalhadores, construído a partir de suas lutas, e que além de se enfrentar hoje contra a ditadura luta por ‘uma alternativa de governo para os trabalhadores e oprimidos’, que ‘avança nos rumos de uma sociedade sem exploradores e explorados’<sup>35</sup>.

Aprovado o Programa, os meses seguintes foram dedicados exclusivamente à discussão do Estatuto e do Regimento Interno do partido e à formação dos seus diretórios estaduais e municipais, como exigia a lei. Através do *Em Tempo*, a DS participou ativamente de todo esse processo, defendendo algumas posições que o PT deveria adotar, na opinião da Democracia Socialista, e divulgando notícias sobre as articulações regionais e locais. Em julho, por exemplo, a DS chegou a publicar o modelo de ata para as reuniões municipais exigidas pelo TSE, indicando também todos os procedimentos que deveriam ser adotados nos encontros, como a convocação, inscrição e eleição de chapas e a homologação dos resultados<sup>36</sup>. No final de outubro, a Comissão Diretora Nacional Provisória apresentou todos os documentos especificados na LOPP para a concessão do registro provisório, aprovado pelo TSE no início de dezembro. Na época, o PT já contava com seis deputados federais, dez estaduais, cerca de 50 vereadores e praticamente 70 mil filiados em todo o país<sup>37</sup>.

Da Reunião Nacional, em junho, até meados de 1981, além de defender insistentemente a construção do PT como um partido político fundamentado nos seus núcleos de base, por diversas vezes a DS manifestou sua opinião favorável à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Partindo da avaliação de que o regime estava enfraquecido diante do ascenso dos movimentos sociais, dos resultados da reforma partidária e da crise econômica, a Democracia Socialista acreditava que a Constituinte seria uma alternativa à ditadura militar ao mesmo tempo em que poderia servir de espaço para a defesa dos interesses dos trabalhadores, particularmente quanto à melhoria da sua qualidade de vida. Segundo a DS, a luta pelo fim do regime e a favor da Constituinte “são questões que não estão separadas e que precisam de uma resposta firme e unitária do conjunto das oposições”<sup>38</sup>. O PT, nesse caso, além de ser um canal de expressão política, teria um papel fundamental na mobilização do trabalhadores. Ao lado dessa visão estratégica do partido, a proposta da DS reforçava também seu caráter tático de combate à ditadura.

Assim como na teoria trotskista, pela qual as reivindicações transitórias funcionariam como uma ponte entre as necessidades imediatas dos trabalhadores e a

---

<sup>35</sup> *Idem* (grifo do texto).

<sup>36</sup> *Em Tempo*, ano III, nº.108, 19 de junho a 02 de julho de 1980, p.4.

<sup>37</sup> *Veja*, nº.634, 29 de outubro de 1980.

<sup>38</sup> *Em Tempo*, op. cit., p.6.

revolução socialista, a DS acreditava que o apoio à convocação de uma Assembléia Constituinte também teria esse caráter de ligação entre “os problemas atuais vividos pelos trabalhadores e o povo e a construção da sociedade socialista”<sup>39</sup>. A Constituinte, no caso, seria uma das propostas do programa de reivindicações provisórias defendido pela DS, cujo papel seria o de “fazer avançar uma situação de crise como a que o Brasil se encontra atualmente em direção a uma outra onde os conflitos se coloquem de modo mais aberto e claro e onde os trabalhadores tenham então condições de disputar o poder propriamente”<sup>40</sup>. Para a Democracia Socialista, a convocação da Constituinte seria a melhor maneira de derrotar o regime no estágio de consciência em que estavam os trabalhadores na época e iniciar um “processo de luta que abra espaço para uma nova situação”, isso é, para uma sociedade socialista.

A visão da DS, porém, não era compartilhada pela maioria do partido, que temia uma Constituinte conciliadora, se convocada ainda sob governo Figueiredo. No Plano de Ação aprovado na Reunião Nacional, por exemplo, não constava nenhum item relativo à convocação de uma Assembléia Constituinte. Na época, a DS atribuíra esse fato à “insuficiente preparação do debate” e à atuação, durante o encontro, de grupos de esquerda que, “sob o manto do doutrinário”, consideravam a defesa da Constituinte “uma bandeira da burguesia”<sup>41</sup>. De um modo geral, no interior do PT, os críticos à proposta da DS afirmavam que a convocação da Assembléia só era viável com a participação de setores ligados à ditadura; que a burguesia capitalizaria a luta pela Constituinte; que sem a total liberdade partidária sua realização não seria efetivamente democrática; que a proposta não mobilizaria os trabalhadores, ao contrário das suas lutas específicas e imediatas; e que os trabalhadores só poderiam lutar com proveito por uma Assembléia Constituinte quando estivessem organizados.

De qualquer forma, até o início de 1985, quando o partido finalmente se posicionaria a favor da sua proposta, a Democracia Socialista inúmeras vezes suscitou o debate interno a respeito dessa questão, ressaltando que o PT poderia “se confinar ao círculo basista da pequena política”<sup>42</sup> caso permanecesse limitado apenas à mobilização popular, como defendiam alguns setores do partido. Segundo a DS, era fundamental que o PT se juntasse às demais forças de oposição, aproveitando-se das suas “ambigüidades e contradições” para empreender uma política comum contra a ditadura militar, o que não

---

<sup>39</sup> *Em Tempo*, ano IV, nº. 137, 01 a 14 de outubro de 1981, p.17.

<sup>40</sup> *Em Tempo*, ano IV, nº. 138, 15 a 28 de outubro de 1981, p.3.

<sup>41</sup> *Em Tempo*, ano III, nº.108, 19 de junho a 02 de julho de 1980, p.7.

<sup>42</sup> *Em Tempo*, ano III, nº.118, 06 a 19 de novembro de 1980, p.3.

significava, por outro lado, questionar a independência de classe do partido. “Pelo contrário, é uma atitude indispensável para que a luta democrática não fique *concretamente* nas mãos dos liberais, o PT simplesmente figurando como o portador dos *princípios* puros da classe trabalhadora”, afirmou<sup>43</sup>.

Depois de solicitar seu registro provisório, de acordo com a legislação, o partido teria, no máximo, um ano para continuar o processo de filiação, realizar as convenções municipais, estaduais e nacional e escolher suas novas lideranças. Em abril de 1981, o PT já havia alcançado o número de filiados em 20% dos municípios de nove estados, como exigia a lei. Além do Acre, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro e Santa Catarina, onde o partido atendera às exigências legais, havia ainda a expectativa de que até o dia 05 de junho, prazo final do processo de filiação, o PT alcançasse também o número exigido nos estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo – o que não ocorreu em sua totalidade<sup>44</sup>. A decisão de legalizar o partido obrigou o PT a mudar seu projeto original e buscar novos apoios para cumprir as exigências formais. Ao longo desse processo, a conscientização gradual dos trabalhadores acabou cedendo espaço para a pressa organizativa. Em função do pouco tempo disponível para sua organização, o PT buscou apoio em organizações já estruturadas que pudessem ajudá-lo nesse sentido, o que terminou afetando a qualidade dos novos militantes<sup>45</sup>.

Cumprida mais essa etapa, o partido realizou o seu I Encontro Nacional, no início de agosto, quando foram eleitos os membros da Direção Nacional e da Comissão Executiva Nacional do PT. Desde o Congresso de Lins, aquela era a primeira vez que militantes da Democracia Socialista chegavam à direção nacional do partido. Para o Diretório, formado por 92 membros, a DS elegeu Raul Pont, do grupo gaúcho que dera origem à organização, e Virgílio Guimarães, do grupo mineiro<sup>46</sup>. No caso da Comissão Executiva, entre os seus membros, inicialmente, não havia nenhum militante da Democracia Socialista. Somente em 1983, quando sua composição foi parcialmente alterada, é que a DS conquistou os cargos de 2º suplente e Secretário de Movimentos Sociais, acumulados por Virgílio Guimarães. A avaliação da Democracia Socialista a respeito da nova liderança petista, evidentemente, não poderia ter sido outra senão a de que

---

<sup>43</sup> *Em Tempo*, ano IV, nº.124, 12 a 25 de março de 1981, p.5 (grifos do texto).

<sup>44</sup> *Em Tempo*, ano IV, nº.125, 26 de março a 08 de abril de 1981, p.4.

<sup>45</sup> KECK, *op. cit.*

<sup>46</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Ata do I Encontro Nacional*, 1981, mimeo.

o partido evoluíra em comparação ao encontro de 1980 “O resultado foi claro: uma composição bem mais classista e à esquerda”<sup>47</sup>, destacou.

Poucas semanas depois, o PT realizou sua I Convenção Nacional, em Brasília, encerrando assim a última etapa do processo de legalização do partido. A sensação de vitória era geral entre os militantes presentes ao encontro, uma vez que “havia superado obstáculos aparentemente intransponíveis e a legalização parecia estar assegurada”<sup>48</sup>. Àquela altura, o partido já contava com cinco deputados federais, oito estaduais, um prefeito e 35 vereadores<sup>49</sup>. Na Convenção, além de aprovar o Regimento Interno do partido, que regulamentava a criação e o funcionamento dos seus núcleos de base, o PT também se posicionou oficialmente diante das eleições do ano seguinte. Segundo a resolução aprovada no encontro, o partido se comprometia a lançar candidatos próprios para todos os cargos, após um amplo debate interno, e ampliar a “nucleação em massa”, de modo que a campanha servisse para uma “efetiva organização dos trabalhadores”<sup>50</sup>. A DS, que avaliara positivamente o encontro, afirmando que a Convenção fora “mais uma vitória na marcha dos trabalhadores pela construção de sua organização política independente”, declarou que os documentos aprovados – especialmente o que tratava das eleições de 1982 – haviam confirmado que o PT era, de fato, um “partido que prioriza a intervenção concreta na luta de classe e que no plano político mais geral resguarda claramente sua independência política de classe”<sup>51</sup>.

Para a Democracia Socialista, entretanto, o que mais evidenciara “o avanço político e o amadurecimento ideológico da direção petista”<sup>52</sup> fora o discurso proferido por Lula, presidente do partido. Na época, segundo a avaliação feita pela DS, “a representatividade inquestionável de Lula e o rigor de seu discurso fazem deste texto uma peça política fundamental para o partido, para a sociedade e para a história do movimento operário no país”<sup>53</sup>. Em sua fala, o presidente do PT fez um balanço da história do partido até aquele momento, rebateu as críticas dirigidas ao PT, tratou da relação entre o partido e os sindicatos, defendeu a criação de uma central única dos trabalhadores, criticou o processo de abertura política e pronunciou-se a respeito da participação do PT nas eleições de 1982. De todo o discurso, o que mais animou a DS foi a declaração de que o

---

<sup>47</sup> *Em Tempo*, ano IV, nº.134, 12 de agosto a 02 de setembro de 1981, p.7.

<sup>48</sup> KECK, *op. cit.*, p.112.

<sup>49</sup> *Em Tempo*, ano IV, nº.137, 01 a 14 de outubro de 1981, p.9.

<sup>50</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções da I Convenção Nacional*, 1981, mimeo.

<sup>51</sup> *Em Tempo*, *op. cit.*, p.7.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p.3

<sup>53</sup> *Ibidem*, p.10. O discurso foi publicado na íntegra na edição nº.137 do *Em Tempo* (pp.10-11).

partido se colocava na perspectiva do socialismo, por saber que “o mundo caminha para o socialismo”<sup>54</sup>. A edição do *Em Tempo* publicada logo depois da Convenção, por exemplo, trouxe o seguinte título em sua primeira página: “da tribuna do Senado da República, Lula proclama: PT é socialista!”.

Essa conclusão, contudo, pareceu bastante precipitada, até mesmo porque não houvera nenhuma mudança programática desde o I Encontro Nacional – realizado apenas dois meses antes, praticamente – que justificasse a opinião da Democracia Socialista. O PT, que em seu Programa sequer mencionara a palavra socialismo, não poderia, em tão pouco tempo, ter adotado sua implantação como objetivo principal do partido. Logo, a opinião da DS parece ter resultado muito mais de uma análise esquemática do discurso de Lula, à luz da teoria trotskista e da sua própria visão a respeito do PT, do que propriamente da prática recente do partido e dos pronunciamentos de suas principais lideranças, que desmentiam a afirmação da DS.

Da Convenção Nacional até o final do ano, um dos temas mais discutidos pela DS foi a participação do PT nas eleições de 1982. Lançado oficialmente pela direção do partido em meados de 1981, o debate sobre a eleição para deputados estaduais, federais, governadores, senadores e prefeitos<sup>55</sup>, em novembro do ano seguinte, suscitou opiniões divergentes dentro do PT. De um modo geral, formaram-se dois blocos bastante definidos quanto a essa questão: o que defendia a participação nas eleições como forma de consolidar nacionalmente o partido e o que, ao contrário, enfatizava o papel que o PT poderia desempenhar na organização dos trabalhadores. Nesse último caso, a participação nas eleições de 1982, considerada meramente circunstancial, era colocada em segundo plano ou até mesmo menosprezada.

Na opinião da Democracia Socialista, o PT deveria se preocupar mais com a conscientização dos trabalhadores do que com a disputa eleitoral em si. Para a DS, os setores que defendiam a participação nas eleições como meio de fortalecer o partido adotaram essa posição por considerarem o PT como uma frente política, tentando assim utilizar a legenda como um “trampolim eleitoral”<sup>56</sup>, ou por acreditarem que o campo de luta a ser privilegiado pelo partido era mesmo o Congresso Nacional. “Estas posições – assinalou a DS – contêm equívocos importantes. A primeira, por insistir na concepção frentista do PT, onde o debate político e a intervenção organizada no movimento de massas

---

<sup>54</sup> *Ibidem*, p.11.

<sup>55</sup> Ver Capítulo 1, nota 47.

<sup>56</sup> *Em Tempo*, ano IV, nº.130, 11a 24 de junho de 1981, p.4.

ficaria a cargo dos grupos políticos, e a segunda por rebaixar substantivamente o papel histórico a ser cumprido por um partido dos trabalhadores”.

Mesmo com uma posição diferente da do primeiro bloco, a Democracia Socialista não desconsiderava totalmente a importância de o partido participar da disputa eleitoral, como outros grupos faziam. A DS acreditava que as eleições de 1982 seriam importantes para derrotar a ditadura, divulgar a proposta do partido e formar uma bancada parlamentar classista. Por outro lado, o PT, “com uma base de massas ainda fluida, com uma estrutura organizativa ainda pobre, além de um programa pouco definido”, estaria despreparado para o jogo eleitoral, acreditava. A DS também avaliava que as divergências internas poderiam ser nocivas para o desempenho eleitoral petista. Mesmo afirmando que “o partido terá resultados eleitorais expressivos”, as divisões dentro do PT poderiam levar à formação de uma bancada parlamentar extremamente heterogênea, cujos resultados “poderão ser muito diferentes dos esperados”, completou.

Assim, considerando também que as eleições de 1982 seriam particularmente difíceis para o PT, a Democracia Socialista defendeu a ênfase na “construção política do partido”, em detrimento do excessivo despendio de esforços para a conquista de votos. Na opinião da DS, a disputa por cargos em todas as esferas da administração pública e a exigência legal para que as agremiações obtivessem, no mínimo, 5% dos votos em pelo menos nove estados – sendo, em cada um deles, 3% para a Câmara dos Deputados – criavam dificuldades ainda maiores para partidos novos, como o PT. Isso explica, em parte, a posição da Democracia Socialista com relação ao pleito de 1982 e sua opinião sobre como o partido deveria atuar naquela conjuntura específica.

Entre as propostas da DS para esta “construção” do PT estavam a definição programática do partido, a consolidação da sua democracia interna e uma maior intervenção no movimento de massas. No caso da definição programática, a própria posição da Democracia Socialista já denunciava, por um lado, que o PT estava longe de assumir-se como um partido socialista, como queriam os militantes da DS, e, por outro, o descompasso entre o conteúdo do Programa e a interpretação do discurso de Lula feito pela Democracia Socialista. Quanto à democracia interna, a proposta da DS se dividia em duas frentes: na primeira, a garantia do direito de tendências no interior do partido, e na segunda, a regulamentação dos núcleos de base. Para a Democracia Socialista, a questão da dupla militância – ou das *duas camisas* – poderia ser resolvida “com a instauração de uma ampla democracia no PT, que garanta o direito de tendência e de fração para todas as

correntes, com cobrança de todos os militantes do PT de lealdade na sua construção”<sup>57</sup>. No caso dos núcleos, mesmo destacando o avanço do partido em reconhecer “o poder real das bases nos rumos da vida partidária”, a DS acreditava que era “hora de precisar o que são os núcleos, sua forma de vinculação à estrutura legal dos diretórios, a articulação entre si através das inter-núcleos, etc”<sup>58</sup>.

Por fim, sobre a intervenção no movimento de massas, a Democracia Socialista defendeu o apoio oficial do PT à deflagração de uma greve geral, apostando que o impasse com o regime provocaria a derrota da ditadura e deixaria o caminho livre para a aprovação de outras propostas da DS, como a convocação da Constituinte. Na opinião da Democracia Socialista, o PT precisava de um “rumo certo” para sua intervenção política, cujo “caminho não pode ser outro senão uma oposição intransigente em todos os aspectos à ditadura militar, tendo como pano de fundo sua derrubada e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, soberana e democrática”, o que, na verdade, estava longe de ser um consenso dentro do partido, como vimos antes.

Ainda com relação ao pleito de 1982, a DS apresentou algumas propostas para evitar o que a organização chamou de “perigos da corrupção eleitoral”<sup>59</sup>. Segundo a Democracia Socialista, as chapas deveriam ser compostas majoritariamente por trabalhadores e líderes populares; os candidatos deveriam respeitar os órgãos e as decisões do partido; a escolha dos candidatos deveria ser feita democraticamente, a fim de manter a unidade em torno das candidaturas; o *carreirismo* e o *personalismo* deveriam ser impedidos por meio de restrições salariais e instituição de mandatos sob orientação do partido; e o financiamento das campanhas deveria ser feito através de caixa único, para evitar discrepâncias entre as candidaturas. Além disso, a DS também defendeu a centralização política da campanha, com a proibição de comitês eleitorais particulares; a fundamentação da campanha nos núcleos de base, para evitar a diluição da estrutura partidária; o lançamento de chapas completas de militantes para cargos proporcionais; o incentivo à discussão da plataforma eleitoral do PT com entidades e associações do movimentos popular; e a criação de instâncias de controle e fiscalização das candidaturas do partido.

Em tese, praticamente todas as propostas da DS foram aceitas pelo partido, o que mostra bem a ressonância que as idéias da Democracia Socialista haviam alcançado

---

<sup>57</sup> DEMOCRACIA SOCIALISTA, *op. cit.*, p.28.

<sup>58</sup> *Em Tempo*, ano IV, n°.130, 11a 24 de junho de 1981, p.5.

<sup>59</sup> *Em Tempo*, ano V, n°.141, 03 de dezembro de 1981 a 13 de janeiro de 1982, p.11.

dentro do PT. Na escolha dos candidatos, por exemplo, o partido estabeleceu “parâmetros rígidos” para a composição das chapas<sup>60</sup>. Os candidatos deveriam ser politicamente fortes e eleitoralmente viáveis, além de estarem vinculados a movimentos populares e efetivamente representarem a base partidária. Em maio de 1982, o PT também criou um Comitê Eleitoral Nacional Unificado para monitorar os comitês estaduais. Formado por Francisco Weffort, Hélio Doyle e Apolônio de Carvalho, o Comitê Nacional ficou responsável por implementar a Carta Eleitoral, a Plataforma e as resoluções petistas, além de organizar o material de campanha, as finanças do partido e as filiações ao longo do processo eleitoral<sup>61</sup>.

Na prática, porém, com exceção do estado de São Paulo, onde o PT estava melhor organizado, o partido teve dificuldades para executar boa parte das propostas da Democracia Socialista – seja pela dinâmica da própria campanha, seja pela insuficiência organizativa anterior a ela. No caso dos núcleos, por exemplo, muitos deles nem mesmo chegaram a participar do processo eleitoral. O financiamento das campanhas através de caixa único e a proibição de comitês particulares também não foram realizados plenamente. Além disso, muitos diretórios regionais eram politicamente fracos, sem fundos para a campanha nem acesso aos meios de comunicação de massas ou auxílio jurídico para interpretar a legislação eleitoral. O próprio Comitê Eleitoral Nacional, criado para centralizar politicamente a campanha petista, não dispunha de recursos suficientes para serem divididos entre os diretórios estaduais.

Apesar desse cenário negativo, a DS manteve-se otimista quanto ao resultado das eleições. A avaliação do grupo era a de que o PT sairia fortalecido do processo eleitoral, com a “eleição de inúmeros parlamentares em todos os níveis”<sup>62</sup>. A vitória do PT no pleito de 1982, segundo a DS, iria trazer novos desafios para o partido, como, por exemplo, a relação a ser estabelecida com a bancada petista. Nesse caso, o PT deveria garantir que os mandatos funcionassem como instrumentos de construção do partido, estando subordinados à sua direção nacional e regional – incluindo os recursos materiais disponíveis aos parlamentares eleitos. Na época, a DS acreditava que o resultado das eleições teria três marcas principais: o regime militar seria derrotado nos estados mais populosos e industrializados do país, perdendo também a maioria na Câmara do Deputados; o PMDB seria o maior vitorioso entre os partidos de oposição; e o PT teria um “um notável avanço

---

<sup>60</sup> MENEGUELLO, *op. cit.*, p.85.

<sup>61</sup> KECK, *op. cit.*

<sup>62</sup> *Em Tempo*, ano VI, nº.157, 26 de agosto a 09 de setembro de 1982, p.6.

de sua influência política, com a eleição de muitos parlamentares, uma sensível melhora das condições materiais em que vem operando”<sup>63</sup>.

Dos três prognósticos da DS, apenas o último não se confirmou. De fato, o partido apoiado pelo governo perdeu nas regiões mais industrializadas e populosas e não conseguiu a maioria na Câmara dos Deputados. Dos 22 estados onde houve disputa, a oposição venceu em dez, incluindo Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Para a Câmara, o PDS obteve menos da metade dos votos válidos, conquistando 234 das 479 vagas em disputa<sup>64</sup>. Já o PMDB, além da vitória em Minas, com Tancredo Neves, e em São Paulo, com Franco Montoro, também obteve a maioria nas Assembléias de seis estados e cresceu em quase todos os outros onde não conseguiu mais de 50% dos votos. Na disputa municipal, o partido também saiu vitorioso, conquistando a maior parte das prefeituras de quatro estados – incluindo Minas Gerais e Paraná, onde passou a governar metade dos municípios – e crescendo em praticamente todos os demais<sup>65</sup>.

O PT, por sua vez, frustrou a expectativa de boa parte dos seus militantes, elegendo apenas oito deputados federais, doze estaduais, dois prefeitos e pouco mais de cem vereadores em todo o país, sendo que, desses, uma parte significativa era de candidatos paulistas<sup>66</sup>. Com exceção dos estados do Acre e de São Paulo, onde o partido obteve, respectivamente, 5,4% e 9,9% dos votos, o PT não alcançou as porcentagens mínimas exigidas por lei<sup>67</sup>. Os petistas foram derrotados inclusive na disputa pelo governo de São Paulo, berço político do partido e onde Lula, principal liderança do PT, acreditava na vitória. “Eu estou convencido, mais do que nunca, que o PT ganha as eleições aqui no estado de São Paulo”<sup>68</sup>. Nos três últimos debates que antecederam à votação, por exemplo, Lula teve seu desempenho considerado como o melhor entre todos os candidatos<sup>69</sup>. No resultado final, porém, o petista ficou em quarto lugar, com apenas 10% dos votos – atrás de Franco Montoro, do PMDB; Reynaldo de Barros, do PDS; e Jânio Quadros, do PTB.

---

<sup>63</sup> *Em Tempo*, ano VI, n.º.161, 28 de outubro a 10 de novembro de 1982, p.7.

<sup>64</sup> *Veja*, n.º.743, 1º de dezembro de 1982.

<sup>65</sup> *Veja*, n.º.742, 24 de novembro de 1982.

<sup>66</sup> PONT, Raul. *Breve história do PT – 1979-1991: das origens ao 1º Congresso*. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1992. O PT de São Paulo elegeu seis dos oito deputados federais, nove dos doze estaduais, 78 vereadores e um prefeito – em Diadema, na região do ABC paulista.

<sup>67</sup> KECK, *op. cit.* As exigências da LOPP foram transferidas para o pleito de 1986, talvez como mais uma tentativa de dividir a oposição. Sobre o Acre, é importante lembrar que, ao lado de São Paulo, foi um dos únicos estados onde o PT conseguiu organizar uma estrutura partidária suficientemente ampla, com a criação de diretórios em todos os seus municípios.

<sup>68</sup> Citado em *Em Tempo*, ano VI, n.º.162, 11 a 24 de novembro de 1982, p.4.

<sup>69</sup> *Veja*, n.º.733, 22 de setembro de 1982.

A campanha do PT foi marcada por um discurso de conteúdo classista e pela ofensiva contra o PDS e o PMDB. Ao dividir a sociedade entre explorados e exploradores, o partido colocou-se como legítimo representante da classe trabalhadora, o que ficou claro nos slogans utilizados ao longo da campanha: “trabalhador vota em trabalhador”; “sabemos trabalhar, sabemos governar”; e “vote no 3, o resto é burguês”. Para a Democracia Socialista, as palavras de ordem tinham um “alcance profundo”, pois reforçavam a auto-confiança dos trabalhadores e proporcionavam um “ganho em consciência, em organização, que altera a correlação de forças entre as classes, fortalece o proletariado, debilita a burguesia”<sup>70</sup>. Ao mesmo tempo, o PT atuou como “ferrenho justiceiro”<sup>71</sup>, exigindo explicações dos militares sobre os atos praticados durante o regime e associando os candidatos do PDS à ditadura. Quanto ao PMDB, a ofensiva petista ocorreu em função da campanha pelo *voto útil* iniciada pelos peemedebistas, com o apoio do PCB, PCdoB e MR-8. A campanha consistiu na desqualificação política do PT, acusado de ser despreparado para governar e de dividir a oposição, e no apelo aos eleitores para que votassem nos candidatos que tivessem chances reais de vitória.

Com a divulgação dos resultados oficiais e a constatação de que fracassara eleitoralmente, o partido logo buscou identificar as causas da derrota. Em meio às diferentes opiniões, a maior parte do PT concordou em pelo menos dois pontos: que o uso indiscriminado de palavras-de-ordem havia substituído o debate a respeito dos objetivos do partido e que o PT ainda sofria de graves problemas organizacionais<sup>72</sup>. De outro lado, alguns militantes também creditaram a derrota eleitoral à influência dos grupos trotskistas, acusados de terem sido os responsáveis pela radicalização da campanha petista, especialmente com relação ao PMDB<sup>73</sup>. Mesmo concordando em parte com essas opiniões, a DS acreditava que a principal causa para o baixo desempenho do partido havia sido as mudanças casuísticas da legislação eleitoral.

Somadas às restrições da Lei Falcão, que ainda estava em vigência, as alterações promovidas pelo governo Figueiredo buscavam controlar a abertura política do regime e, em particular, o processo eleitoral daquele ano. Aprovado em janeiro de 1982, o chamado Pacote de Novembro estabeleceu algumas mudanças importantes na legislação eleitoral, como a instituição do voto vinculado – pelo qual o eleitor seria obrigado a votar em candidatos do mesmo partido para todos os cargos em disputa, sob pena de anular o voto –

---

<sup>70</sup> *Em Tempo*, op.cit., p.3.

<sup>71</sup> MENEGUELLO, *op. cit.*, p.114.

<sup>72</sup> KECK, *op. cit.*

<sup>73</sup> *Veja*, n°.745, 15 de dezembro de 1982.

e a proibição das coligações eleitorais. No mês de junho, o governo conseguiu aprovar mais seis alterações, como a permissão para que ocorressem novas filiações, facilitando a troca de partido pouco antes do pleito eleitoral; o adiamento, para 1986, dos percentuais mínimos de votos exigidos pela LOPP, o que garantiu a sobrevivência de partidos como o PT, por exemplo; a ampliação do número de vagas na Câmara dos Deputados e o fortalecimento das prerrogativas parlamentares, no intuito de favorecer o PDS; a ampliação do mandato dos novos prefeitos para seis anos, com o objetivo de defasar as eleições municipais das estaduais e federais; e a mudança na composição do Colégio Eleitoral, que elegeeria o novo presidente da República, em 1984<sup>74</sup>.

Dois meses depois, o Congresso Nacional também aprovou outra proposta do regime, dessa vez, para alterar o modelo oficial da cédula de votação. Além de proibir o voto na legenda, a nova lei também obrigava o eleitor a escrever o nome completo ou o número dos seus candidatos, o que provocaria, em tese, dificuldades entre a população menos escolarizada e acabaria anulando por inteiro a cédula. Numa outra tentativa de controlar o resultado do processo eleitoral, o governo também proibiu o uso de apelidos para o registro de candidaturas. No caso do PT, essa medida teria prejudicado enormemente Lula, não fosse a brecha deixada pela nova lei para que fossem feitas alterações no próprio nome, de modo que o candidato petista ao governo de São Paulo passou a se chamar Luis Inácio Lula da Silva<sup>75</sup>.

Diante disso, a DS afirmou que foi a própria existência da ditadura e a sua “política de institucionalização” as maiores responsáveis pela derrota, e não os eventuais erros que setores do partido passaram a apontar após as eleições, como a radicalização do discurso petista, por exemplo. “É uma balela creditar a estes erros tal força. As críticas de ‘radicalismo’ e coisa do estilo fazem parte das pressões burguesas para desgastar e destruir a proposta petista. São críticas burguesas ou críticas direitistas”<sup>76</sup>. Para a Democracia Socialista, o que faltara ao PT tinha sido uma linha política que articulasse a luta pelo fim da ditadura militar com a defesa de uma Assembléia Constituinte, numa campanha que combinasse as atividades do partido com as lutas cotidianas dos trabalhadores. O partido falhara exatamente em não ter incorporado a principal proposta da DS, que vinha sendo discutida desde o ano anterior, o que “evitou – na opinião do grupo – que se tornasse mais

---

<sup>74</sup> FLEISCHER, David. As desventuras da engenharia política: sistema eleitora *versus* sistema partidário. In: FLEISCHER, David (Org.) *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*. Brasília: Editora da UnB, 1988, pp.61-88.

<sup>75</sup> MENEGUELLO, *op. cit.* O apelido *Lula* foi recebido ainda na infância por sua mãe, Eurídice Ferreira de Mello, conhecida como dona Lindu.

<sup>76</sup> *Em Tempo*, ano VI, nº.163, 02 a 15 de dezembro de 1982, p.4.

claro para as amplas massas de trabalhadores que existe uma ligação entre suas lutas dentro das fábricas, nos bairros e no sindicato, e a política partidária”<sup>77</sup>.

Em meio às divergências internas, a única certeza entre os petistas era a de que o partido deveria fazer um movimento de retorno às origens, a fim de mobilizar a população, discutir soluções para os problemas nacionais e fortalecer-se politicamente. A participação nas eleições de 1982, nesse caso, passou a ser vista como uma espécie de desvio dos objetivos iniciais do partido<sup>78</sup>. Essa *volta às bases* havia sido defendida pela DS antes mesmo da divulgação dos resultados oficiais e do debate interno sobre os motivos do fraco desempenho do partido. Na opinião da Democracia Socialista, o envolvimento do PT na campanha eleitoral – durante muitos meses – afastara o partido de sua base sindical, com quem passou a ter ligações “extremamente débeis”. “O PT deverá dar um giro após as eleições, e se voltar para organizar a sua intervenção sindical e nos movimentos populares, ativando os núcleos por categoria, realizando encontros de sindicalistas do partido e definindo uma orientação nacional unificada”, avaliara poucos dias antes do pleito<sup>79</sup>.

De fato, essa volta às origens acabou ocorrendo, em parte como resposta ao resultado eleitoral e em parte porque alguns dirigentes petistas passaram a acreditar que nos anos seguintes o movimento sindical seria “uma arena de ação mais dinâmica e importante do que o partido”<sup>80</sup>. Lideranças importantes, como Lula e Olívio Dutra, por exemplo, decidiram disputar as eleições nos seus respectivos sindicatos, depois de ficarem, durante bastante tempo, quase que exclusivamente envolvidos com as atividades partidárias. A derrota eleitoral, portanto, inaugurou uma nova fase na história petista, que se estenderia até 1985, em que o partido se isolou das demais forças de oposição, reavaliou sua estratégia política e buscou reatar os vínculos com os movimentos sociais, especialmente o sindical, de onde surgira.

Internamente, a maior expressão dessa fase pós-eleitoral foi o lançamento do *Manifesto dos 113*, em junho de 1983. Ao longo de todo o primeiro semestre daquele ano, o partido esteve praticamente paralisado em torno da discussão sobre os motivos do desempenho eleitoral aquém do esperado. Frequentemente, a grande imprensa publicava declarações de militantes petistas em que apontavam os erros cometidos pela direção do partido ou responsabilizavam setores do PT pelo resultado. Dentro desse contexto, um grupo de 113 militantes paulistas se uniu para formar uma corrente majoritária no diretório

---

<sup>77</sup> *Idem.*

<sup>78</sup> KECK, *op. cit.*

<sup>79</sup> *Em Tempo*, ano VI, nº.161, 28 de outubro a 10 de novembro de 1982, p.9.

<sup>80</sup> MENEGUELLO, *op. cit.*

de São Paulo, a *Articulação*, que rapidamente foi reproduzida em outros estados e também na direção nacional do partido<sup>81</sup>. Assinado por sindicalistas, militantes ligados à Igreja Católica, intelectuais e membros do grupo dos autonomistas, o documento reconhecia que o PT passava por um “momento muito difícil” e explicava que a Articulação havia sido formada para “uma intervenção coletiva na vida do nosso partido”<sup>82</sup>.

De uma maneira geral, os membros da nova tendência se declaravam contrários à transformação do partido numa frente ampla e à qualquer tipo de aliança com o PMDB nesse sentido; à adesão a um socialismo nos moldes do praticado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT); à visão fundamentalmente parlamentarista de alguns militantes; e à transformação do PT num partido de vanguarda, descolado das lutas dos trabalhadores. “Por outras palavras, somos contra tanto o comportamento individualista daqueles que acreditam não ser necessário ouvir o Partido e que por conta própria avançam propostas conciliadoras, como aqueles que, também não se submetendo à democracia interna do PT, subordinam-se a comandos paralelos e priorizam a divulgação das suas posições políticas em detrimento daquelas do próprio Partido”.

Especificamente, o grupo defendia a luta contra qualquer tipo de pacto social com a oposição ou trégua política com o regime; a mobilização dos trabalhadores, como resposta à proposta de conciliação nacional; e a construção do PT como partido de massas, através da militância nos movimentos sociais, de uma intensa campanha de filiação e nucleação e da formação político-cultural dos seus militantes. Ao mesmo tempo, a Articulação acreditava que para concretizar as propostas enunciadas no Manifesto seriam necessários “alguns passos relacionados com a estrutura e a democracia interna do Partido”. Entre eles, estavam a revalorização dos núcleos como espaço de discussão e deliberação, o estabelecimento de critérios claros para escolha e controle das direções partidárias e dos parlamentares e para a participação das bases nas decisões do partido, a descentralização da estrutura organizacional e financeira do PT e a criação de uma imprensa que alcançasse o conjunto dos militantes.

A Democracia Socialista avaliou de modo ambivalente o documento, destacando sua importância num momento em que o partido vinha sofrendo, na sua opinião, “investidas liquidacionistas” de alguns militantes, mas também apontando os limites e as

---

<sup>81</sup> KECK, *op. cit.*

<sup>82</sup> Citado em *Em Tempo*, ano VI, nº.173, 23 de junho a 06 de julho de 1983, p.5. A lista com os nomes dos signatários do documento e a transcrição completa do Manifesto dos 113 podem ser encontradas nesta edição do jornal.

imprecisões do Manifesto<sup>83</sup>. Em primeiro lugar, a DS considerou o documento uma resposta insuficiente para os problemas internos enfrentados pelo PT, na época. Para a Democracia Socialista, os que vinham contribuindo para a desestabilização política do partido, após a derrota de 1982, “não são pessoas quaisquer; trata-se de parlamentares, líderes de bancada, membros da Executivas [...] Suas investidas não são teses de um fraterno debate partidária mas sim verdadeiros ataques taxando pré-convenções de ‘golpes’, a Executiva Nacional de ‘stalinista’, o PT de partido ‘falido’ que deveria se voltar para a ‘conciliação’”. Por isso, a DS acreditava que o documento pouco avançava nessa questão, apenas apontando a existência de um problema já amplamente conhecido mas sem discutir a possibilidade de aplicação de penas disciplinares a alguns militantes, como a Democracia Socialista defendia.

A DS também criticou a origem e o método de construção do Manifesto, afirmando que o texto expressava muito mais o fracionismo interno do que propriamente a união do partido. A Democracia Socialista acusou seus signatários de terem optado, após o fracasso eleitoral de 1982, pelo “caminho das articulações particularistas, grupistas, com pessoas selecionadas e convidadas por critérios na partidários”, ao invés de promoverem um amplo debate interno sobre os motivos da derrota e as perspectivas futuras. Por fim, a DS também rechaçou o tratamento dispensado aos grupos de esquerda do PT, afirmando que o documento introduzia “no jargão petista a infeliz expressão ‘comandos paralelos’, típicas de verdadeiras cruzadas de caça às bruxas, sinal de um anti-comunismo até então estranho ao partido e inadmissível para todo o militante que luta pelo socialismo”. Com essas considerações, a DS concluiu que o problema do PT era fundamentalmente político, e não grupista, como sugeria a Articulação. Da forma como havia sido elaborado, pelo seu conteúdo e pelos militantes que o assinaram, o Manifesto, na opinião da Democracia Socialista, sugeria “um PT domesticado, para a reflexão e formação socialista, algo como um partido à esquerda porém integrado no processo de transição”, o que levou a DS a considerar a proposta dos 113 como “frustrante” para solucionar a crise em que se encontrava o partido.

De todo modo, mesmo não tendo conseguido realizar boa parte das propostas contidas no seu Manifesto de lançamento, a Articulação trouxe mudanças importantes para o PT, como a aprovação de novas regras para as eleições partidárias, que regulamentaram a

---

<sup>83</sup> *Ibidem*, p.6.

proporcionalidade<sup>84</sup>, o acirramento dos debates internos e a institucionalização das tendências petistas – uma das reivindicações históricas da DS. Por ser a corrente majoritária dentro do partido, a Articulação não teve maiores dificuldades para ocupar boa parte dos cargos. Por outro lado, a disputa interna e a consolidação dos diversos grupos, a começar pelo dos 113, tornou mais visível os alinhamentos políticos e as correntes do PT, contribuindo para o debate entre os diversos setores do partido e o reconhecimento definitivo das suas tendências políticas<sup>85</sup>. Ao longo desse processo, a DS soube caminhar por uma faixa intermediária, aproximando-se da Articulação, ainda que com críticas à corrente majoritária, ao mesmo tempo em que buscava hegemonizar seu projeto político dentro do PT para inscrevê-lo numa perspectiva revolucionária.

---

<sup>84</sup> A partir de 1984, as eleições internas para o Diretório Nacional, que até então garantiam à chapa vencedora a ocupação de todos os cargos, passaram a ser proporcionais, como a DS vinha defendendo desde o encontro de fevereiro de 1980.

<sup>85</sup> KECK, *op. cit.*

## *Capítulo 5*

# DEMOCRACIA SOCIALISTA, TENDÊNCIA DO PT

O Brasil chegou aos anos 1980 sob o efeito de uma grave crise econômica que se iniciara no governo Figueiredo. Juntas, a inflação crescente, a crise mundial do petróleo, a subida do preço internacional do produto e a diminuição dos investimentos estrangeiros no país criaram enormes dificuldades para o pagamento dos juros e a amortização da dívida externa brasileira<sup>1</sup>. Em 1981, após quarenta anos de crescimento, o Produto Interno Bruto caiu 1,6%, chegando à marca de 5% negativos dois anos depois – “o pior resultado desde 1930”<sup>2</sup>. Após a derrota nas eleições de 1982, o governo finalmente recorreu à ajuda financeira do Fundo Monetário Internacional (FMI), que depois da moratória mexicana, em meados daquele ano, aprofundara os ajustes fiscais exigidos como contrapartida para novos empréstimos. Com isso, o quadro negativo produzido pelo crescimento da dívida externa, pela queda na produção industrial, pela suspensão dos investimentos públicos e pelo aumento do desemprego aprofundou-se ainda mais. A inflação, por exemplo, chegou a 211% em 1983 e a quase 224% no ano seguinte – quase cinco vezes mais que em 1978, quando terminara em 41%.

Gradualmente, a crise econômica foi minando a base social do regime militar e canalizando as insatisfações contra o governo Figueiredo para o apoio aos partidos de oposição. As greves, que haviam diminuído no início da década, foram retomadas a partir de 1983 e expandidas para o setor público, também atingido pelos efeitos da recessão

---

<sup>1</sup> SALLUM JÚNIOR, Brasília. *Labirintos: dos generais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996.

<sup>2</sup> VILLA, Marco Antonio. *Sociedade e história do Brasil: da abertura democrática à Nova República*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2001, p.17. Os dados econômicos apresentados neste capítulo foram obtidos nessa obra.

econômica<sup>3</sup>. Na política, a vitória do PMDB na disputa eleitoral de 1982 expressou o descontentamento com o governo e a necessidade de mudanças no processo de abertura. Uma delas, certamente, foi a intenção do regime em indicar um candidato civil à sucessão presidencial de 1985, na tentativa de contornar o desgaste que vinha sofrendo desde o início do governo Figueiredo. As disputas dentro do PDS pela indicação do partido, somadas aos problemas econômicos e ao crescente fortalecimento da oposição, entretanto, apenas serviu para agravar a situação.

Diante disso, teve início, no final de 1983, uma das principais manifestações populares ocorridas desde o golpe militar: a campanha das *Diretas Já*. Inicialmente difusas, as mobilizações ganharam mais organicidade e apoio na medida em que receberam a adesão dos partidos oposicionistas, de intelectuais, artistas e entidades da sociedade civil e concentraram a pressão exercida sobre o governo na aprovação da emenda constitucional do deputado Dante de Oliveira, do PMDB do Mato Grosso. Se aprovada, a emenda, em tramitação no Congresso Nacional desde o início do ano, tornaria direta a eleição para o sucessor de Figueiredo, fixando também um mandato de cinco anos para o novo presidente da República<sup>4</sup>.

Até janeiro de 1984, dois meses após o início da campanha, os comícios pelas Diretas haviam conseguido reunir, no máximo, 30 mil pessoas – como acontecera em Curitiba, no começo do ano. Nesse sentido, a manifestação na praça da Sé, em São Paulo, com um público estimado em 250 mil pessoas, representou um marco na campanha, superado apenas pelos comícios de Belo Horizonte, em fevereiro, onde estiveram presentes cerca de 300 mil pessoas; do Rio Janeiro, no início de abril, que reuniu 1 milhão de pessoas; e do Vale do Anhangabaú, também em São Paulo, uma semana depois, onde foi registrada a presença histórica de 1,5 milhão de pessoas. Após o comício na praça da Sé, classificado pela Democracia Socialista como um “um novo impulso”<sup>5</sup> à campanha pelas Diretas, a DS afirmou que o maior desafio para o PT, naquela conjuntura, era assumir a direção política da mobilização, num momento em que o partido estava ao lado de outras forças oposicionistas, como o PMDB e o PDT.

Acreditando que o PT deveria desempenhar o papel de dirigente das lutas sociais, num claro descompasso com a postura que o partido vinha assumindo até então e com o

---

<sup>3</sup> NORONHA, Eduardo Garuti. *Greves na transição brasileira*, vol.1. Campinas: UNICAMP, 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas.

<sup>4</sup> RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. O texto completo da emenda Dante de Oliveira está disponível na página 41 desse livro.

<sup>5</sup> *Em Tempo*, ano VII, nº.183, 26 de janeiro a 08 de fevereiro de 1984, p.2.

insuficiente apoio social que ele mostrara ter nas últimas eleições, a DS ressaltou que o controle político sobre a campanha era vital para a própria mobilização, que fracassaria caso terminasse sob hegemonia de outros setores da oposição. Ao mesmo tempo, a Democracia Socialista voltou a defender algumas das suas propostas mais antigas, como a Assembléia Constituinte e o governo dos trabalhadores, observando a “necessidade de identificar esta campanha pelas eleições diretas com a negação de tudo o que a ditadura significa, da sua política econômica à restrição de liberdades de organização no plano partidário e sindical”.

Enquanto lutava pela aprovação da emenda Dante de Oliveira, que seria submetida à votação na Câmara dos Deputados no final de abril, o grupo moderado do PMDB iniciou um processo de negociação política com o regime em busca de alternativas para o caso de derrota no Congresso. A DS, ao contrário, apostava na radicalização da campanha, condenando qualquer tipo de diálogo com o governo e rechaçando o que chamou de “mobilização controlada”, como faziam alguns setores da oposição que buscavam acumular certo capital político para a disputa no Colégio Eleitoral<sup>6</sup>. Segundo a DS, o PT deveria trabalhar para que no esteio da campanha pelas Diretas fossem concretizadas todas as demais “reivindicações que interessam aos trabalhadores”, como a reforma agrária e o combate ao FMI, ao arrocho salarial e ao desemprego. Na época, a Democracia Socialista também defendeu o lançamento da candidatura de Lula à Presidência como forma de estimular as bases partidárias a se envolverem na mobilização e demarcar o campo de atuação do PT na campanha, mantendo uma aliança tática com as demais forças de oposição e ao mesmo tempo contrapondo-se às outras possíveis candidaturas, como as de Leonel Brizola, Franco Montoro, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães.

Desde setembro do ano anterior, quando o PT iniciara um debate interno sobre a questão da luta pelo poder<sup>7</sup>, a DS vinha defendendo a tese de que os “setores comprometidos com as lutas dos trabalhadores e com o socialismo”<sup>8</sup> deveriam disputar a direção das mobilizações populares para intervir politicamente na conjuntura, marcada pela crise econômica, pela divisão no interior do regime em torno da sucessão presidencial e pela queda da popularidade do governo Figueiredo, que em março de 1984 chegou a 67% de desaprovação<sup>9</sup>. Na época, a Democracia Socialista propôs a criação de uma *Frente*

---

<sup>6</sup> *Em Tempo*, ano VII, 09 a 22 de fevereiro de 1984, p.3. De 1969 a 1985, os presidentes da República foram eleitos indiretamente por um colegiado de eleitores formado pelo conjunto do Congresso Nacional e por representantes das Assembléias Legislativas estaduais. Sobre o Colégio Eleitoral, ver SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Colégio eleitoral, convenções partidárias e eleições diretas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

<sup>7</sup> Sobre o debate partidário a respeito da disputa pelo poder, ver *Em Tempo*, edições 178 a 183.

<sup>8</sup> *Em Tempo*, ano VI, n°.182, 01 a 15 de dezembro de 1983, p.7.

<sup>9</sup> *Veja*, n°.810, 14 de março de 1984.

*Única Popular* reunindo os diversos movimentos sociais “contra a ditadura e seu modelo econômico”, além do próprio Partido dos Trabalhadores, que ficaria responsável por dirigi-los politicamente. Apresentada na pré-convenção do PT gaúcho, onde a DS tinha bastante influência política, a proposta excluía do bloco os setores de oposição considerados liberais, como o PMDB e PDT, de forma que os trabalhadores pudessem assumir o controle do processo de abertura e disputar o poder sem nenhuma espécie de transição pactuada com o regime militar.

Em meio ao debate partidário sobre a criação do *bloco operário-popular* defendido pela DS, a Articulação afirmou que a discussão sobre a disputa do poder não estava na ordem do dia, como afirmava o documento apresentado no ano anterior pela Direção Nacional – com apoio da Democracia Socialista – para debate na pré-convenção do partido, em 1984. No texto, propunha-se o abandono da estratégia de resistência à ditadura com base na acumulação de forças políticas pela disputa imediata do poder, tendo como eixo tático a defesa de uma Assembléia Constituinte, a luta por eleições diretas e a formação de um bloco de alianças em torno dessas propostas – ou seja, exatamente o que a Democracia Socialista vinha defendendo. “O partido, em suas posições e propostas até agora, tem quase que se limitado a apoiar e, às vezes, conduzir a linha de resistência ativa nascida dos próprios movimentos populares. Isso é necessário mas não é suficiente. O PT tem que se colocar claramente a questão do poder”<sup>10</sup>, afirmava o documento produzido pelo Diretório Nacional. A Articulação qualificou o texto como “superficial, moralista e anti-marxista na avaliação da conjuntura [...] uma visão vanguardista da luta política que termina por levar o partido a alianças diluidoras no afã ilusório da conquista do poder para os trabalhadores a curto prazo”. Para a corrente majoritária do PT, o regime não estava no estágio de crise defendido no documento, os setores liberais da oposição não se encontravam excluídos do processo de disputa pelo poder e, o que era mais importante, o PT ainda tinha graves insuficiências organizativas para, de imediato, tratar da questão do poder como algo real, e não como mera propaganda – como a Articulação defendia.

Às vésperas do grande comício no Vale do Anhangabaú, a DS destacou alguns temas que, na sua opinião, deveriam ser debatidos no III Encontro Nacional do PT, marcado para o início de abril. De acordo com a Democracia Socialista, o partido precisava definir qual a tática política iria adotar, quais as alianças deveria estabelecer, se assumiria a

---

<sup>10</sup> Citado em *Em Tempo*, ano VI, n.º.180, 20 de outubro a 02 de novembro de 1983, p.6.

bandeira em favor da Constituinte e se lançaria imediatamente seu candidato à Presidência da República<sup>11</sup>. A DS, como vimos, defendia a formação de um bloco-operário popular sob a direção do PT e com a participação de setores oposicionistas que efetivamente representassem os trabalhadores, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e o lançamento do nome de Lula como candidato do partido à sucessão de Figueiredo.

Realizado em São Bernardo do Campo, com a presença de quase 290 delegados, o III Encontro Nacional do partido ficou marcado, mais uma vez, pela polêmica em torno da atuação da esquerda organizada petista. Em seu discurso, Lula fez duras críticas à esquerda do partido, afirmando que ela era formada por “intelectuais que andam com livros de Marx e Lênin debaixo do suvaco [...] fazem planos e projetos políticos”, mas sem nenhuma prática, pois “até o surgimento do PT, a esquerda nunca passou de grupelhos”<sup>12</sup>. A polarização entre a corrente majoritária do partido e as organizações de esquerda estavam ligadas à concepção sobre o caráter do PT e o seu papel na conjuntura da época: de um lado, se ele deveria apenas expressar politicamente as demandas dos movimentos sociais; de outro, se deveria “desempenhar um papel de organizador e de dirigente na sociedade”<sup>13</sup>, lutando pela tomada do poder – perspectiva em a DS se colocava.

Para se fortalecerem na disputa pela Direção Nacional do partido, que seria renovada no encontro, as três chapas que representavam a esquerda organizada se uniram contra a chapa formada pelos militantes da Articulação. *Por um PT de massas*, da corrente majoritária, recebeu 179 votos, contra 93 de *O PT se constrói na luta*, apoiada pela DS. No Rio Grande do Sul, berço político da Democracia Socialista, a chapa formada pelos militantes da organização recebeu a maioria dos votos, vencendo a da Articulação. Em Minas Gerais, o apoio chegou à metade dos votos, bem acima da média nacional alcançada pela chapa *O PT se constrói na luta*. Pelo Regimento Interno aprovado na convenção, a chapa que alcançasse 10% dos votos na disputa teria direito a ocupar o número de cargos proporcional à sua votação – uma antiga proposta da DS que passou a valer a partir daquela eleição. Com o resultado, *Por um PT de massas* conquistou 32 cargos na Direção Nacional e *O PT se constrói na luta*, 17. Desse total, quatro – o dobro da composição anterior – foram ocupados por membros da Democracia Socialista: Flávio Andrade e Virgílio Guimarães, do grupo mineiro; Raul Pont, do grupo gaúcho; e Joaquim Soriano,

---

<sup>11</sup> *Em Tempo*, ano VII, nº.184, 15 a 28 de março de 1984.

<sup>12</sup> *Em Tempo*, ano VII, nº.188, 03 a 16 de maio de 1984, p.10.

<sup>13</sup> PONT, Raul. *Breve história do PT – 1979-1991: das origens ao 1º Congresso*. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1992, p.34.

que representava a DS no Rio de Janeiro<sup>14</sup>. A Executiva Nacional, porém, continuou a ser ocupada exclusivamente pela chapa vencedora, situação que se manteria inalterada até 1989, quando também seria adotado o princípio da proporcionalidade para os cargos executivos.

Depois do encontro, a campanha pelas Diretas ainda realizou mais seis comícios até a votação da emenda Dante de Oliveira, no dia 25 de abril – incluindo os chamados *comícios monstros* do Rio de Janeiro e de São Paulo. Os dias que antecederam à votação foram marcados pela intensa articulação política: enquanto alguns setores da oposição buscavam uma saída conciliadora, outros, como o PT, apostavam na ruptura com o regime mesmo em caso de derrota. Entidades da sociedade civil, como a recém-criada Central Única dos Trabalhadores, a União Nacional dos Estudantes e a Ordem dos Advogados do Brasil passaram a defender uma paralisação nacional em apoio à mudança na Constituição. Do outro lado, na tentativa de atrair políticos do PDS sensíveis à campanha e de estabelecer o diálogo com parte da oposição, o governo encaminhou uma proposta alternativa – a chamada *emenda Figueiredo* – prevendo eleições diretas em 1988, isso é, para o sucessor do novo presidente. Após três longas sessões que terminaram apenas no dia seguinte, a emenda Dante de Oliveira foi rejeitada pela Câmara dos Deputados por 298 votos a favor, 65 contra, 3 abstenções e decisivas 113 ausências.

Após a derrota, a Democracia Socialista manifestou-se a favor da ruptura com o regime e contra qualquer tipo de negociação com o governo, como defendiam setores moderados da oposição – inclusive dentro do PT. Segundo a DS, era preciso “manter a unidade ampla das forças como se verificou na primeira fase da campanha”<sup>15</sup>, combinando a pressão sobre a oposição conciliadora com o incremento das mobilizações populares, no que o PT, em sua opinião, teria um papel fundamental. De fato, após a rejeição da emenda Dante de Oliveira, o partido foi o único a defender a retomada da campanha pelas Diretas, comprometendo-se inclusive com a realização de mobilizações e greves, no intuito de forçar a mudança constitucional – “uma decisão absolutamente isolada e que jamais logrou repercutir e concretizar-se”<sup>16</sup>. Somente em junho, quando a emenda Figueiredo foi votada, é que as lideranças oposicionistas se uniram novamente em favor das Diretas. A idéia era apresentar um substitutivo à proposta do governo alterando a data prevista na emenda – 1988 – para 1985. Contudo, prevendo que a oposição conseguiria modificar sua proposta, o presidente retirou o texto de votação, alegando que

---

<sup>14</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Ata do III Encontro Nacional*, 1984, mimeo.

<sup>15</sup> *Em Tempo*, op. cit., p.3.

<sup>16</sup> RODRIGUES, *op. cit.*, p.96.

“os apologistas da eleição direta, ignorando os propósitos da Emenda, dela se querem aproveitar para a implantação imediata desse tipo de eleição [...] Não posso permitir esse desvio clamoroso dos objetivos do projeto”<sup>17</sup>.

Assim, duplamente derrotada, a oposição decidiu aproveitar-se do capital político herdado da campanha pelas Diretas para tentar vencer o governo na disputa no Colégio Eleitoral. Em meados de 1984, com exceção do PT, todos os setores oposicionistas apoiavam a candidatura de Tancredo Neves à presidência. Do outro lado, a crise no PDS por conta da escolha do candidato do partido à sucessão presidencial terminou por beneficiar decisivamente a campanha de Tancredo. No segundo semestre daquele ano, em meio a uma profunda divisão interna, Paulo Maluf – ex-governador de São Paulo – foi indicado como candidato do PDS à disputa pela Presidência da República. A escolha do nome de Maluf, ponto alto de um processo de divisão entre os pedessistas que se arrastava desde o início do ano, motivou a saída de uma dissidência do partido – a chamada Frente Liberal – que não apoiava a candidatura do ex-governador. Esse grupo, que no início de 1985 fundaria o Partido da Frente Liberal (PFL), uniu-se ao PMDB em torno da campanha de Tancredo Neves, dando origem à Aliança Democrática, como ficou conhecida a aliança partidária entre os dissidentes do PDS e os peemedebistas<sup>18</sup>.

Na época, a DS manifestou-se terminantemente contra o lançamento de uma candidatura de unificação nacional das oposições. A Democracia Socialista defendia uma saída à esquerda da candidatura de Tancredo Neves, ressaltando que apesar da aliança estabelecida com o PMDB e PDT ao longo da campanha pelas Diretas, naquela nova conjuntura, o PT não poderia mais ficar subordinado a esses partidos, considerados de oposição mas burgueses, ao mesmo tempo. “Se o PT quer mobilizar as massas e derrotar a ditadura ele tem que se descolar da posição de subordinação a estes partidos, deve criar uma alternativa para a direção da campanha”<sup>19</sup>. Contudo, avaliando que sozinho o PT não possuía tanta força política, a DS acreditava que o partido deveria liderar a formação de um bloco operário-popular “que garanta a continuidade da luta sem vacilações e traições” – proposta que a Democracia Socialista vinha defendendo desde o ano anterior.

Até chegar a uma posição oficial, porém, o PT seguiu dividido com relação ao apoio à candidatura de Tancredo Neves. Ayrton Soares, que na época era líder da bancada

---

<sup>17</sup> Citado em RODRIGUES, *op. cit.*, p.97.

<sup>18</sup> Sobre a Aliança Democrática, ver SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp.481-487. A Frente Liberal indicou José Sarney, ex-presidente do PDS e membro da dissidência, como vice na chapa de Tancredo Neves. Com a morte de Tancredo, em abril de 1985, Sarney assumiu a Presidência da República.

<sup>19</sup> *Em Tempo*, ano VII, nº.190, 14 a 28 de junho de 1984, p.3.

petista na Câmara dos Deputados, chegou a colocar o cargo à disposição do partido por conta das divergências com setores do PT que criticavam o apoio à candidatura única das oposições e à participação no Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985. Em São Paulo, o partido expulsou o deputado estadual Sérgio Santos, que assumira publicamente seu apoio à candidatura peemedebista<sup>20</sup>. No debate interno, a DS afirmou que a candidatura única “visa antes de mais nada realizar uma transição negociada com o regime militar rumo a alguma forma de dominação civil burguesa conservadora”<sup>21</sup>. Apoiar um candidato do PMDB ou do PDT, nesse caso, seria o mesmo que considerar como necessária uma aliança com a burguesia para chegar ao socialismo, numa concepção etapista de revolução que a DS, como organização trotskista, sempre negou. Quanto ao PMDB, especificamente, a Democracia Socialista acreditava que apoiar a candidatura de Tancredo à Presidência seria o mesmo que endossar a campanha do voto útil de 1982, a partir da perspectiva de que somente um candidato peemedebista teria condições de reunir apoio político suficiente para vencer a disputa no Colégio Eleitoral.

Diante da formação da Aliança Democrática, a DS reafirmou a atualidade da luta pelo socialismo, observando que as limitações da plataforma elaborada pelo PMDB e pela Frente Liberal não eram fruto das dificuldades conjunturais, mas inerentes à sua própria composição, que abrigava políticos confiáveis da ditadura e que até pouco tempo faziam parte do PDS. A candidatura Tancredo, nesse sentido, expressava as limitações da burguesia nacional e sua incapacidade, segundo a DS, de transformar o sistema econômico e a política econômica do país. A Democracia Socialista, portanto, repudiava qualquer tipo de aliança com o PMDB e a Frente Liberal e defendia a implementação de uma política de “enfrentamento do imperialismo, de reforma agrária radical, de atendimento às reivindicações básicas dos trabalhadores, de participação democrática das massas”. Todas essas propostas, de acordo com a DS, só poderiam ocorrer sob um governo dos trabalhadores, motivo pelo qual a organização buscava, dentro do PT, conquistar apoio para sua proposta de criação de um bloco operário-popular e tomada do poder, como vimos antes. “Nosso esforço estratégico vai no sentido de criar condições para que os trabalhadores assumam a liderança das lutas sociais, cheguem ao governo, e dirijam o processo de transformações sociais, de ruptura com o capitalismo e de construção do socialismo”<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> *Em Tempo*, ano VII, n.º. 194, 11 a 24 de outubro de 1984.

<sup>21</sup> *Em Tempo*, ano VII, n.º.190, 14 a 28 de junho de 1984, p.5.

<sup>22</sup> *Em Tempo*, ano VII, n.º.195, 08 a 21 de novembro de 1984, p.10.

Antes da disputa no Colégio Eleitoral, a DS e o PT estiveram envolvidos na realização de mais um Encontro Nacional do partido<sup>23</sup>, dessa vez na cidade de Diadema. Nessa reunião, o PT aprovou o documento *Contra o continuísmo e o pacto social*, onde analisava a campanha pelas Diretas, o regime militar, o chamado *malufismo*, a situação econômica do país e a Aliança Democrática. Junto com o documento, o partido também lançou um plano de ação para a conjuntura e uma plataforma de lutas que colocavam o partido “claramente como oposição ao governo que, no Colégio Eleitoral, sucede o presidente Figueiredo”<sup>24</sup>. A Democracia Socialista avaliou positivamente o Encontro Nacional, afirmando que “apesar de suas debilidades de organização, jogou um papel importante por consagrar a posição do PT de manter a sua independência política frente à transição burguesa”<sup>25</sup>. Isso porque, na reunião, o partido decidiu não participar do Colégio Eleitoral que indicaria o novo presidente, o que acabou afastando do PT três deputados federais – Airton Soares e Beth Mendes, de São Paulo, e José Eudes, do Rio de Janeiro – que desrespeitaram a orientação oficial.

Por outro lado, o encontro também incorporou à plataforma do partido propostas que a DS vinha defendendo já há algum tempo, como o apoio à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e a criação de um bloco operário-popular sob direção do PT. No documento final, o partido afirmou que não iria aguardar a instalação da Constituinte para exigir as mudanças econômicas que reivindicava, mas que lutaria “para conquistá-las desde já”, participando ativamente “dos movimentos pela Assembléia Constituinte, defendendo a necessidade dos pressupostos democráticos para a sua eleição e o conteúdo de suas transformações”. Quanto ao bloco operário-popular, o PT se comprometia a “resgatar as experiências de mobilização e de organização da campanha das Diretas” para criar uma frente que lutasse por transformações “com base nos interesses e reivindicações dos trabalhadores”. Essa frente defendia pelo PT, contudo, não deveria abrigar os setores que apoiavam a Aliança Democrática e a participação no Colégio Eleitoral nem tampouco confundir-se com a proposta de transformar o próprio partido numa frente política.

No dia 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral finalmente reuniu-se em Brasília, confirmando a vitória de Tancredo Neves para presidente da República, com 480 de um

---

<sup>23</sup> Esse encontro foi considerado uma reunião nacional extraordinária, não seguindo a numeração dos demais.

<sup>24</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do Encontro Nacional Extraordinário*, 1985, mimeo. A proposta do *pacto social* havia sido lançada por Tancredo Neves durante a campanha à Presidência, visando garantir apoio popular nos primeiros meses de um eventual governo.

<sup>25</sup> *Em Tempo*, ano VIII, nº.197, fevereiro de 1985, p.4.

total de 686 votos. Maluf, candidato do PDS, teve o apoio de apenas 180 delegados, praticamente o mesmo número de votos recebido pelo candidato da Aliança Democrática entre os pedessistas<sup>26</sup>. O PT foi o único partido a não participar da eleição do sucessor de Figueiredo, sob a alegação de que o Colégio Eleitoral era ilegítimo e expressava a transição pactuada com o regime. A Democracia Socialista acreditava que o boicote, longe de deixar o partido numa posição de isolamento político, como diziam alguns críticos, traria benefícios para o crescimento do PT e seu fortalecimento juntos às bases. “Este *não* abre as portas para as lutas futuras do partido, para o seu crescimento, para o aprofundamento de suas vinculações com os interesses dos trabalhadores”<sup>27</sup>, avaliou. Logo após a vitória, Tancredo teve seu estado de saúde gravemente abalado, vindo a falecer em meados de abril, sem nem ao menos ser empossado como o primeiro presidente civil depois do golpe de 1964, tarefa que coube ao vice José Sarney.

Com a morte de Tancredo Neves, a Democracia Socialista passou a defender a convocação de eleições diretas, numa clara divergência com o PT, que reconheceu a legitimidade do novo governo. “A confirmação do vice-presidente José Sarney na Presidência da República é a solução que nos resta para a situação criada com o impedimento de Tancredo Neves, sobretudo por contrapor-se a qualquer manobra golpista”, afirmou o partido em nota oficial divulgada na época<sup>28</sup>. A DS, ao contrário, acreditava que a “a agitação da convocação imediata das eleições para a Constituinte deve estar cada vez mais combinada com a agitação da realização de eleições diretas para a presidência da República”<sup>29</sup>. Em meio às divergências internas quanto ao governo Sarney e à convocação de novas eleições para presidente, o PT apresentou, poucas semanas depois, sua proposta de emenda constitucional para a instalação da Assembléia Nacional Constituinte – uma das promessas de campanha da Aliança Democrática.

O ponto central da proposta petista era a desvinculação do Congresso Nacional da Constituinte, com eleições específicas para a escolha dos seus delegados. O PT propôs que fossem criadas Comissões Consultivas Municipais, a serem eleitas no pleito de 1985, para elaborar e encaminhar sugestões à Assembléia Nacional Constituinte, que pela emenda elaborada pelo partido seria eleita em março do ano seguinte. Nessa eleição, estariam garantidos o direito de voto a todos os maiores de 18 anos – incluindo cabos, soldados e marinheiros – e a proporcionalidade na representação dos delegados. Segundo a proposta

---

<sup>26</sup> SKIDMORE, *op. cit.*

<sup>27</sup> *Em Tempo*, ano VII, n.º.196, 13 a 26 de dezembro de 1984, p.3 (grifo do texto).

<sup>28</sup> Citado em *Em Tempo*, ano VIII, n.º.199, abril de 1985, p.3.

<sup>29</sup> *Em Tempo*, ano VIII, n.º.199, abril de 1985, p.3.

petista, a instalação da Assembléia deveria estar pré-condicionada à remoção do chamada *entulho autoritário*, como as leis de Segurança Nacional, de Greve e de Imprensa. Na época, a Democracia Socialista afirmou que “a proposta do PT abriga vários avanços fundamentais com relação à proposta da Aliança Democrática”<sup>30</sup>, divulgada oficialmente alguns dias após à emenda apresentada pelo partido. Ao contrário do que o PT defendia, o governo Sarney propôs atribuir poderes constituintes ao novo Congresso Nacional a ser eleito em novembro de 1986. Desta forma, os deputados federais e senadores acumulariam suas funções normais ao mandato constituinte. Na opinião da DS, “a emenda apresentada demonstra que longe de convocar uma Assembléia Nacional Constituinte, a intenção do governo é a de realizar uma tímida reforma constitucional”<sup>31</sup>. Isso porque, ao criar um Congresso Constituinte, ao invés de uma Assembléia, o governo limitaria o alcance das mudanças – “na medida em que assentado na velha ordem o Congresso tenderá muito mais a retocar a velha constituição do que fazer uma nova” – e manteria as mesmas distorções que existiam antes, sob o ponto de vista da representatividade.

A principal discordância da DS, porém, foi com o fato de a proposta do governo não prever a revogação imediata do arcabouço constitucional da ditadura, como as salvaguardas que substituíram o AI-5, antes da instalação da Constituinte. Na época, o presidente José Sarney alegou que até a promulgação da nova Carta, “sob pena de se instalar o caos normativo, que a ninguém aproveitaria, é necessário respeitar a lei que temos e modificá-la segundo os processos por ela própria admitidos”<sup>32</sup>. A crítica da Democracia Socialista, portanto, era a de que até a elaboração do novo texto constitucional ficariam valendo os dispositivos da Carta promulgada em 1967 pelo governo Castello Branco. A preocupação da DS, nesse caso, era que o governo da Aliança Democrática pudesse reeditar práticas comuns da ditadura militar, como acabou ocorrendo na repressão aos movimentos grevistas. Além dessa, outra questão que diferenciava as duas propostas dizia respeito aos autores do texto constitucional. Enquanto o PT, como vimos, apresentara uma alternativa de tipo *basista*, o governo Sarney nomeou uma comissão responsável por elaborar o ante-projeto da nova Carta. O problema dessa comissão, conforme destacou a DS na época, é que “a esmagadora maioria [dos seus membros] apóia a Aliança Democrática de uma forma ou de outra”, o que poderia limitar o alcance das mudanças<sup>33</sup>.

---

<sup>30</sup> *Em Tempo*, ano VIII, nº.201, junho de 1985, p.5.

<sup>31</sup> *Em Tempo*, ano VIII, nº.202, julho de 1985, p.2.

<sup>32</sup> Citado em *Em Tempo*, ano VIII, nº.202, julho de 1985, p.2.

<sup>33</sup> Em conjunto, todas essas divergências levariam o PT a votar contra a nova Constituição, decisão que seria integralmente apoiada pela Democracia Socialista. Apenas o deputado federal João Paulo Pires de

Com a aprovação da proposta do governo, as atenções do PT se voltaram para a disputa eleitoral de novembro<sup>34</sup>, onde o partido buscava aprofundar sua influência nos movimentos sociais, credenciando-se como o principal partido de oposição e aumentando suas chances de vitória nas eleições de 1986, quando estariam em disputa os cargos para a Constituinte<sup>35</sup>. Bem antes, a DS já havia lançado sua proposta para a campanha petista nas eleições de 1985. Para a Democracia Socialista, a disputa municipal seria a primeira oportunidade de o partido se fortalecer como alternativa ao governo da Aliança Democrática, ainda que no âmbito municipal. De acordo com a proposta tática da DS, que originalmente fora elaborada no diretório gaúcho do Partido dos Trabalhadores, o PT deveria buscar três objetivos com a campanha daquele ano: combinar as bandeiras do partido, como a Plataforma dos 10 pontos<sup>36</sup> e a defesa da Constituinte, com as demandas dos trabalhadores no nível municipal; organizar núcleos de base, de modo a ampliar a influência política do partido e sua capacidade de mobilização; e fortalecer a independência de classe, estimulando a participação organizada nos movimentos sociais em geral<sup>37</sup>. “Para cumprir estes objetivos, devemos fortalecer e incentivar os comitês suprapartidários que lutam pelas eleições nas capitais e o fim das áreas de segurança nacional que permanecem, garantindo maior participação possível de entidades e associações sindicais, comunitárias, estudantis”, explicou.

Com relação às coligações, a DS acreditava que o PT não deveria estabelecer alianças com o PMDB ou PDT, ambos considerados partidos burgueses. No caso dos peemedebistas, isso seria ainda mais grave, na opinião da Democracia Socialista, pelo fato de o partido ser a principal força de sustentação política do novo governo, de quem o PT se declarara oposição desde o início. Partindo da proposta do bloco operário-popular, incorporada à plataforma petista no Encontro Nacional de janeiro, a DS defendia a aliança do partido com “setores do movimento operário-popular no interior do PMDB e do PDT” e outras lideranças sociais sem vínculos partidários.

---

Vasconcelos, do PT mineiro, votaria a favor, desobedecendo a orientação oficial do partido. Para mais detalhes, ver *Em Tempo*, ano XI, outubro de 1988, p.2.

<sup>34</sup> As eleições de 1985 foram as primeiras realizadas nas capitais de estado e nos municípios considerados áreas de segurança nacional depois de quase vinte anos. Desde 1966, com a aprovação do AI-3, os prefeitos dessas cidades vinham sendo indicados pelos governadores, eleitos, por sua vez, indiretamente por um Colégio Eleitoral estadual.

<sup>35</sup> O Congresso Constituinte foi instalado em 01 de fevereiro de 1987, encerrando suas atividades em 05 de outubro de 1988, quando foi aprovada a nova Constituição Federal.

<sup>36</sup> Aprovada em maio de 1984, a plataforma incluía, entre outras propostas, a revogação da legislação autoritária, o rompimento com o FMI e a realização da reforma agrária sob o controle dos trabalhadores. Sobre a Plataforma dos 10 pontos, ver *Em Tempo*, ano VII, nº.190, 14 a 28 de junho de 1984, p.5.

<sup>37</sup> *Em Tempo*, ano VIII, nº.198, março de 1985.

Em junho, depois de lançar essa proposta tática, a DS voltou ao tema das eleições. Àquela altura, Sarney já ocupava a Presidência há cerca de três meses, contando com a adesão formal do PMDB, PFL, PCB e PCdoB; a simpatia de antigos colegas do PDS; além do apoio de uma grande massa que acreditava no governo da Aliança Democrática e em suas promessas. Diante disso, a DS viu-se obrigada a reconhecer que o PT se isolara politicamente por causa do boicote ao Colégio Eleitoral e por não haver declarado apoio ao novo governo, cujo respaldo popular fora reforçado pela morte de Tancredo Neves. A previsão da Democracia Socialista de que o partido se fortaleceria ao não participar da eleição do sucessor de Figueiredo acabou não se confirmando, apesar de a DS acreditar que esse isolamento era apenas momentâneo. Ao mesmo tempo, o PT disputava com o PDT a hegemonia no campo popular, já que o partido de Brizola, então governador do Rio de Janeiro, tentava se fortalecer como uma alternativa à esquerda do governo Sarney.

Por isto, a DS defendia o lançamento de candidatos próprios nas eleições municipais, tendo em vista a impossibilidade de estabelecer alianças com partidos considerados burgueses e observando o objetivo maior da proposta petista, que era o de fortalecer a organização independente dos trabalhadores. “O que distingue o PT é poder utilizar as eleições para reforçar a organização dos trabalhadores, criando melhores condições para futuras disputas”. Na opinião da Democracia Socialista, essa era a única forma de o partido crescer politicamente e apresentar uma opção operária e popular ao governo da Aliança Democrática. Caso contrário, segundo a DS, se o PT ficasse “a reboque de algum setor da burguesia”, correria o risco de fracassar eleitoralmente e de perder mais espaço, isolando-se completamente no quadro político-partidário da época.

Em julho, após uma acirrada disputa interna, o PT indicou seus candidatos a prefeito em todo o país. Em Porto Alegre e Belo Horizonte, a Democracia Socialista conquistou a indicação de Raul Pont e Virgílio Guimarães, ambos da Direção Nacional eleita em abril de 1984, demonstrando mais uma vez a força política que alcançara nos seus estados de origem<sup>38</sup>. Após a vitória, a DS saiu em defesa da esquerda organizada petista, novamente acusada por setores do partido de ser a responsável pela crise que o PT vivia na época. A divergência, na verdade, estava ligada à disputa em torno da tática eleitoral a ser adotada para as eleições daquele ano: de um lado, os que defendiam a formação de alianças com o PMDB e PDT, argumentando que a derrota de 1982 evidenciara a fragilidade do partido; de outro, os que em nome da independência de classe se colocavam contra qualquer tipo de

---

<sup>38</sup> *Em Tempo*, ano VIII, nº.202, julho de 1985.

coligação – posição assumida pela DS. Em Belo Horizonte, por exemplo, onde tivera seu candidato derrotado na disputa com Virgílio Guimarães pela indicação partidária, o deputado federal Luis Dulci, presidente do PT mineiro, chegou a declarar que “estes grupos que estão dentro do nosso coletivo têm que sair, têm de receber um prazo para sair e se legalizar; e se não quiserem sair, nós temos o direito de colocá-los para fora, pois na verdade eles estão chupando o sangue político do PT”<sup>39</sup>.

Em resposta, a DS reconheceu que a crise do partido era resultado do sucesso inicial da Nova República, da falta de uma linha definida de atuação e do seu isolamento político desde a campanha pelas Diretas – esquecendo-se de que ela mesma apoiara tal posicionamento. Nesse sentido, afirmava que as organizações de esquerda, longe de serem as responsáveis pela crise, contribuíam para que o PT definisse uma linha política mais clara – como a realização de uma campanha eleitoral independente, como a DS defendia – que permitisse superar o momento vivido pelo partido. Ao mesmo tempo, a Democracia Socialista lembrava que as organizações marxistas buscavam construir um partido revolucionário de massas, e que sair do PT, nesse caso, significaria fragmentar a esquerda e retroceder nos avanços conquistados desde a fundação do partido. “Só faria sentido sair do PT e atuar em faixa própria para uma organização que se julgasse ‘o partido’ ou ‘o embrião do partido’ já pronto, o que é aliás o que pensam o PCB e o PCdoB”.

De fato, a DS sempre buscou construir o partido revolucionário com base no PT, sem jamais cogitar a possibilidade de abandonar o partido para se legalizar ou mesmo auto-proclamar-se o partido revolucionário já pronto, como afirmavam os críticos da esquerda organizada petista. Diante das divergências partidárias, a DS conclamou os petistas à unidade, defendendo a união dos diversos setores do PT e o abandono das discussões internas – como a crítica às organizações de esquerda, por exemplo – em meio a um processo eleitoral que poderia render ao partido uma importante vitória política.

Nas eleições de 1985, o PT se esforçou para divulgar uma imagem diferente daquela apresentada em 1982, numa evidente mudança de estratégia com relação à última disputa eleitoral<sup>40</sup>. Com uma campanha mais aberta, dirigida a amplos setores sociais – inclusive a classe média – e que mais uma vez apresentava o partido como uma alternativa política viável, o PT conquistou um expressivo resultado eleitoral quando comparado à sua primeira experiência nas urnas. Nas capitais, o partido foi o quarto mais votado do país, perdendo

---

<sup>39</sup> *Em Tempo*, ano VIII, n.º.203, agosto de 1985, p.3.

<sup>40</sup> MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido – 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

apenas para o PMDB, PTB e PDT<sup>41</sup>. Dos quase 60 municípios onde lançara candidatos, o partido terminou em terceiro lugar em 28 e conquistou o quarto lugar em 16. Em Porto Alegre e Belo Horizonte, onde os candidatos à prefeitura eram membros da DS, o PT ficou em terceiro lugar, com 11,3% e 7,6% dos votos, respectivamente<sup>42</sup>. Em outras capitais, como Vitória e Aracajú, o partido terminou em segundo lugar. Já em São Paulo, maior colégio eleitoral do país, apesar da derrota, o candidato do PT à prefeitura, Eduardo Suplicy, obteve quase 20% dos votos. Mesmo com tantos resultados positivos, o partido só conseguiu vencer em Fortaleza, onde a deputada estadual Maria Luiza Fontenelle – que se filiara ao partido poucos meses antes, vinda do PMDB – conquistou pouco mais de 32% dos votos.

Os resultados finais, sem dúvida, representaram um avanço quando comparados aos da última eleição e, ao mesmo tempo, fortaleceram os grupos de esquerda que assim como a DS defenderam uma campanha independente, sem a formalização de alianças com partidos considerados burgueses. O grande vitorioso na disputa eleitoral de 1985, contudo, foi mesmo o PMDB, que no embalo da Nova República conquistou as prefeituras de 19 das 22 capitais e terminou em primeiro lugar em metade dos outros 201 municípios onde foram realizadas eleições<sup>43</sup>. A crise econômica, por outro lado, continuava a se agravar, fazendo com que o governo Sarney perdesse cada vez mais apoio. A inflação daquele ano chegou a 235%, mais que o dobro do índice registrado em 1980, quando tiveram início os problemas na econômica brasileira.

Com o bom desempenho eleitoral do PT, o fortalecimento do partido em todo o país e a crise do governo da Aliança Democrática, a DS concluiu que a conjuntura pós-eleitoral seria propícia para a formação de uma oposição de esquerda ao governo Sarney. Assim, passou a defender a busca pela hegemonia no flanco esquerdo da Aliança Democrática, com o PT assumindo o papel de dirigente dos trabalhadores em suas reivindicações, especialmente na área econômica, onde o governo Sarney não vinha sendo bem sucedido. “O Partido dos Trabalhadores tem já que se apresentar hoje como um partido que quer dirigir o país e luta por isso”<sup>44</sup>. Pela proposta, o PT deveria apresentar uma alternativa de governo que expressasse os interesses dos trabalhadores, o que exigia, por sua vez, que fossem aprofundados os trabalhos juntos às organizações de classe, posto que a DS não considerava a conjuntura pós-eleitoral como sendo pré-revolucionária. Para a Democracia Socialista, o resultado das eleições de 1985 e a crise do governo Sarney apenas indicavam os limites da

---

<sup>41</sup> PONT, *op. cit.*

<sup>42</sup> *Em Tempo*, ano VIII, dezembro de 1985.

<sup>43</sup> VILLA, *op. cit.*

<sup>44</sup> *Em Tempo*, *op. cit.*, p.3.

transição burguesa e a possibilidade de o PT assumir a direção do bloco oposicionista. Quanto à campanha petista, mesmo afirmando que o partido “manteve sua independência de classe, reafirmou sua linha de oposição à transição controlada pela burguesia, manteve sua ligação com as lutas populares, e [...] defendeu suas propostas políticas básicas”<sup>45</sup>, a DS apontou alguns problemas na propaganda televisiva, onde o PT promoveu várias mudanças. A Democracia Socialista reconheceu que a propaganda eleitoral foi “criativa e tecnicamente bem feita”, mas observou que o partido esteve muito mais preocupado em “dar uma imagem descontraída do PT, em detrimento de uma maior politização e vinculação mais clara com as lutas operárias e populares”. Ao mesmo tempo, considerou que a campanha diminuiu o espaço reservado às lutas populares e “diluiu” o caráter classista do PT – o partido *dos trabalhadores* – ao avançar sobre a classe média.

A Democracia Socialista não esteve sozinha nas críticas ao partido, que se dividiu internamente em função das mudanças na propaganda e da tentativa de ampliar a sua base eleitoral<sup>46</sup>. De um lado, os chamados *xittas*, a esquerda organizada radical, condenaram a nova estratégia eleitoral, a busca por votos na classe média e o lançamento de candidatos considerados burgueses – como Eduardo Suplicy, por exemplo<sup>47</sup>. Esses setores eram contrários à idéia da democracia representativa como via para o socialismo e, por isso, defendiam uma campanha fundamentalmente dirigida aos trabalhadores, como a de 1982. De outro lado, os setores moderados do PT, conhecidos como *light* e agrupados na Articulação, apoiaram as mudanças promovidas pelo partido, considerando a democracia representativa – e o processo de institucionalização partidária, por extensão – como um valor universal<sup>48</sup>. A Democracia Socialista, mais uma vez, foi uma das poucas exceções dentro da esquerda petista. Mesmo defendendo a transformação do PT num partido revolucionário, proposta tida como radical por alguns setores, a DS assumiu uma posição intermediária, criticando as mudanças feitas na campanha eleitoral, apontando os limites e os perigos da nova estratégia, mas sem deixar de reconhecer os avanços do partido, como a busca por apoio na classe média – “preocupação correta”, ponderou.

Passado quase um ano desde a sua posse e vendo a popularidade do governo da Aliança Democrática diminuir rapidamente diante da persistência da crise econômica, o

---

<sup>45</sup> *Ibidem*, p.4.

<sup>46</sup> MENEGUELLO, *op. cit.*

<sup>47</sup> As críticas a Suplicy persistiriam no ano seguinte, quando ele seria indicado pelo partido como candidato ao governo do estado de São Paulo. Na época, a Convergência Socialista se opôs à indicação, afirmando que o candidato do PT “deveria ser um trabalhador” (Citado em *Em Tempo*, ano VIII, maio de 1986, p.8).

<sup>48</sup> Para mais detalhes sobre os blocos partidários do PT, ver AZEVEDO, Clovis Bueno de. *Leninismo e social-democracia: uma investigação sobre o projeto político do Partidos dos Trabalhadores*. São Paulo: USP, 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, pp.171-214.

presidente Sarney lançou, em fevereiro de 1986, um programa de estabilização da economia: o Plano Cruzado. Entre outras medidas, o governo decretou o congelamento imediato dos salários e dos preços, incluindo os dos produtos de primeira necessidade, medida que atingiu uma parcela significativa da população, especialmente a camada mais pobre<sup>49</sup>. Com o sucesso do Plano Cruzado, a popularidade de Sarney passou de 22% de aprovação, em janeiro, para 71%, em março – apenas um mês depois de decretados os congelamentos<sup>50</sup>. Na época, a DS classificou o pacote econômico como uma “contra-ofensiva da burguesia”<sup>51</sup> pelo controle sobre os rumos da transição política. A Democracia Socialista acusava o presidente de utilizar o Plano Cruzado para assegurar a vitória da Aliança Democrática nas eleições de 1986, quando seriam escolhidos os parlamentares constituintes; reconquistar o apoio perdido durante o primeiro ano de governo, com o aumento imediato do poder de compra dos assalariados; e controlar o processo de redemocratização, num momento em que o Congresso Nacional se preparava para elaborar a nova Constituição do país.

O Partido dos Trabalhadores, ao contrário, assumiu uma posição ambígua, criticando parcialmente o pacote econômico mas destacando os seus pontos positivos, como o congelamento dos preços. Na verdade, diante da euforia inicial causada pelo Plano Cruzado, a primeira reação do partido foi não assumir um discurso tão enfático como o da Democracia Socialista, que apontava os limites do pacote econômico e os problemas que ele poderia trazer a médio prazo. “Não podemos de maneira alguma absorver uma visão impressionista dos fatos”<sup>52</sup>, afirmou a DS, na época. Como alternativa ao pacote econômico, a Democracia Socialista defendia a recuperação imediata dos salários, o não pagamento da dívida externa, a estatização do sistema bancário, a realização de uma reforma agrária radical e o aumento dos investimentos públicos em programas sociais – numa posição à esquerda do PT e num evidente descompasso com o *sentimento popular*.

Nos meses seguintes, o partido esteve voltado para o debate interno a respeito das eleições daquele ano e da sua posição oficial diante do pacote econômico decretado em fevereiro, tema que suscitou grandes divergências dentro do PT. Enquanto alguns setores defendiam o apoio parcial às medidas adotadas pelo governo, como o partido vinha fazendo, outros – incluindo a DS – insistiam na crítica intransigente ao Plano Cruzado.

---

<sup>49</sup> Sobre o Plano Cruzado, ver BAER, Werner; BECKERMAN, Paul. The decline and fall of Brazil's Cruzado. *Latin American Research Review*, vol. XXIV, n.º.1. Albuquerque: University of New Mexico, 1989, pp.35-64.

<sup>50</sup> VILLA, *op. cit.*

<sup>51</sup> *Em Tempo*, ano VIII, n.º.207, março de 2006, p.2.

<sup>52</sup> *Em Tempo – Especial sobre o 'pacotão'*, ano VIII, março de 1986, p.1.

Contudo, pelo menos até meados de 1986, quando o PT realizou seu IV Encontro Nacional, a correlação de forças mostrou-se amplamente desfavorável a essa segunda posição: o pacote conquistara enorme apoio social, os índices de aprovação do governo Sarney permaneciam altos, o movimento operário se dividira diante dos benefícios imediatos trazidos pelo Plano Cruzado e o PT, politicamente isolado desde a campanha pelas Diretas, corria o risco de aprofundar ainda mais a crise vivida pelo partido caso condenasse o programa de estabilização econômica.

O congelamento dos preços e dos salários, porém, causou uma vertiginosa expansão das vendas, dada a enorme demanda reprimida da população, tanto na camada mais pobre quanto na classe média. Para manter os lucros obtidos antes do Plano Cruzado, as indústrias adotaram medidas para diminuir os custos da produção, como as demissões em massa, por exemplo. O próprio mercado se retraiu ao longo dos meses seguintes, fazendo com que alguns produtos comesçassem a faltar, processo acelerado pelo aumento da demanda e pela sonegação de mercadorias por parte dos seus fabricantes, que passaram a comercializá-las com um custo adicional à tabela do governo – o chamado *ágio*. Em meio a esse contexto, o PT realizou, em São Paulo, o seu IV Encontro Nacional, reunindo aproximadamente 330 delegados de todo o país. Nessa convenção, entre outras medidas, o partido declarou-se oficialmente contra o Plano Cruzado, estabeleceu critérios para a participação nas eleições de 1986 – ampliando a Carta Eleitoral aprovada em 1982 – e elegeu sua nova liderança<sup>53</sup>.

Na disputa pela Direção Nacional, foram apresentadas duas chapas: *Uma proposta democrática, de massas e socialista para o PT*, formada pela Articulação, e *Construir uma alternativa operária e popular*, encabeçada por Raul Pont e com participação das tendências minoritárias do partido. Comparada à convenção de 1985, quando obteve poucos menos que o dobro dos votos da chapa apoiada pela DS, a corrente majoritária do PT aumentou sua força política no IV Encontro Nacional, conquistando mais de 70% dos votos, o que lhe garantiu quase três vezes mais cargos na Direção Nacional do que a chapa liderada pela Democracia Socialista. A DS, por sua vez, também se fortaleceu politicamente, elegendo um representante a mais do que na convenção anterior. Além de Raul Pont e Joaquim Soriano, membros da antiga Direção, a Democracia Socialista indicou João Machado, Ignácio Hernandez e Tomás Matta Machado – os três do grupo mineiro que dera origem à organização<sup>54</sup>.

---

<sup>53</sup> *Em Tempo*, ano VIII, nº.209, junho de 1986.

<sup>54</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Ata do IV Encontro Nacional*, 1986, mimeo.

Na Executiva Nacional, entretanto, a corrente majoritária continuou a preencher sozinha todos os cargos, sem nenhuma participação da esquerda organizada do PT. A regulamentação da proporcionalidade também para a ocupação dos cargos executivos, aliás, foi uma das propostas defendida pela DS na convenção. Na época, Raul Pont apresentou um projeto de alteração do Regimento Interno que instituiu a participação das correntes minoritárias na Executiva Nacional do partido. A proposta, porém, foi derrotada pela da Articulação, que deixava as organizações de esquerda numa espécie de *quarentena* até o V Encontro, marcado para o ano seguinte. A posição da corrente majoritária havia sido tomada depois do episódio envolvendo antigos militantes do PCBR no assalto a uma agência do Banco do Brasil, em Salvador, dois meses antes. Ao serem presos pela polícia, os assaltantes se apresentaram como membros do Partido dos Trabalhadores e alegaram que o assalto visava arrecadar fundos para a revolução<sup>55</sup>. A DS reagiu à proposta encaminhada por Marco Aurélio Garcia e José Álvaro Moisés, integrantes da Articulação, afirmando que o debate fora marcado pelo “tom sectário” e que a aprovação do projeto da corrente majoritária adia “a ampliação da democracia no PT”<sup>56</sup>.

Na economia, os efeitos negativos do Plano Cruzado obrigaram o governo Sarney a liberar a importação de produtos similares aos fabricados no Brasil, numa tentativa desesperada de solucionar a escassez de mercadorias. Ao mesmo tempo, com a proximidade das eleições, o presidente tentava evitar que os problemas econômicos se transformassem em derrota nas urnas. Em novembro, seriam renovados  $\frac{2}{3}$  do Senado e eleitos os novos governadores, deputados estaduais e federais. Apenas no caso do Distrito Federal, que pela primeira vez teria representação parlamentar, seriam escolhidos três – e não dois – senadores. Já os prefeitos e vereadores eleitos em 1982 tiveram seus mandatos estendidos por mais dois anos, de forma que em 1988 as capitais de estado e as antigas áreas de segurança nacional pudessem realizar eleições junto com os demais municípios brasileiros. A 48ª legislatura, que cobriria os anos de 1987 a 1990, era tida pelos partidos políticos como especialmente importante e, de certa maneira, decisiva sobre os rumos da Nova República. Isso porque, pela primeira vez desde o fim da Era Vargas, em 1945, o Congresso Nacional teria poderes constituintes<sup>57</sup>. Mais uma vez, o PMDB terminou como o grande vencedor da disputa, com quase 28 milhões de votos para o Congresso Nacional,

---

<sup>55</sup> KECK, Margaret. *PT – A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

<sup>56</sup> *Em Tempo*, op. cit., p.3.

<sup>57</sup> Não estou considerando, nesse caso, a Constituição de 1967, imposta pelo governo Castello Branco ao Congresso Nacional, então formalmente em funcionamento, mas com sua autonomia consideravelmente limitada.

praticamente três vezes mais que o PFL, o segundo mais votado no país<sup>58</sup>. Embalado pela popularidade do Plano Cruzado, na disputa pelos 22 governos estaduais, os peemedebistas só não ganharam em Sergipe, onde o candidato eleito era do Partido da Frente Liberal. No Senado, o PMDB conquistou 44 das 49 vagas, e na Câmara, passou a ter a maioria absoluta, com 260 deputados federais. Até mesmo nas Assembléias Legislativas a vitória do partido foi incontestável: o PMDB recebeu mais de 50% dos votos em quinze estados, incluindo os mais importantes do país.

Já o PT, apesar dos números mais modestos, também avançou em comparação à eleição de 1982. Em 1985, após a saída de Airton Soares, Beth Mendes e José Eudes, o PT ficou com apenas cinco deputados federais, três vezes menos que a bancada eleita em 1986, que incluía vários *líderes históricos* do partido e representantes de estados onde, até então, o PT nunca havia conseguido eleger um congressista. A bancada petista passou a ser formada por Olívio Dutra e Paulo Paim, do Rio Grande do Sul; Vitor Buaiz, do Espírito Santo; Bendita da Silva e Vladimir Palmeira, do Rio de Janeiro; Paulo Delgado e Virgílio Guimarães, de Minas Gerais; e Eduardo Jorge, Florestan Fernandes, Gumercindo Milhomem, Irma Passoni, José Genoíno, Luís Gushiken, Luís Inácio Lula da Silva e Plínio de Arruda Sampaio, de São Paulo<sup>59</sup>. A votação de Lula para a Câmara dos Deputados – com pouco mais de 651 mil votos – foi a maior do país, na época, superando até mesmo a de Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, eleito com 60 mil votos a menos. Nas Assembléias Legislativas, o PT também teve um bom desempenho na comparação com o pleito anterior, subindo de doze para 33 deputados e aumentando sua representação nos diferentes estados do país. A DS, por sua vez, conseguiu eleger apenas um candidato naquele ano: Raul Pont, como deputado estadual no Rio Grande do Sul<sup>60</sup>.

Após a disputa eleitoral, as atenções do partido estiveram voltadas para a participação no Congresso Constituinte, instalado no início de 1987, e para a campanha pela renúncia de Sarney e convocação de eleições diretas para presidente, diante do fracasso do Plano Cruzado II, que substituíra o pacote anterior. Decretado apenas cinco dias depois das eleições, o novo plano de estabilização econômica aumentou o preço de diversos produtos, com o objetivo de contornar os problemas causados pela superdemanda, como a escassez de mercadorias, por exemplo. Com os aumentos de 35% nas contas telefônicas, 60% na energia elétrica, 15% nos remédios, 25% no açúcar e 80% nos

---

<sup>58</sup> *Veja*, n.º.951, 26 de novembro de 1986.

<sup>59</sup> KECK, *op. cit.*

<sup>60</sup> Virgílio Guimarães, eleito deputado federal, já havia se desligado da Democracia Socialista nessa época.

automóveis, entre outros, o Cruzado II afetou diretamente a classe média e os assalariados em geral, tidos pelo governo como os principais responsáveis pelo aumento do consumo<sup>61</sup>. Entretanto, o novo pacote logo se mostrou insuficiente para controlar a inflação, que chegaria a cerca de 415,84% em 1987 – prenunciando as taxas registradas nos últimos anos do governo Sarney<sup>62</sup>.

Passadas as eleições, o partido também aprofundou o debate interno sobre a regulamentação do direito de tendências, iniciado após o episódio envolvendo antigos militantes do PCBR no assalto ao Banco do Brasil. Durante todo o ano de 1987, os diferentes grupos que atuavam no PT apresentaram suas opiniões e encaminharam propostas para a definição de regras de participação das correntes que existiam no partido. A discussão sobre a dupla militância – ou sobre os *partidos dentro do partido*, como se dizia na época – refletiu a necessidade de ampliar a democracia interna e ocorreu numa conjuntura política bem diferente da que o PT havia sido criado<sup>63</sup>. Com a consolidação da Nova República, partidos há muito tempo ilegais, como o PCB e PCdoB, conseguiram seu registro oficial, ao mesmo tempo em que a esquerda clandestina que apoiara a fundação do PT, em 1980, passava a atuar de maneira pública e visível. As constantes divergências entre setores do partido e as organizações de esquerda, somadas ao caso do assalto em Salvador, evidenciaram a urgência de uma definição sobre as correntes internas que atuavam no PT desde o seu início.

No IV Encontro Nacional, o partido já havia aprovado uma resolução preliminar sobre a participação de grupos organizados no seu interior. O documento reafirmava o caráter *partidário e democrático* do PT e observava que o partido reconhecia e executava o direito da maioria sem deixar de garantir, por outro lado, a manifestação e representação das minorias em todas as suas instâncias. Com isso, a resolução destacava o espaço reservado à esquerda organizada e rebatia, ao mesmo tempo, as concepções frentistas de alguns grupos, ao lembrar que o PT não era “uma frente de organizações políticas, frente institucional de massas, que possa ser instrumentalizado por qualquer partido político”<sup>64</sup>. Na época, os delegados presentes ao encontro determinaram que o novo Diretório Nacional regulamentasse o direito de tendências, lembrando apenas que “este direito não deve se estender a grupos que não abraçam o programa do PT nem acatam sua democracia e disciplina”. Pouco antes do encontro, circulara entre os militantes do partido um livreto assinado por José Dirceu e Wladimir Pomar – ambos da corrente majoritária petista – em

---

<sup>61</sup> *Veja*, op. cit.

<sup>62</sup> VILLA, op. cit.

<sup>63</sup> KECK, op. cit.

<sup>64</sup> Citado em KECK, op. cit., p.139.

que as organizações de esquerda eram duramente criticadas por sua atuação. Acusado pela DS de suscitar um “debate equivocado e sectário”<sup>65</sup>, o texto buscava contribuir para a discussão sobre a construção do PT, num momento em que o partido, segundo os autores, “corre o risco de ver muitos de seus militantes abraçarem as respostas prontas e acabadas de grupos políticos sectários ou ingressarem pelos descaminhos das dúvidas eternas”<sup>66</sup>. Em resumo, o livreto avaliava negativamente a participação das organizações de esquerda dentro PT, concluindo que elas não trabalhavam em favor do partido, mas de si mesmas, por acreditarem que assim estariam construindo o próprio PT. “Os militantes do PT devem compreender com clareza que os grupos organizados atuam no PT basicamente em seu próprio benefício e não em benefício da construção do PT”, afirmava o texto.

No ano seguinte, o debate sobre as tendências prosseguiu com a aprovação, pelo PT de São Paulo, de uma resolução que seria encaminhada ao Diretório Nacional do partido para discussão no V Encontro. De acordo com o documento, o PT asseguraria a “qualquer grupo de militantes o direito de constituir-se, no interior do partido, como tendência política”<sup>67</sup>, desde de que esse reconhecimento não implicasse em qualquer tentativa de construção de um partido distinto do PT. A resolução afirmava que todas as direções partidárias deveriam garantir às tendências o acesso aos instrumentos de comunicação interna, de modo que as correntes não poderiam mais manter seus próprios jornais. O documento também proibia as tendências de se expressarem publicamente, devendo submeter-se à disciplina partidária e pronunciar-se exclusivamente como *Partido dos Trabalhadores*.

A resolução apresentada na convenção paulista pela corrente majoritária restringia ainda mais as atividades das tendências. Pelo texto, derrotado na plenária estadual, os grupos organizados não poderiam ter disciplina nem sede próprias e sua imprensa deveria ser incorporada à do próprio partido. A Democracia Socialista, naturalmente, criticou a proposta final e mais ainda a que fora encaminhada pela Articulação. Controladora de um jornal ativo há quase uma década, a DS não aceitava a hipótese de ser obrigada a transferir o *Em Tempo* para o partido ou simplesmente dissolvê-lo. Além disso, a DS também questionava a proposta do PT de São Paulo de não permitir que as tendências mantivessem suas próprias finanças. Segundo a Democracia Socialista, juntas, as duas proibições – a do jornal e a das finanças – inviabilizavam a disputa pelos órgãos de direção partidária, dificultavam a existência de tendências nacionais e favoreciam a elitização das correntes,

---

<sup>65</sup> *Em Tempo*, op. cit., p.14.

<sup>66</sup> DIRCEU, José; POMAR, Wladimir. *Algumas considerações sobre as tendências organizadas no PT*. São Paulo: s.n., 1986, p.4.

<sup>67</sup> Citado em *Em Tempo*, ano X, nº.219, 15 de setembro a 15 de outubro de 1987, p.6.

uma vez que a resolução, se aprovada, restringiria “as tendências a membros abastados, que possam viajar por conta própria”<sup>68</sup>. A DS acusou o texto final, que não incorporou as propostas da Articulação, de desconsiderar o aspecto político da regulamentação das tendências e de preocupar-se demasiadamente em tentar evitar que, sob o ponto vista administrativo, o partido se transformasse numa “federação de tendências”. Com tantas proibições, a Democracia Socialista afirmou que o documento não era de regulamentação, mas sim de “dissolução das tendências”. Para a DS, o que alguns setores do partido pareciam querer ao apoiar o documento naqueles termos era forçar uma atitude como a da corrente *O Trabalho*, que se dissolvera no interior da Articulação<sup>69</sup>.

Cerca de dois meses antes do Encontro Estadual do PT de São Paulo, a Democracia Socialista havia divulgado suas posições a respeito das correntes e da democracia partidária. Embora a palavra *tendências* fosse utilizada pelos militantes petistas em referência às organizações de esquerda – geralmente revolucionárias – que atuavam no seu interior<sup>70</sup>, alguns grupos, como a DS, tinham uma concepção mais ampla do termo, incluindo também setores ligados à Igreja Católica. “São tendências não apenas setores ou grupos que vieram de posições políticas precedentes ao partido ou grupos que se formaram no próprio debate da construção do PT, como também as várias organizações da Igreja, com suas fontes de decisão, bem como a chamada ‘Articulação’, hoje tendência majoritária dentro do PT”, defendia a Democracia Socialista<sup>71</sup>. Desde a formação da Articulação, em 1983, a DS vinha acusando a corrente majoritária do partido de ser uma tendência interna mas de, contraditoriamente, não se reconhecer como tal, excluindo a participação da esquerda organizada do PT, com o argumento de que seus militantes *vestiam duas camisas*.

Para a DS, o partido só estaria unificado na ação na medida em que reconhecesse as diferenças internas e garantisse a cada corrente a oportunidade de participar, de fato, de todas as suas instâncias. “A representação democrática das suas posições, inclusive nas direções executivas [...] deve ser associada à garantia do direito de tendência,

---

<sup>68</sup> *Ibidem*, p.7.

<sup>69</sup> Em 1983, a OSI aproximou-se da Articulação, afirmando que “o curso à esquerda” do partido dependia da sua corrente majoritária. Como parte do processo de integração ao PT, em 1984, passou a se chamar Fração IV Internacional. Dois anos depois, voltou a mudar de nome, dessa vez para *O Trabalho*, título da publicação editada pela OSI desde a sua fundação. Em 1987, articulada internacionalmente com o racha na QI-CI, ocorrido seis anos antes, a corrente também se dividiu: a maior parte optou pela integração formal à Articulação enquanto alguns militantes tentaram manter a antiga organização – porém, naquele momento, alinhada à QI-CIR, fundada pelo grupo lamberista que saíra da Quarta Internacional-Comitê Internacional (SILVA, Antônio Ozaí da. *História das tendências no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Proposta, s.d., p.181. Ver Capítulo 4, nota 9).

<sup>70</sup> KECK, *op. cit.*

<sup>71</sup> Citado em GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989, p.144.

regulamentado estatutariamente”<sup>72</sup>. A declaração da Democracia Socialista era dirigida particularmente à tendência majoritária no PT de São Paulo e também no Diretório Nacional, que excluía sistematicamente as minorias – como eram chamadas as organizações de esquerda – dos cargos executivos. Ao não reconhecer oficialmente a existência de grupos organizados que atuavam no partido, o PT contribuía, segundo a DS, para manter as divergências internas como as que vinham ocorrendo nos anos anteriores, cujo “resultado é profundamente despolitizante, sectarizante e, portanto, deseducativo”. Por isto, a Democracia Socialista defendia a regulamentação das tendências como forma de assegurar “uma crescente unidade de ação pública de todos os petistas”, observando que as diferenças de opinião no interior do partido não expressavam antagonismos, mas apenas diferentes experiências e posicionamentos existentes dentro da classe trabalhadora.

Depois de quase um ano de acalorados debates sobre a questão das tendências, o PT finalmente regulamentou a participação dos grupos organizados no seu interior, no V Encontro Nacional do partido, que também escolheu a nova liderança petista. Realizada no início de dezembro, em Brasília, com a participação de pouco mais de 370 delegados, a convenção foi marcada novamente pelo domínio da corrente majoritária do partido<sup>73</sup>. Na escolha do novo Diretório Nacional, a chapa formada pela Articulação recebeu 57,61% dos votos, o menor percentual desde que fora criada. Já a chapa apoiada pela DS novamente conquistou o segundo lugar na disputa, dessa vez com 23,37% dos votos. No V Encontro, foram apresentadas ainda mais duas chapas: a da corrente *O Trabalho*, que não chegou ao mínimo exigido de 10% dos votos, e a *PT pela base*, formada por antigos militantes da Articulação e apoiadores da Democracia Socialista, como Virgílio Guimarães e Sandra Starling, que participara do Conselho Editorial do *Em Tempo*. A DS, mais uma vez, conquistou cinco cargos na Direção Nacional do partido, ocupados por João Machado, Joaquim Soriano, Raul Pont, Tomás Matta Machado e Otaviano de Carvalho – este último, representante da Democracia Socialista no Espírito Santo e pela primeira vez compondo a direção partidária<sup>74</sup>.

Quanto à resolução das tendências, o documento aprovado no encontro, mais detalhado que as propostas apresentadas até então, aproximou-se bastante do texto encaminhado pelo PT de São Paulo. Novamente, o partido declarava nunca ter assumido a condição de frente política ou de massas; reafirmava, por conseguinte, seu caráter

---

<sup>72</sup> *Em Tempo*, ano X, n.º.218, 15 de julho a 15 de agosto de 1987, p.7.

<sup>73</sup> PONT, *op. cit.*

<sup>74</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Ata do V Encontro Nacional*, 1987, mimeo.

partidário, democrático e estratégico; comprometia-se a aperfeiçoar a democracia interna, garantindo a participação e representação das minorias; e contrapunha-se à dupla militância, exigindo fidelidade exclusiva às decisões tomadas pelo partido. “O reconhecimento de agrupamentos desse tipo – partidos dentro do partido – seria a aceitação do partido enquanto frente política, vale dizer, a própria negação do projeto histórico do PT”<sup>75</sup>. Ao mesmo tempo, a resolução incorporava a tese da Democracia Socialista de que a regulamentação das tendências era necessária para a unidade na ação, lembrando que o livre debate entre as diferentes opiniões seria permitido apenas como “genuína fonte de conhecimento” e meio de fortalecer o partido.

Na definição oficial do PT, seria considerada tendência “um grupo de petistas que se agrupa, ou se organiza, para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política”, o que também se aproximava da definição da DS. As tendências, conforme o documento, eram distintas das articulações ou blocos de opinião formados esporadicamente. Nesse ponto, a intenção parece ter sido responder às críticas recebidas pela corrente majoritária do partido de que ela, mesmo não reconhecendo o direito das tendências, estaria atuando como tal dentro do PT. A resolução também explicitava as regras para o funcionamento das correntes internas, destacando que suas políticas e coordenações deveriam ser de conhecimento do partido; que suas finanças só poderiam ser obtidas dentro do PT, sem prejuízos à atividade financeira do próprio partido; e que elas não poderiam constituir um partido dentro do PT nem adotar o nome de Partido dos Trabalhadores.

Aprovada pela pequena diferença de 204 votos a favor e 147 contra, expressando a divisão do partido sobre a questão das correntes internas, a regulamentação das tendências, uma das propostas mais antigas da DS, não trouxe qualquer dificuldade para a organização. Desde o início envolvida na construção do PT e sem jamais ter atuado de forma paralela ao partido, a Democracia Socialista não foi prejudicada pelas normas estabelecidas na resolução, como, por exemplo, a proibição de manter “jornais públicos e de periodicidade regular”. Para adequar-se às novas regras, a DS precisou apenas incorporar ao seu nome o título de *tendência do Partido dos Trabalhadores* e direcionar o *Em Tempo* para circulação exclusivamente interna. A regulamentação das tendências, ao mesmo tempo em que atendeu a uma reivindicação histórica da Democracia Socialista, também abriu o caminho que levaria ao seu reconhecimento oficial como corrente do partido, três anos depois, ainda que desde a sua fundação, em 1979, sempre tivesse atuado, na prática, como tendência do PT.

---

<sup>75</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do V Encontro Nacional*, 1987, mimeo.

## CONCLUSÃO

Ao longo dos oito anos que separam o congresso de fundação da DS do V Encontro Nacional do PT, a Democracia Socialista teve uma trajetória marcada pelo apoio à construção do partido, pela crítica à sua liderança e pelo respeito às decisões internas, numa posição intermediária que a diferenciou dentro da esquerda organizada petista, em especial dos grupos trotskistas. Através do jornal *Em Tempo* e do envolvimento formal dos seus militantes no Movimento pró-PT, a DS participou ativamente das articulações para a criação do Partido dos Trabalhadores, declarando-se, desde o início, como uma tendência do partido, ainda que viesse a ser reconhecida como tal somente alguns anos depois. O processo que levou à unificação dos grupos fundadores da Democracia Socialista, como vimos, ocorreu em paralelo às discussões sobre a formação do próprio PT. O apoio dado ao partido, a visão que tinha a seu respeito e a postura assumida dentro dele, por conseguinte, só podem ser entendidos se analisados sob o ponto de vista da vinculação teórica da DS ao trotskismo e ao Secretariado Unificado da IV Internacional, especificamente.

Ao adotar as posições da corrente mandelista para interpretar a conjuntura brasileira da época, a DS viu no PT a possibilidade de criar um partido dirigente das lutas sociais, revolucionário e socialista – o que ajuda a explicar, por um lado, por que, em meio às outras propostas em discussão, a Democracia Socialista optou pelo apoio ao Partido dos Trabalhadores. A concepção herdada do SU tornou impossível a participação no MDB, onde o grupo gaúcho que dera origem à DS atuou até 1979. Com uma composição heterogênea, dada a própria forma como fora criado, e aberto à participação de setores considerados burgueses, o MDB era visto como uma oposição confiável ao regime e de atuação conciliadora. Ao mesmo tempo, as divergências com o PCB, PCdoB e MR-8, vinculados a outra matriz teórica e engajados no partido oficial de oposição, também

pesaram para que a DS apoiasse o Movimento pró-PT. O controle sobre o *Em Tempo* foi fundamental para divulgar nacionalmente a proposta petista e utilizar o jornal como veículo de comunicação partidária, numa época em que o PT dispunha de uma precária infra-estrutura. Dentro da legenda, a afinidade com as posições do Secretariado Unificado fez com que a Democracia Socialista defendesse propostas de inspiração claramente trotskista e analisasse de maneira esquemática alguns momentos da trajetória do partido, sem o cuidado de observar criticamente a prática do PT e tampouco as declarações dos seus principais dirigentes, que em muitos momentos desmentiam as conclusões da DS.

Durante o segundo semestre de 1979, os grupos fundadores da DS discutiram alguns documentos em que analisaram, com base no trotskismo e no programa da corrente mandelista, o momento político nacional. O principal diagnóstico apontado por eles era a existência de uma contradição entre o potencial de luta proporcionado pela conjuntura e a falta de uma direção revolucionária que pudesse atuar como vanguarda dos movimentos de massas. Por isso, a Democracia Socialista se dispunha a ser essa direção, participando do PT, onde estavam, segunda ela, as organizações de esquerda mais conseqüentes, para formar uma corrente revolucionária no interior do partido que lutaria para hegemonizar seu próprio projeto político: o de transformar o PT num partido revolucionário. Essa transformação, entretanto, não era tida como automática nem mesmo linear. Para a DS, a construção do PT como partido revolucionário seria resultado de um processo longo e tortuoso, o que, já de início, diferenciou a Democracia Socialista de outros agrupamentos que apontavam um suposto desvio no desenvolvimento da proposta petista.

A caracterização do PT como uma frente estratégica, portanto, fundamentou-se exatamente na percepção de que a presença de várias organizações de esquerda no interior do partido facilitaria a aproximação da DS de outras forças políticas com as quais ela poderia discutir a criação da corrente revolucionária. A Democracia Socialista, entretanto, rapidamente abandonou essa concepção frentista, passando a defender o PT como *partido mesmo* – mas continuando a ressaltar o seu caráter estratégico na implantação do socialismo – e combater os agrupamentos que pretendiam transformá-lo numa frente que expressasse politicamente os trabalhadores, ao invés de dirigi-los. De qualquer forma, sob o ponto de vista orgânico, a corrente revolucionária nunca chegou a existir, na prática. A união da esquerda organizada petista resumiu-se à formação de blocos para atuação nas convenções, como ocorreu no III Encontro Nacional, quando as três chapas lançadas por grupos de esquerda se juntaram na disputa contra a Articulação.

Ao longo dos anos 1980, a DS foi uma das organizações que mais cresceu dentro do PT, conquistando cargos na direção partidária e aproximando-se das suas principais lideranças, na tentativa de atraí-las para o seu projeto político. O fato de boa parte das suas propostas terem sido incorporadas pelo partido só evidenciam a credibilidade que a Democracia Socialista alcançou entre os diferentes setores do PT. No caso dos trotskistas, apesar da visão comum a respeito do partido, o comportamento da DS diante do PT a distinguiu da Convergência, da OSI e da Causa Operária, que com uma atuação muitas vezes radical e paralela às decisões internas, seguiram um caminho bem distinto da Democracia Socialista. Enquanto a OSI, já dividida, optaria pela sua dissolução no interior da corrente majoritária, a Convergência e a Causa Operária seriam expulsas do PT, no início dos anos 1990, vindo a formar o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e o PCO, respectivamente.

A DS, ao contrário, apesar das posições à esquerda do partido, não buscou hegemonizar suas propostas criando um partido dentro do PT, defendendo a sua construção como frente política ou mesmo tentando instrumentalizá-lo, como ocorreu com outras organizações de esquerda – particularmente com os grupos trotskistas. Durante quase toda a década de 1980, a Democracia Socialista teve uma postura crítica e conciliatória, ao mesmo tempo, assumindo uma posição intermediária em diversos momentos da vida partidária. Em junho de 1980, na Reunião Nacional do PT, por exemplo, apesar das divergências quanto à composição da chapa que concorreu à direção do partido, a DS manifestou seu apoio aos nomes escolhidos. Em 1982, durante a campanha eleitoral, mais uma vez adotou uma posição intermediária, declarando-se a favor da participação nas eleições mas ressaltando o papel do partido na organização e conscientização dos trabalhadores. No ano seguinte, quando foi criada a Articulação, a Democracia Socialista novamente assumiu a postura crítica e conciliatória que marcaria sua trajetória ao longo daquela década, condenando os métodos utilizados na elaboração do Manifesto dos 113 e saudando o documento como uma iniciativa importante, embora insuficiente e limitada, para solucionar a crise vivida pelo partido, na época. Finalmente, em 1985, ao avaliar a participação do PT na disputa eleitoral, a DS colocou-se entre os *xiitas* e os *light* do PT, destacando alguns problemas na campanha televisiva do partido mas observando, por outro lado, que o avanço sobre a classe média fora uma decisão acertada – posição contrária à da maioria da esquerda organizada petista.

A conjuntura da época, é verdade, também jogou um papel decisivo para o crescimento da Democracia Socialista dentro do PT. Suas avaliações sobre o momento

político e as propostas lançadas ainda em 1979 acabariam por se mostrar corretas com o desenrolar da conjuntura e o desenvolvimento do próprio partido, fazendo com que o PT incorporasse ao seu programa, uma a uma, praticamente todas as posições da DS. O apoio à regulamentação das tendências e à convocação da Assembléia Constituinte, presentes já nos documentos de fundação da Democracia Socialista, foram duas das principais propostas aceitas pelo PT. Face às inúmeras divergências entre a esquerda organizada petista e alguns setores do partido, especialmente a Articulação, a participação das correntes dentro do PT passou ser vista como uma questão que precisava ser regulamentada. O episódio envolvendo militantes do PCBR apenas reforçou a urgência em discutir uma das bandeiras mais antigas da DS. Por sua vez, a convocação da Constituinte, defendida mais sistematicamente pela Democracia Socialista a partir de meados de 1980, foi incorporada à plataforma petista apenas cinco anos mais tarde, após um longo período em que o partido seguiu dividido internamente com relação ao assunto.

Em 1982, nos meses que precederam à campanha eleitoral, a DS divulgou algumas propostas táticas para a disputa daquele ano, quase todas aceitas pelo PT – ainda que, na prática, muitas delas não tivessem se concretizado. Na mesma época, a Democracia Socialista já defendia a necessidade de o partido estabelecer contatos mais estreitos com sua base, num movimento de volta à origem, proposta que seria lançada no ano seguinte, em meio a uma profunda crise interna, pelos signatários do Manifesto dos 113. Em 1983, na discussão sobre a disputa pelo poder, a DS mais uma vez adiantou-se ao partido ao defender a formação de um bloco operário-popular sob a direção do PT, bandeira que seria aceita apenas em 1985, no Encontro Nacional Extraordinário. Naquele mesmo ano, a Democracia Socialista posicionou-se contra às coligações eleitorais na disputa pelas prefeituras das capitais de estado e dos municípios de segurança nacional. A proposta, que na época foi duramente criticada por alguns setores do partido que defendiam o estabelecimento de alianças com o PMDB e o PDT, mostrou-se correta diante dos resultados positivos alcançados pelo PT. Já sob o governo Sarney, a DS novamente mostraria seu pioneirismo ao se opor à posse do vice de Tancredo Neves na Presidência da República, ao contrário do partido, e criticar o Plano Cruzado, diferente do que fez o PT inicialmente, assumindo posições que seriam incorporadas pouco depois como parte da linha política partidária.

Ao participar das articulações para a formação do PT e atuar dentro dele como uma legítima corrente, ao invés de apoiar o PMDB, como fizeram o PCB, PCdoB e MR-8, a Democracia Socialista vinculou-se ao partido que mais cresceria politicamente nos anos

seguintes. Apesar das sucessivas conquistas eleitorais, os peemedebistas chegaram ao final da década de 1980 como uma das principais forças de sustentação de um governo politicamente desgastado diante da crise econômica, das acusações de corrupção, da violência no campo e do autoritarismo na repressão às mobilizações sociais. O PFL, que desde o seu início participou da Aliança Democrática, não teve mais sucesso que o PMDB, conquistando apenas uma influência regional restrita a alguns pontos do Nordeste. Do outro lado, PTB e PDT, com antigas lideranças que remontavam ao período pré-1964, também não conseguiram fortalecer-se politicamente a ponto de representarem uma alternativa de oposição. Já o PDS, pelas ligações que mantinha com a ditadura militar, não alcançou o mesmo desempenho eleitoral que tivera até o governo Figueiredo. Nesse sentido, a criação do PT com base nos movimentos sociais e o isolamento provocado pelo boicote ao Colégio Eleitoral que elegera o governo da Aliança Democrática, somados ao desgaste das outras legendas, credenciaram o partido como uma das principais forças políticas da época.

Mesmo tendo incorporado ao seu programa boa parte das propostas da DS, o PT não se transformou num partido revolucionário, colocando em cheque a própria capacidade da Democracia Socialista de hegemonizar seu projeto político, apesar dos cargos alcançados e da relação estabelecida com os dirigentes petistas. A inexistência de uma corrente revolucionária dentro do partido, como vimos antes, limitou ainda mais a força política da DS. Por isso, para explicar sua permanência no PT, é preciso ter em vista a tese de que a construção do partido revolucionário seria resultado de um longo e tortuoso processo, onde os avanços e recuos eram tidos como movimentos naturais. Se por um lado, a Democracia Socialista foi uma das organizações políticas que mais cresceu no PT ao longo da década de 1980, por outro, não ter conseguido fazer com que o partido seguisse pelo caminho da revolução colocou a DS diante do seguinte dilema: permanecer no PT e lutar pela sua transformação no partido revolucionário ou transformar a si mesma para adequar-se ao partido. O fato de a DS ser o único entre os grupos trotskistas que apoiaram o PT desde a sua fundação a permanecer na legenda parece indicar que muito dessa concepção foi abandonada, talvez em favor dos cargos e do prestígio que ela alcançou ainda nos primeiros anos dentro do partido. A Democracia Socialista, contudo, jamais assumiu plenamente essa mudança estratégica, incorporando ao seu discurso revolucionário uma prática política considerada reformista pelo próprio trotskismo.

## REFERÊNCIAS

### 1. Acervos consultados

Arquivo Ana Lagôa/Universidade Federal de São Carlos

Arquivo Edgar Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas

Centro Sérgio Buarque de Holanda – Documentação e Memória Política/Fundação Perseu Abramo

Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos

Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Biblioteca Florestan Fernandes/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas

### 2. Bibliografia

ABRAMO, Laís Wendel. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho – confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, pp.161-175.

AZEVEDO, Clovis Bueno de. *Leninismo e social-democracia: uma investigação sobre o projeto político do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: USP, 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo.

BAER, Werner; BECKERMAN, Paul. The decline and fall of Brazil's Cruzado. *Latin American Research Review*, vol. XXIV, nº.1. Albuquerque: University of New Mexico, 1989, pp.35-64.

BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)*. São Paulo: USP, 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo.

COGGIOLA, Osvaldo. *Trotsky ontem e hoje*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky, o profeta armado (1879-1921)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

\_\_\_\_\_. *Trotsky, o profeta desarmado (1921-1929)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

\_\_\_\_\_. *Trotsky, o profeta banido (1929-1940)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

DOIMO, Ana Maria. *A voz e a vez do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará-ANPOCS, 1995.

DIRCEU, José; POMAR, Wladimir. *Algumas considerações sobre as tendências organizadas no PT*. São Paulo: s.n., 1986.

- DUARTE, Celina Rabello. A Lei Falcão: antecedentes e impacto. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.) *Voto de desconfiança – eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979*. Petrópolis: Vozes-Cebrap, 1980, pp.173-216.
- FLEISCHER, David. As desventuras da engenharia política: sistema eleitora *versus* sistema partidário. In: FLEISCHER, David (Org.) *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*. Brasília: Editora da UnB, 1988, pp.61-88.
- GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- GUIZZO, João et al. (Edits.) *Lula – entrevistas e discursos*. São Bernardo do Campo: ABCD Sociedade Cultural, 1980.
- HARNECKER, Marta. *O sonho era possível: a história do Partidos dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas*. São Paulo: Casa América Livre, 1994.
- KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho; LÖWY, Michael. Trotsky e o Brasil. In: MORAES, João Quartim de (Org.) *História do marxismo no Brasil*, vol.2. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, pp.223-246.
- KECK, Margaret. *PT – A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.
- KINZO, Maria D’Alva Gil. Novos partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.) *Voto de desconfiança – eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979*. Petrópolis: Vozes-Cebrap, 1980, pp.217-260.
- \_\_\_\_\_. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003.
- LEAL, Murilo; KAREPOVS, Dainis. Os trotskismos no Brasil (1966-2000). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.) *História do marxismo no Brasil*, vol.6. Campinas: Editora da UNICAMP (no prelo).
- LÖWY, Michel. A revolução permanente: teoria ou profissão de fé? In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.) *Trotsky hoje*. São Paulo: Ensaio, 1994, pp.73-82.
- MANDEL, Ernest. *Trotsky como alternativa*. São Paulo: Xamã, 1995.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido – 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: EDUFOP, 1997.
- NORONHA, Eduardo Garuti. *Greves na transição brasileira*, vol.1. Campinas: UNICAMP, 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas.
- PEREIRA NETO, Murilo Leal. *Outras histórias: contribuição à história do trotskismo no Brasil (1952-1966) – o caso do POR (Partido Operário Revolucionário)*. São Paulo: USP, 1997. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo.
- PONT, Raul. *Da crítica ao populismo à construção do PT*. Porto Alegre: Seriem, s.d.
- \_\_\_\_\_. *Breve história do PT – 1979-1991: das origens ao 1º Congresso*. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1992.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, Iram Jácome. As comissões de empresa e o movimento sindical. In: BOITO JÚNIOR, Armando (Org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp.137-170.

\_\_\_\_\_. (Org.) *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

\_\_\_\_\_. Ecos de Trotsky na esquerda armada brasileira (1964-1974). *Estudos de Sociologia*, ano 2, n.2. Araraquara: FCL/UNESP, 1997, pp.93-95.

\_\_\_\_\_. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.) *História do marxismo no Brasil*. vol.5. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, pp.213-282.

SALLUM JÚNIOR, Brasília. *Labirintos: dos generais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SALVADORI, Massimo L. A crítica marxista ao stalinismo. In: HOBBSAWM, Eric J. (Org.) *História do marxismo*, vol.7. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988, pp.285-338.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: Editora da UnB, 1982.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Colégio eleitoral, convenções partidárias e eleições diretas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

SILVA, Antônio Ozaí da. *História das tendências no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Proposta, s.d.

\_\_\_\_\_. A Causa Operária. *Revista Espaço Acadêmico*, ano I, nº.4. Maringá: s.n., 2001.

VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. O Partido Socialista Brasileiro e o marxismo (1947-1965). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.) *História do marxismo no Brasil*. vol.5. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, pp.157-184.

VILLA, Marco Antonio. *Sociedade e história do Brasil: da abertura democrática à Nova República*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2001.

### 3. Documentos

#### *Democracia Socialista*

DEMOCRACIA SOCIALISTA. *Ousadia na estruturação de uma organização política de caráter nacional, na formação de uma frente da esquerda revolucionária, em impulsionar o PT*. 1979. Fundo Gilberto Mathias, Arquivo Edgar Leuenroth/UNICAMP, pasta 17.

\_\_\_\_\_. *Elementos de análise da conjuntura e tática*. 1979. Fundo Gilberto Mathias, Arquivo Edgar Leuenroth/UNICAMP, pasta 17.

\_\_\_\_\_. *Herança do marxismo revolucionário*. 1979. Fundo Gilberto Mathias, Arquivo Edgar Leuenroth/UNICAMP, pasta 17.

\_\_\_\_\_. *Cadernos Em Tempo: o PT e o partido revolucionário no Brasil*, nº.1, setembro de 1981. São Paulo, 1981.

\_\_\_\_\_. *Cadernos Democracia Socialista: democracia socialista e ditadura do proletariado*, vol.I. São Paulo, 1987.

\_\_\_\_\_. *Uma política internacionalista para o século XXI*, 2006, mimeo.

\_\_\_\_\_. *Cadernos Democracia Socialista: a recomposição do movimento operário e a construção da IV Internacional*, vol.IV. São Paulo, s.d.

\_\_\_\_\_. *O que é a Democracia Socialista: as posições políticas da Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista*. São Paulo: s.d.

### ***Partido dos Trabalhadores***

IX CONGRESSO dos Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricistas do estado de São Paulo. *Tese de Santo André-Lins*. Lins, 1979, mimeo.

COMISSÃO Coordenadora Provisória do Partido dos Trabalhadores. *Carta de Princípios*, 1979, mimeo.

\_\_\_\_\_. *Plataforma Política*, 1979, mimeo.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Programa*, 1980, mimeo.

\_\_\_\_\_. *Manifesto*, 1980, mimeo.

\_\_\_\_\_. *Programa*, 1980, mimeo.

\_\_\_\_\_. *Ata do I Encontro Nacional*, 1981, mimeo.

\_\_\_\_\_. *Resoluções da I Convenção Nacional*, 1981, mimeo.

\_\_\_\_\_. *Ata do III Encontro Nacional*, 1984, mimeo.

\_\_\_\_\_. *Resoluções do Encontro Nacional Extraordinário*, 1985, mimeo.

\_\_\_\_\_. *Ata do IV Encontro Nacional*, 1986, mimeo.

\_\_\_\_\_. *Ata do V Encontro Nacional*, 1987, mimeo.

\_\_\_\_\_. *Resoluções do V Encontro Nacional*, 1987, mimeo.

### **4. Periódicos**

*Em Tempo*

*Veja*

### **5. Entrevistas**

Joaquim Soriano

Raul Pont

Sílvio Caccia-Bava

## SIGLAS E ABREVIATURAS

AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores  
AP – Ação Popular  
AP-ML – Ação Popular-Marxista-Leninista  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
CEA – Conselho Editorial e Administrativo  
CLTB – Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros  
COLINA – Comando de Libertação Nacional  
CORQUI – Comitê de Organização pela Reconstrução da Quarta Internacional  
DS – Democracia Socialista  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos  
FBT – Fração Bolchevique-Trotskista  
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FNR – Frente Nacional de Redemocratização  
IEPES – Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais  
LCR – Ligue Communiste Révolutionnaire  
LIT – Liga Internacional dos Trabalhadores  
LOPP – Lei Orgânica dos Partidos Políticos  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MEP – Movimento pela Emancipação do Proletariado  
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro  
OMB – Organização Marxista Brasileira  
OMO – Organização pela Mobilização Operária  
OQI – Organização Quarta Internacional  
ORM-POLOP – Organização Revolucionária Marxista-Política Operária  
ORM-DS – Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista  
ORT – Organização Revolucionária dos Trabalhadores  
OSI – Organização Socialista Internacionalista  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PCO – Partido da Causa Operária  
PCR – Partido Comunista Revolucionário  
PDS – Partido Democrático Social  
PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
POC – Partido Operário Comunista  
POC-Combate – Partido Operário Comunista-Combate  
POR-T – Partido Operário Revolucionário-Trotskista  
PPDS – Partido Popular Democrático e Socialista  
PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores  
PS – Partido Socialista  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PST – Partido Socialista dos Trabalhadores  
PST [Argentina] – Partido Socialista de los Trabajadores  
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
QI-CI – Quarta Internacional-Comitê Internacional  
QI-CIR – Quarta Internacional-Centro Internacional de Reconstrução  
SU – Secretariado Unificado [da IV Internacional]  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul